

Universidade Federal do Paraná

Leandro Martins e Silva

Sociabilidades e Mudanças sociais no caso do  
Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho - MG

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito à obtenção do título de Mestre em  
Sociologia

Curitiba - 2007

Universidade Federal do Paraná  
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Sociabilidades e Mudanças sociais no caso do  
Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho - MG

Leandro Martins e Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
da Faculdade de Ciências Humanas e  
Filosofia da Universidade Federal do Paraná  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da  
Silva

Curitiba - 2007

## AGRADECIMENTOS

Não pretendo aqui simplesmente cumprir formalidades enumerando aqueles que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho. Isso porque os que se envolveram com ele o fizeram com um desprendimento que me obriga a demonstrar minimamente meu sentimento de gratidão. Ao fazer uma retrospectiva, devo muito a diversas pessoas.

Em primeiro lugar agradeço a meus pais, Dilma e João Batista, que deram todo o apoio e suporte necessário para que eu chegasse até aqui.

Ao Frei Rodrigo Peret, *ofm*, que discutiu comigo as possibilidades de pesquisa (quais assentamentos poderiam ser estudados) e sem o qual eu nem ao menos conheceria o Lourival.

Ao Lourival, que me apresentou ao pessoal do assentamento e preparou todo o terreno para que eu fosse bem recebido entre os assentados.

Aos entrevistados, que compartilharam suas experiências comigo e me acolheram com muito carinho em suas casas. Dentre eles agradeço especialmente à Sebastiana Galante e sua família, que me hospedaram e me acolheram da melhor maneira possível durante duas semanas.

Ao professor Osvaldo Heller da Silva, meu orientador, sou grato por sua prontidão, apesar dos seus inúmeros afazeres, para me ajudar nos momentos de aflição (comuns desse processo). Os possíveis acertos deste trabalho devo à sua leitura exigente, mas sempre cautelosa quanto à minha autonomia.

Aos professores Alfio Brandenburg, Liliana de Mendonça Porto e Ângela Duarte Damasceno, que colaboraram através da leitura do texto preliminar, levantando questões e chamando atenção para pontos fundamentais.

Ao Fagner Carniel, Douglas Ochiai, Karla Gobo, Ricardo Prates e Simone Frigo, companheiros nesse tempo de mestrado, me apoiaram nos momentos difíceis, partilhando idéias, angústias e sugestões.

A minha irmã, Soleane Portes, pelo seu carinho e amizade.

Durante um trabalho de mestrado o apoio emocional é imprescindível. Este, eu tive de sobra da minha companheira Juliana Calábria. A sua amizade, seus afetos e apoios

constantes me foram fundamentais. Além disso, lhe devo vários trechos deste trabalho, pois, pacientemente ela me ouviu, apresentando sugestões e tornando possível diversas passagens.

## RESUMO

Neste trabalho procuramos pensar a mudança social a partir da emergência de novas sociabilidades construídas pelos assentados do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, localizado no município de Campo Florido. Priorizamos a análise da *“luta pela resistência na terra”* e em especial das estratégias produtivas adotadas pelos assentados. A partir desta perspectiva, do cotidiano dos assentados, também refletimos sobre a *“luta pela terra”*. Através da análise destes dois momentos distintos pudemos perceber que o assentamento representou, em vários sentidos, uma complexificação das relações sociais entre os atores envolvidos. No caso do Assentamento Santo Inácio destacam-se os novos interesses e perspectivas trazidos à tona pela crescente produção local de cana-de-açúcar e pelo arrendamento de frações de lotes para tal fim. A esta questão soma-se o fato do assentamento contar com muitos dos pioneiros pela *“luta por terra”* na região e que ainda hoje estão à frente dos principais movimentos sociais presentes ali.

### PALAVRAS-CHAVE:

Mudança social; assentamentos rurais; luta por terra; sociabilidades e reprodução social.

## ABSTRACT

In this work we try to think the social change from the emergence of news sociabilities built by settlers of Nova Santo Inácio Ranchinho Settlement, located in Campo Florido city. We gave priority to the analysis of the “*fight for the resistance in the land*” and especially of the productive adopted strategies. From this perspective we also considered about the “*fight for land*”. Through the analysis of these two distinct moments we could perceive that the settlement represented, in several senses, a made of complex social relations between the wrapped actors. In the Santo Inácio settlement case, it stands out the new interests and perspectives brought up by the growing local production of sugar-cane and by the leasing of fractions of pieces of land for such a aim. Near this question it adds the fact of the settlement up to dispose of a great deal of the pioneers for the “*fight for land*” in the region and that today they are still at the front of the principal social present movements there.

## KEY WORDS:

Social changes; settlements; “fight for land”; sociabilities and social reproductions.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APR – Animação Pastoral e Social no Meio Rural  
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais  
BRASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial  
CAMPO – Companhia de Produção Agrícola  
CEB – Comunidade Eclesiástica de Base  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDI Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais  
INSEE – Institut National de la Statistique et des Études Économiques  
MLT – Movimento de Luta pela Terra  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
MSTR – Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais  
MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade  
PA – Plano de Consolidação do Assentamento  
PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados  
PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool  
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSOL – Partido Socialismo com Liberdade  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UDR – União Democrática Ruralista

## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 .....	135
IMAGEM 2 .....	136
IMAGEM 3 .....	55
IMAGEM 4 .....	56
IMAGEM 5 .....	69
IMAGEM 6 .....	72
IMAGEM 7 .....	85
IMAGEM 8 .....	90
IMAGEM 9 .....	91
IMAGEM 10 .....	104
IMAGEM 11 .....	107
IMAGEM 12 .....	109
IMAGEM 13 .....	110

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	3
Resumo .....	5
Abstract .....	6
Lista de abreviaturas e siglas .....	7
Lista de imagens .....	8
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 – SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E MODERNIDADE: A MODERNIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DOS ATORES .....	20
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA .....	26
2.2 – Transformações mais recentes no Triângulo – a Modernização Agrícola e a Emergência da “ <i>Luta por Terra</i> ” em Iturama .....	32
CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE ITURAMA: OS ATORES E SUAS SOCIABILIDADES .....	43
CAPÍTULO 4 – FORMAS DE SOCIABILIDADE NO ASSENTAMENTO NOVA STO. INÁCIO RANCHINHO: “ <i>VIVER AQUI É UMA OUTRA HISTÓRIA</i> ”	
4.1- O Assentamento .....	64
4.2- A cidade de Campo Florido e o Assentamento .....	67
4.3- Os assentados – dimensões demográficas do Assentamento e o reagrupamento de famílias e afins .....	71
4.4- O assentamento como meio de acesso a bens materiais e simbólicos.....	79
4.5- Estratégias de reprodução e organização produtiva .....	91

4.5.1- Delimitação das estratégias produtivas: produção associada X produção familiar .....	93
4.5.2- O leite como produto chave para a garantia de renda e fartura: divisão do trabalho familiar e pluriatividade .....	99
4.5.3- Agricultura familiar, tradição camponesa e especificidades dos sistemas produtivos dos assentados .....	105
4.5.4- Principais produtos: processos de trabalho, orientações econômicas e relações com a terra .....	109
4.5.5- A emergência do arrendamento da cana como um bom negócio: conflitos e disputas entre projetos concorrentes .....	122
4.5.6- Configuração das articulações produtivas como indicadores da dinâmica das redes e grupos .....	132
CONCLUSÃO .....	141
ANEXOS .....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	146

## INTRODUÇÃO

O termo “assentamento rural” foi criado na esfera das políticas públicas para nomear uma gama de intervenções fundiárias que dizem respeito, em geral, à regularização de áreas ocupadas por trabalhadores rurais. Nos últimos anos foram realizadas diversas pesquisas sobre os assentamentos no Brasil. Muitas delas<sup>1</sup> voltaram-se para a qualificação e quantificação dos impactos e transformações que os assentamentos rurais provocaram nas regiões nas quais foram instalados.

Neste trabalho, apesar de passarmos por estas questões, procuramos nos concentrar nas sociabilidades construídas e estabelecidas pelos assentados. Nosso interesse pelo tema deriva, dentre outras coisas, da possibilidade de pensar a mudança social a partir da emergência de novas sociabilidades construídas pelos trabalhadores rurais da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tanto no processo de “*luta por terra*”, quanto no próprio cotidiano do assentamento, na “*luta pela resistência na terra*”. Assim, desenvolvemos um estudo de caso sobre a trajetória “*de luta*” de um grupo de trabalhadores rurais, que depois de mais de três anos acampados às margens das rodovias da região do município de Iturama (MG), conseguiram assentar-se no município de Campo Florido, no ano de 1994, em um Projeto de Assentamento denominado Nova Santo Inácio Ranchinho.

Procuramos pensar o assentamento, tal qual fazem Medeiros e Leite (2004), ou seja, como “*ponto de chegada*” e “*ponto de partida*”. O assentamento, a terra propriamente dita, sendo a primeira e mais significativa das reivindicações, é um fim em si mesmo e uma conquista que muda radicalmente a condição de todos os beneficiados. Ao mesmo tempo, os assentamentos – enquanto resultado de complexos processos de organização dos trabalhadores rurais e de construção de grupos em torno de algumas identidades e objetivos comuns – são ponto de partida para a complexificação das relações sociais entre atores com trajetórias e perfis consideravelmente distintos, entre forças sociais concorrentes e em função da presença de novos interesses e novas perspectivas, representados por agentes movidos por dinâmicas econômicas peculiares.

---

<sup>1</sup> Dais quais são exemplos os trabalhos de MEDEIROS; LEITE (1999 e 2004); HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.; CINTRÃO, R. (2001) e BERGAMASCO; NORDER (2003).

Para analisarmos estas questões focando as sociabilidades é necessário, em primeiro lugar, definir o que entendemos pelo termo. Seu uso nos trabalhos de ciências sociais é extremamente diversificado. Para muitos, a sociabilidade designa o princípio das relações entre pessoas, a capacidade de estabelecer laços sociais e formar grupos. Para outros, a sociabilidade indica seja a capacidade associativa em geral, seja as associações particulares (associações deliberadas, como as festas, círculos, encontros, jogos, etc.) nas quais as pessoas encontram um meio de serem sociáveis (no sentido de serem capazes de estabelecer relações e procurarem companhia entre seus semelhantes).

Baechler (1995) aponta o surgimento nos anos 1980 de uma corrente de pesquisa para a qual as sociabilidades referem-se às redes que nascem das relações que cada indivíduo mantém com os outros<sup>2</sup>. As redes, segundo esta perspectiva, são definidas como *“os laços, mais ou menos sólidos e exclusivos, que cada ator estabelece com outros atores os quais estão também em relação com outros atores, e assim por diante”* (1995:77). A exclusividade, a amplitude e densidade da trama das redes varia, desta forma, conforme se considere as relações de parentesco, vizinhança, afinidade, de classe, etc. Estas relações que os grupos e indivíduos estabelecem entre si são, normalmente, muito numerosas. Segundo Forsé, elas *“vão desde a almoços em família até a adesão a uma associação, da escolha de uma pessoa a quem se recorre para tomar conta dos filhos ao bom-dia ao vizinho, passando pelo carteadado, o futebol ou a dança”* (Forsé, 1981:39, apud Baechler, 1995).

A infinidade de relações, de diferentes modalidades e envolvendo indivíduos e grupos dos mais diversos faz com que a descrição sociográfica das sociabilidades seja bastante extensa e difusa. Assim, justamente por não pretendermos descrever o conjunto destas sociabilidades, foi preciso identificar questões teóricas capazes de orientar a pesquisa e a coleta de dados.

Nesse sentido, sobre as sociabilidades presentes nos assentamentos rurais, partimos novamente das constatações de Medeiros e Leite, que afirmam que os assentamentos são resultado de deslocamentos de grandes grupos de trabalhadores que tinham residência em uma única área, ou em áreas próximas, agrupando assim, em seu interior, partes ou mesmo comunidades inteiras. Afirmam ainda, baseando-se em dados sobre a presença de parentes

---

<sup>2</sup> Da qual fazem parte Granovetter, 1973; Forsé, 1981; Wellmann/Berkowitz, 1982; Degenne, 1983; Bidart, 1988; Héran, 1988.

em vários lotes dos mesmos projetos de assentamento, que estes constituem importante elemento de reintegração social no que diz respeito às famílias. Ao argumentarem que a base da organização social dos assentados é em larga medida composta por relações de vizinhança e parentesco, os autores nos instigam, a princípio, a investigar estes tipos de redes (de parentesco, vizinhança, amizade e compadrio), constituídas pelas sociabilidades estabelecidas entre os trabalhadores rurais de Iturama envolvidos na “*luta por terra*”.

Depois que constatamos a importância destas relações para os assentados de Sto. Inácio e na medida que revemos a bibliografia que discute não só assentamentos, mas também as comunidades e grupos rurais brasileiros, percebemos que uma certa noção de “sociabilidade camponesa” nos poderia ser útil enquanto um dos principais parâmetros para a pesquisa. As discussões presentes em trabalhos como os de Chayanov (1981), Garcia Jr. (1989), Soares (1981), Lamarche (1998), Wanderley (1996; 2003), Ellen Woortmann (1983; 1995) e Klass Woortmann (1990) nos sugeriram, através de suas diferentes abordagens, interessantes pressupostos e questões teóricas.

Talvez o ponto mais consensual nestes estudos seja a importância dada pelos camponeses às suas famílias. É também por esta razão que Lamarche e Wanderley, por exemplo, os pensam como um tipo específico de agricultor familiar. No entanto, isso não quer dizer que esta importância dada à família seja fundamental apenas para se definir as particularidades produtivas destas pessoas. Antes, como veremos entre os assentados de Sto. Inácio, as questões que giram em torno da família constituem-se como um aspecto central às próprias sociabilidades e modos de vida estabelecidos por eles.

Uma segunda gama de questões presentes transversalmente nestes trabalhos que nos ajuda a chegar a uma noção de camponês e sociabilidade camponesa diz respeito ao apego que os camponeses estudados por estes autores possuem por uma espécie de autonomia em relação à sociedade que os envolve. Essa autonomia é sempre relativa, já que de um modo ou de outro eles se envolvem com o mercado, com vizinhos, com a política local, enfim, com outras pessoas e grupos que não pertencem aos seus respectivos núcleos domésticos. As redes estabelecidas por cada grupo doméstico variam, desta forma, também de acordo com as estratégias de reprodução social adotadas por cada família, dentre as inúmeras possíveis. Assim, como veremos adiante, a questão da independência relativa do núcleo familiar, entre os assentados de Sto. Inácio, sempre está entre os argumentos usados para

justificar seus posicionamentos políticos e empreendimentos produtivos, por mais diversos que sejam entre eles.

Para pensar a emergência de novas sociabilidades estabelecidas pelos trabalhadores que se envolveram “*na luta*” procuramos ainda parâmetros teóricos capazes de problematizar a sociedade contemporânea colocando em evidência a flexibilidade das relações sociais e, conseqüentemente, a própria mudança social. Neste sentido, a discussão colocada por Touraine, sobre a modernidade associada à presença crescente do sujeito no mundo, mostrou-se bastante interessante.

Esse autor discute o desenvolvimento do capitalismo e do mercado associando-os ao que chama de movimento de racionalização. No entanto, ele destaca a ascensão de um outro movimento (tão moderno quanto o primeiro), chamado de subjetivação. Através da análise das junções destes dois movimentos fundantes da modernidade, Touraine propõe um modo de lidar com as questões que dizem respeito à ação social e às escolhas dos indivíduos. Da mesma forma, sua teoria nos auxilia a pensar como os indivíduos se relacionam com as identidades, papéis e valores sociais compartilhados por eles e/ou presentes na sociedade da qual fazem parte. Daí também foi possível pensar o próprio surgimento dos movimentos sociais contemporâneos enquanto expressão da presença do sujeito, em sua busca incessante por liberdade e pela defesa de seus valores.

É em termos de conflito social que se define sujeito nas sociedades modernas. Sempre fazendo oposição aos aparelhos de poder e jamais se identificando completamente a nenhuma coletividade. Também por esta razão, procuramos ao longo de todo o trabalho focar o modo como os acampados e assentados construíram e desconstruíram redes e grupos com base em (des)afinidades, interesses e convicções ideológicas que variaram conforme as conjunturas pelas quais passaram durante os quase quinze anos “*de luta*”.

Assim, optamos em discutir no primeiro capítulo alguns fundamentos teóricos que nos serão fundamentais para a análise dos dados. Neste ponto, concentramo-nos na caracterização da sociedade moderna, dos atores e movimentos sociais.

No segundo capítulo encontra-se um breve resgate histórico da região estudada a fim de caracterizar uma conjuntura social que foi favorável, por diversas razões, ao surgimento do assentamento estudado e dos conflitos que lhe deram origem. Neste processo

procuramos destacar as transformações sociais provocadas pelo movimento nomeado por pesquisadores da região<sup>3</sup> de modernização agrícola.

No terceiro capítulo concentramo-nos na apresentação e definição dos atores responsáveis pela construção do movimento social que deu origem à “*luta*”, que por sua vez, resultou tanto no assentamento Sto. Inácio quanto na formação de novas redes e no resgate, manutenção e transformação de redes existentes anteriormente.

Finalmente, no quarto e último capítulo, analisamos o assentamento como “*ponto de partida*” para inúmeras práticas sociais e sociabilidades. Partimos do pressuposto de que a sua implementação legítima, ao menos por parte do Estado, as demandas feitas pelas organizações dos trabalhadores rurais e pelos atores envolvidos, e os coloca em outro patamar de interações sociais. Segundo esta perspectiva, o assentamento significa, em princípio, a possibilidade de transformação parcial de um amplo setor de excluídos em atores com possibilidade de participação nas cenas econômica, social e política.

#### Reflexões Metodológicas

Ao longo de todo o processo de pesquisa se cuidou da atualização, leitura e discussão da literatura sobre o tema, com o fim de uma elaboração teórico-metodológica mais aprofundada do problema e do instrumental analítico a ser usado no levantamento e análise do material empírico.

Os dados, sejam eles oriundos de documentos, entrevistas ou observação, foram interpretados por uma reflexão teórica contínua. Para estabelecer os critérios metodológicos e epistemológicos para a coleta e análise dos discursos recorreremos aos estudos de Thiollent (1980), Brioschi & Trigo (1989), Ferreira (2002) e Santos (2001).

Opondo-se aos métodos normalmente usados pela sociologia, Bertaux (1987, apud FERREIRA, 2001) propõe, através do método denominado aproximação biográfica, ultrapassar o fazer fragmentado e conjugar todas as fases da investigação – elaboração da problemática, formulação de hipóteses, construção de questionários ou roteiros de entrevistas, coleta, processamento e análise dos dados – com a reflexão compreensiva

---

<sup>3</sup> Ver, dentre outros, FONSECA, 2001; GUIMARÃES, 2001; GOMES, 2004; GADELHA e SGRECIA, 1987; MENDONÇA e THOMAZ JUNIOR, 2003; FERREIRA NETO, 1999; GRZYBOWSKI, 1987.

embasada teoricamente. Dentro desta perspectiva, procuramos estabelecer uma relação dialética entre as teorias e a coleta de dados, ou seja, reelaborar nossos conhecimentos prévios em função do contato com a realidade pesquisada e, com isso, chegar a novos níveis de percepção do mesmo objeto.

Thiollent (1980), por sua vez, concentra suas críticas ao procedimento científico convencional que, segundo ele, é marcado pela supervalorização dos instrumentos de observação e coleta de dados. Coloca ainda que estes não poderiam ser encarados como se fossem instrumentos neutros e livres de quaisquer interferências subjetivas, mas sim como dispositivos de obtenção de informação cujas qualidades e limitações devem ser metodologicamente controladas. Assim, queremos evitar as armadilhas do neopositivismo que, como coloca Brioschi & Trigo (1989), tende a transformar o discurso em coisa sem uma elaboração *a priori*, para permitir que os dados falem por si mesmos.

Em toda a prática do pesquisador, em cada um dos momentos do processo investigativo, sua influência subjetiva está presente. Independente de sua postura, o pesquisador carrega consigo determinantes como a idade, sexo, formação cultural e posição social. Não sendo possível evitá-la, devemos (idealmente) ter consciência de sua existência e dá-las o tratamento metodológico cabível. Portanto, os esforços não foram mobilizados no sentido de anular as “interferências” da subjetividade, mas sim de conhecer e saber lidar com elas.

Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças e os juízos de valor não estão, como expõe Santos (2001), antes nem depois da explicação da realidade, mas são partes integrantes dela. Então o pesquisador não descobre uma realidade, ao invés disso ele constrói, por meio de sua reflexão junto aos referenciais teóricos e dados coletados, o objeto de conhecimento.

Procurando considerar estas reflexões metodológicas, a pesquisa de campo foi realizada em três partes, perfazendo um total de pouco mais de um mês. As duas primeiras visitas ao assentamento ocorreram no início do ano de 2006 e a terceira aproximadamente um ano depois. Os contatos iniciais com os assentados se deram através de pessoas que conheci na época de minha atuação como consultor da Animação Pastoral e Social no Meio

Rural<sup>4</sup> (APR). Foi também a partir de conversas com estes conhecidos que definimos o Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho como o objeto de pesquisa.

Outros fatores também foram determinantes para a escolha deste assentamento, a começar pelo fato dele possuir uma baixa evasão e venda de lotes. Além disso, ele se transformou numa espécie de “*referência de luta*” para os trabalhadores rurais da região. Nele foi fundado o Movimento de Luta pela Terra (MLT) e ainda hoje possui entre seus assentados, lideranças de expressão regional e nacional. Um outro aspecto importante para a escolha foi o fato de existirem referências bibliográficas publicados por pós-graduações da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sobre sua história e particularidades sociais e econômicas. Por último, foi decisiva a possibilidade de contar com a ajuda do Lourival, um ex-morador do assentamento e meu conhecido.

O Lourival, desde a época dos acampamentos, destacou-se e se propôs a ser uma das principais lideranças da “*luta por terra*” na região. Participou da fundação de vários sindicatos de trabalhadores rurais assim como da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do MLT. Havendo participado de praticamente toda “*a luta*” que resultou no assentamento estudado, mudou-se deste há poucos anos, trocando sua parcela de terra por uma outra, localizada no Assentamento Rio das Pedras, no município de Uberlândia, local onde se encontra a família de sua esposa. Como Lourival possuía uma estreita relação com a APR e freqüentava as reuniões da Irmandade da Terra promovidas por esta organização, eu já o conhecia desde o ano de 2001. Bastou uma visita a seu “*sítio*” para conseguir tanto agendar a primeira ida acompanhada por ele a Santo Inácio, quanto garantir estadia na casa de uma de suas amigas de lá, a Tiana Galante.

Na sua casa me hospedei nas duas primeiras vezes em que estive no assentamento. Na terceira, com o intuito de garantir um turno do dia para avaliar e planejar a coleta de dados e ao mesmo tempo se desvincular do cotidiano da casa na qual estava hospedado, eu optei em ficar em uma pousada na cidade de Campo Florido, distante cerca de quinze quilômetros do assentamento.

Na primeira ida a campo eu passei boa parte do tempo na chamada “*agrovila*”, na qual se encontram as casas da Tiana Galante, da sua mãe e do seu filho. Neste período,

---

<sup>4</sup> Como será exposto no terceiro capítulo, essa organização se originou da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e desde então atua, nas palavras do Frei Rodrigo (seu coordenador), como “*a única pastoral católica no meio rural da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*”.

além de poder observar de forma mais aprofundada o dia-a-dia de uma família, foi fundamental o diálogo que estabeleci com a Patrícia (a nora da Tiana), que me ajudou a delinear um primeiro quadro geral do assentamento. Neste mapeamento fiquei sabendo quem eram os titulares dos 115 lotes, quais lotes haviam sido negociados (e quem os havia comprado) e quais eram os parentescos entre os assentados. Esse primeiro esquema foi sendo complementado aos poucos, com a paciência de outros que se propuseram a ajudar, principalmente pelo muito bem informado Nego, que na época além de assentado era o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Campo Florido.

Ainda neste período, como o Lourival também ficou no assentamento e dormindo na casa da Tiana até minha volta para Uberlândia, eu tive a oportunidade de acompanhá-lo em suas visitas às casas de amigos. Como ele se mostrou interessado em me ajudar e eu lhe falei “por alto” o que eu gostaria de saber, quais eram minhas intenções com a pesquisa e com minha estadia, ele programou uma série de visitas para fazermos nos dias em que estivéssemos lá.

Se de um lado esta dinâmica limitou meu contato às pessoas mais próximas ao Lourival (afinal, como ele mesmo disse, ele acabou percorrendo nesses dias a casa de seus amigos e ex-vizinhos, “*matando a saudade*”), de outro ela foi bastante cômoda para fazer uma primeira aproximação com estas famílias, que acabaram sendo todas muito receptivas comigo, inclusive em outras visitas que fiz sozinho às suas casas (a algumas delas retornei diversas vezes). Também através destas ocasiões tive o primeiro contato com essa prática que com o tempo percebi que é bastante recorrente no assentamento: as visitas às casas dos vizinhos, sejam eles parentes, amigos ou simplesmente “*companheiros de luta*”. Regradas geralmente a cafezinhos e conversas sobre diversos assuntos, essas formas de sociabilidade acontecem várias vezes ao dia e não costumam se estender muito, sendo que raramente chegam a durar duas horas.

Assim que percebi o quanto esta prática era comum, fiz uso dela (nos “campos” seguintes) para me aproximar sozinho de pessoas que já me tinham sido apresentadas (algumas delas inclusive me convidaram para ir a suas casas) e para conhecer pessoas que me interessavam. Nesse caso, alguém, geralmente o filho ou os sobrinhos da Tiana, sempre se oferecia a me acompanhar e eu aceitava. É claro que essa minha “entrada” no assentamento fez com que parte dos assentados me associassem às organizações

mediadoras “*da luta*” por terra (principalmente a APR) e às pessoas que estavam à frente delas (em especial ao Frei Rodrigo e à família Galante). Procuramos no decorrer do trabalho de campo e no tratamento dos dados considerar esta questão.

Entre a primeira e a segunda ida a campo eu fiz um intervalo de aproximadamente duas semanas em Uberlândia para pensar sobre os dados que havia coletado, construir um diário de campo e, com base nisso, repensar as estratégias para os “campos”. A terceira ida, como já foi dito, ocorreu quase um ano depois da primeira. Nesta última, como a problemática do trabalho já estava mais definida, buscamos entrevistar de forma mais sistemática (entrevistas semi-dirigidas) algumas pessoas cujos depoimentos nos pareciam fundamentais para desenvolvê-la.

Com exceção do Frei Rodrigo, todos os outros doze entrevistados são assentados. Entre eles estão titulares de lote, seus filhos e suas esposas. Cerca de um terço deles possui acima de 60 anos. Outro terço é composto por jovens assentados, geralmente na casa dos vinte anos. O restante dos entrevistados está entre estas duas faixas etárias. Das treze entrevistas, seis foram realizadas com mulheres e sete com homens. Acima de tudo, procuramos entrevistar pessoas que fossem representativas de algumas das diversas redes estabelecidas pelos assentados. Além destas entrevistas, tive longas conversas com pelo menos mais dez assentados. Seus depoimentos nos foram úteis na medida em que, através deles, pudemos nos aproximar do modo como esses atores sociais percebem e experimentam suas práticas.

Nesse tempo, além das visitas e entrevistas, participei de uma Assembléia Ordinária da Associação dos Assentados, de uma reunião da Diretoria desta mesma organização e de eventos que podem ser considerados comemorativos ou recreativos, como festas de aniversário, a recepção de parentes e amigos que não iam ao assentamento há algum tempo, as pamonhadas e os jogos de futebol.

## CAPÍTULO 1 – Sociedade contemporânea e modernidade: a modernização e a emergência dos atores

Antes de partirmos para a análise das sociabilidades estabelecidas pelos assentados do Sto. Inácio, se faz necessário discutir parâmetros para a análise da sociedade contemporânea da qual eles fazem parte. É bastante difundido no campo das ciências sociais que suas teorias evidenciam algumas facetas da realidade enquanto obscurecem tantas outras. Em sua discussão sobre a modernidade, Touraine destaca aspectos sociais particularmente interessantes para a problemática deste trabalho.

Segundo este autor, a modernidade e a sociedade contemporânea não podem ser definidas apenas pelas estruturas e disposições materiais da sociedade capitalista, como o fazem certos estudiosos do mundo rural<sup>5</sup>, acreditando estar partindo de interpretações inequívocas dos textos de Marx. Neste universo teórico, normalmente a modernidade se reduz à expressão da *“lógica de produção e reprodução do capital no processo de implantação das condições objetivas e subjetivas com o intuito de assegurar a produção do valor, carregando consigo todas as contradições inerentes ao modo de produção”* (Mendonça e Thomaz Junior, 2003:65). Essa associação é realizada, muitas vezes, na própria construção do conceito de modernização agrícola – noção amplamente utilizada desde os anos 70 para pensar as transformações ocorridas no rural brasileiro a partir da década anterior<sup>6</sup>.

Outro equívoco teórico sobre a modernidade, de acordo com Touraine, seria defini-la como a negação das construções culturais particularistas, pela derrubada das convenções, costumes e crenças em nome da revelação da realidade objetiva da natureza. Assim, ela se apresenta de uma maneira mais polêmica que substantiva: é a antitradição, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo. A modernidade foi por muito tempo definida pelo que destruía e pelo questionamento constante das idéias e formas de organização social e políticas que não se baseassem em demonstrações consideradas científicas. Essa

---

<sup>5</sup> Dentre os vários autores que associam modernidade e desenvolvimento capitalista, destacamos Guimarães (2001), Gomes (2004), Fonseca (2001) e Mendonça e Thomaz Junior (2003), justamente por se debruçarem sobre problemáticas e objetos empíricos semelhantes aos que nos propusemos analisar neste trabalho.

<sup>6</sup> A discussão sobre o conceito de modernização, conforme usado por estas análises, será realizada no capítulo seguinte, como meio de apresentar as transformações pelas quais a região vêm passando desde então.

idéia de modernidade, que na realidade é apenas uma de suas facetas, se apresenta como se não fosse uma idéia, mas sim a simples observação dos fatos, a racionalização do mundo.

Vários autores clássicos e contemporâneos<sup>7</sup>, apesar de suas diferenças, apontam a centralidade que a racionalização ocupa nas sociedades modernas. Contudo, como defende Touraine, mesmo estreitamente ligada à idéia de racionalização, a modernidade não pode ser reduzida a ela. Conforme sustenta este autor, as dinâmicas das sociedades tradicionais podem ser entendidas através da correspondência entre o(s) Sujeito(s) divino(s) e uma ordem social, vista como natural. Nestas sociedades, as pessoas estão sujeitas a destinos sobre os quais não podem intervir substancialmente. Suas práticas tendem a conformar-se com uma determinada ordem social e organização de mundo que possuem, evidentemente, uma fundamentação lógica dominada por cada uma das pessoas. A tese de que a modernidade é definida pelo triunfo da razão peca por negligenciar o fato de que antes disso, o que marca a distinção entre as sociedades modernas e as chamadas pré-modernas é explosão da correspondência entre o sujeito divino e a ordem natural do mundo; a separação entre a ordem do conhecimento objetivo e a ordem do Sujeito.

Segundo Touraine, *“o logos divino que atravessa a visão pré-moderna é substituído pela impersonalidade da lei científica, mas também e simultaneamente pelo Eu do Sujeito”* (1998:218). Claro que os seres humanos, como pertencentes à natureza, são objeto do conhecimento objetivo. Contudo, cada uma das pessoas é também subjetividade e sujeito. Ao associarmos modernidade exclusivamente à racionalização escondemos sua outra metade, que é a emergência do Sujeito humano, como liberdade e criação. A modernidade tem sido marcada e definida pela opressão e desqualificação de todos os outros movimentos e em especial daquele que defende a subjetivação.

Enquanto movimento tão característico da modernidade quanto a racionalização, a subjetivação é definida por Touraine como a penetração do Sujeito no indivíduo e, portanto, a transformação parcial do indivíduo em Sujeito. O que antes era ordem do mundo é visto e tratado pelo sujeito apenas como princípio de orientação das condutas. Neste sentido, a subjetivação é o contrário da submissão do indivíduo a valores transcendentais. Se nas sociedades tradicionais o homem se projeta em Sujeito(s) divino(s),

---

<sup>7</sup> Entre os quais podemos destacar Weber, Habermas e Santos.

no mundo moderno ele mesmo se transforma no fundamento dos valores, já que a liberdade se torna princípio central da moralidade.

O movimento cultural mais visível e poderoso de nossa sociedade é aquele que, associado a uma racionalidade instrumental, procura dar hegemonia à produção e principalmente ao consumo levantando para tanto a bandeira do liberalismo e do individualismo. No entanto, a modernidade e, por consequência a noção de sujeito, não podem ser confundidas com o individualismo narcisista e consumidor. *“É somente quando o individuo sai de si mesmo e fala ao outro, não nos seus papéis, nas suas posições sociais, mas como sujeito, que ele é projetado fora do seu próprio si-mesmo, de suas determinações sociais, e se torna liberdade”* (1998:239). A idéia de sujeito impõe uma visão dualista do homem e da sociedade e coloca em cheque a razão que julga necessário destruir sentimentos, crenças, pertencas coletivas e histórias individuais para libertar a razão ou em prol da ciência. Assim, para além do desencantamento do mundo e triunfo da razão, como pode dar a entender a expressão de Weber, a modernidade *“se definiria antes de tudo pela passagem de uma concepção centralizada da vida social para uma concepção bipolar, portanto para a gestão das relações ao mesmo tempo de complementaridade e de oposição entre a subjetivação e a racionalização”* (1998:233).

A modernidade se concretiza com a ciência, mas também com as ações humanas reguladas pela consciência e não mais pela simples busca da conformidade a uma determinada ordem de mundo. A *“modernidade rejeita a conformidade, salvo quando o modelo ao qual ela apela para se conformar é o da ação livre”* (1998:219). Segundo Touraine, nas sociedades modernas é cada vez mais forte a presença do Sujeito que coloca como princípio do bem, o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e situações e que, por sua vez, lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes pessoais da sua história de vida e de se conceber como ator. *O “sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator”* (1998:220). O indivíduo não é mais que uma unidade biológica na qual se misturam a vida e o pensamento, a experiência e consciência. O ator busca sua inserção nas relações sociais, sempre transformando-as, nunca se identificando completamente com qualquer grupo ou coletividade. Portanto, *“Sujeito e ator são noções inseparáveis e que resistem conjuntamente a um individualismo*

*que restitui a superioridade à lógica do sistema sobre a do ator, reduzindo este último à procura racional - portanto calculável e previsível - de seu interesse” (1998:221).*

O sujeito não é a reflexão sobre a experiência vivida. Ele se opõe aos papéis sociais que, na realidade, são resultado da construção da vida social e pessoal pelos centros de poder que criam trabalhadores, consumidores, eleitores, etc. Se o indivíduo não se constitui como sujeito é constituído como Si-mesmo pelos centros de poder que o definem e sancionam seus papéis. *“Aqueles que consomem a sociedade em vez de produzi-la e de transforma-la são submissos aos que dirigem a economia, a política e a informação” (1998:247)* Os papéis não são neutros, técnicos ou constituídos pela divisão técnica do trabalho.

Se a modernidade, conforme Weber, se caracteriza pela sua crescente diferenciação das diversas funções sociais, ela também traz consigo um crescente aumento dos centros de decisão sobre a experiência vivida pelos indivíduos e grupos. Estes se encontram cada vez mais submetidos às iniciativas e ao poder daqueles que dirigem a modernização que modifica diversos aspectos da organização social. É certo que a modernização exige a ruptura. Entretanto, a continuidade também é necessária. *“Se a descontinuidade é total, é porque a modernização vem inteiramente de fora, pela conquista, e nesse caso é melhor falar em colonização ou de dependência que de modernidade” (1998:333).* Por outro lado, se a continuidade é (em termos ideais) completa, a sociedade não se transforma e torna-se cada vez mais mal adaptada a um meio em constante mudança.

Na experiência real vivida pelos países que se modernizaram, em especial dos chamados periféricos, quanto mais o movimento de modernização se ampliou, mais a modernidade subjugou culturas e sociedades incapazes de se adaptarem, que mais compunham as mudanças do que propriamente as utilizavam. O que se apresentava e se justificava como libertação tornou-se

alienação e regressão (...) O ocidente havia acreditado que a modernização não era mais que a modernidade em ato, que ela era inteiramente endógena, produto da razão científica e técnica. O século XX, ao contrário, foi dominado por uma sucessão de modernizações cada vez mais impostas por um poder, seja nacional ou estrangeiro, cada vez mais voluntarista e menos racionalistas”. (1998:334-5)

É portanto em termos de conflito social que se define o Sujeito. Assim como a racionalidade instrumental, o Sujeito é um movimento cultural, um modo de construção da

experiência social. Como não se conforma a nenhuma condição a não ser a condição de liberdade que lhe propicie pensar e efetivar um projeto de vida e praticar seus valores, não como papéis sociais, mas como princípios de orientação das condutas, o sujeito nunca pode ser completamente satisfeito. Por isso ele só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem. A presença do sujeito não implica na idéia de um projeto coletivo universalizante ou em algum ideal ou fim historicamente determinado, mas sim em um movimento incessante em busca de autonomia. O sujeito *“empurra os indivíduos e grupos em busca de liberdade através de lutas infundáveis contra as ordens estabelecidas e os determinismos sociais”* (1998:222)

Não se confunde o sujeito com a razão instrumental porque ele não é só vontade de se desprender, distância com respeito aos papéis impostos, liberdade de escolher e de empreender. Ele se define igualmente pela resistência – ancorada em certos valores, em uma determinada história e cultura – em relação aos poderes dos aparelhos de produção e administração. *“Tanto como alma, o Sujeito é corpo; tanto como projeto, ele é memória, origens. Isso aparece claramente em todos os movimentos sociais”* (1998:313).

Nesse sentido, é notório, por exemplo, que o confronto direto com o sistema e as primeiras rupturas com o projeto modernizante por todo o rural brasileiro tenham partido, em muitos casos, de pessoas que se apoiavam de alguma forma na força de suas convicções religiosas<sup>8</sup>. Assim, segundo Touraine, a defesa do sujeito e as grandes lutas por liberdade têm sempre duas faces complementares, uma libertadora e outra defensiva: apelo à razão crítica e resistência de pertencas culturais e sociais; apelo à liberdade pessoal e ao cuidado de si e referências à comunidade de princípios e crenças. Assim, o sujeito é a *“força de resistência aos aparelhos de poder, apoiada em tradições ao mesmo tempo que definida por uma afirmação de liberdade”*. (1998:337)

Parece um momento oportuno para formular algumas perguntas fundamentais para pensarmos os sentidos da organização dos trabalhadores sem terra na região do Triângulo Mineiro. A ação dos envolvidos na busca por terra pode ser explicada – como o fazem Fonseca (2001), Guimarães (2001) e Gomes (2003) – apenas pela *“luta de classes”*, pelas

---

<sup>8</sup> A esse respeito, consultar bibliografia que discute a criação da CPT e dos chamados movimentos de luta por terra, em especial o MST. No caso da região estudada neste trabalho, pode-se recorrer aos estudos de MICHELOTO (1991) e SILVEIRA (1998) para se evidenciar os estreitos laços entre as primeiras manifestações de *“luta por terra”* no período do pós-64 e o imaginário religioso dos que se envolveram com ela.

formas de propriedade e organização do trabalho? Pode ser entendido a partir do desencadeamento lógico das forças produtivas e pelo papel historicamente reservado aos trabalhadores? Será que, conforme defendem parte dos militantes dos “*movimentos de luta por terra*” e certos pesquisadores que se auto-intitulam marxistas, a organização dos trabalhadores em busca de reforma agrária reflete e fortalece o caráter classista das lutas e uma concepção de mundo contrária àquela vinculada aos interesses dos setores dominantes regionais, manifesto na noção de propriedade privada?

Segundo Touraine, a sociologia clássica e em especial algumas linhas marxistas, ao criar grandes conjuntos históricos portadores de sentido em si mesmos, acabaram reduzindo a análise da ação social à procura da posição do ator no sistema.

Entre a razão universal e as forças ou ideologias que se opõem a ela, o ator não existe. Daí a necessidade de o formar, de o guiar, de o obrigar até e, se necessário, de o reprimir. Os atores da sociologia clássica são apenas definidos como sendo favoráveis ao progresso ou opondo-se a ele (1998:18-9).

Não podemos explicar o ator através do sistema. Ao contrário, as situações históricas é que são resultados das relações entre os atores. É necessário considerar que a emergência da “*luta por terra*” na região do Triângulo Mineiro marca, sem dúvida, um conflito e uma disputa entre patrões/proprietários e trabalhadores sem terra. O problema, no nosso ponto de vista, está somente em limitar a análise das práticas dos atores envolvidos na disputa a esta conclusão. Assim, veremos no capítulo seguinte que o movimento que deu origem ao assentamento analisado aqui não se resume ao sindical, cujo “*ator*” privilegiado é o “*trabalhador consciente*” e cujos inimigos são os proprietários.

O que desejamos destacar neste levante da organização dos trabalhadores rurais de Iturama em busca de direitos é o movimento do sujeito, como concebido por Touraine, em sua afirmação de liberdade e resistência aos aparelhos de poder. Deste modo, se o movimento social que deu origem ao assentamento Sto. Inácio expressou, em relação às condições e perspectivas de trabalho e vida dos atores envolvidos, uma vontade de libertação social, da mesma forma ele proclamou a defesa de uma determinada concepção de mundo e de certos valores tais como a família ou noções particulares de autonomia das unidades domésticas.

## CAPÍTULO 2 – Contextualização histórica e social da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (ver mapa-1), segundo a classificação do IBGE, faz divisa com as mesorregiões mineiras de Central Mineira, de Noroeste, Oeste e Sul de Minas. Além disso, faz fronteira com as mesorregiões paulistas de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, com o Sul Goiano e o Leste de Mato Grosso do Sul. A região está situada entre os Rio Grande, do lado de São Paulo e pelo Rio Paranaíba, do lado de Goiás, ambos formadores do rio Paraná. Por não ter sido uma região que se integrou ativamente no processo econômico nacional durante o ciclo da mineração no séc. XVIII, o Triângulo possui história relativamente recente. Segundo Paula (2000), seu passado foi estudado de uma forma muito dispersa, o que dificulta sua reconstituição.

### 2.1- Breve apanhado das condições de ocupação, produção, relações sociais e políticas dos primeiros séculos da região

A área que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi ocupada por grupos indígenas e por quilombos até a segunda metade do séc. XVIII. Através de intervenções armadas, o governo de Minas conseguiu de fato suprimir estes grupos, vistos como “*bastante selvagens*” e como “*empecilhos que impossibilitavam a ocupação efetiva do Triângulo*” (Sampaio, 1985:09). Na medida em que a região a oeste, além das montanhas, começou a chamar a atenção dos interesses auríferos presentes nas regiões da Mantiqueira e da Metalúrgica, a migração armada foi avançando. As diversas ofensivas militares dizimaram ou expulsaram os povos quilombolas e indígenas presentes nestas regiões. Entre os primeiros destacam-se os quilombos de Catiguá, Indaiá, Zundu, Bambui e Ambrósio. Entre os segundos destacam-se os Araxás e os Caiapós, que migraram para Mato Grosso e para Goiás. A ofensiva militar primeiro ultrapassou o vale do rio São Francisco para finalmente chegar até o cerrado.

Sobre este período histórico, vale destacar que a justificativa que fundamentou toda a ocupação através das sesmarias, tanto desta quanto de várias outras regiões brasileiras, foi baseada nas idéias de “*vazio geográfico*”, “*terra de selvagens*”, “*ocupação efetiva do*

*espaço*”, etc. No início do séc. XIX já eram muitas as sesmarias presentes na região. Segundo Sampaio, os primeiros fazendeiros apoderaram-se de áreas muito mais extensas do que as predeterminadas como sesmarias e, por terem os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro como consumidores de seus produtos agropecuários, conseguiram uma significativa ascensão econômica e política.

Mas é claro que, além dos grandes fazendeiros - devido à pressão demográfica sofrida por posseiros de regiões vizinhas e também devido à decadência da exploração das minas, inclusive as do Vale do São Francisco e do município de Paracatu - muitas famílias migraram para a região do Triângulo e Alto Paranaíba em busca de uma ocupação e de melhores condições de vida. Parte destas famílias procurou se acomodar junto aos latifúndios e fazendeiros, estabelecendo com estes uma relação de mútua dependência pessoal baseada na pequena, mas contínua produção de “excedentes”, que garantiam freqüentes trocas de mantimentos entre eles.

Nestas fazendas de um “*tempo antigo*”, como afirmam os entrevistados por Brandão (1981)<sup>9</sup>, o lavrador-agregado era aquele que vivia e produzia seus alimentos em porções de terras de fazendeiros com os quais estabeleciam relações sociais bastante particulares. Os depoimentos colhidos por Brandão discorrem sobre tempos nos quais era permitido ao agregado derrubar um ou mais alqueires de mata, “*abrir lavoura em roça de toco*”, assim como apropriar-se de toda a produção desta. Além disso, era permitido criar animais de pequeno porte e cultivar pequenas roças, inclusive perenes, nas terras adjacentes à sua casa. Neste “*tempo antigo*”, o trabalho da família de agregados é hoje avaliado por eles como gratificante por proporcionar “*alimentos em proporções mais do que suficientes através de um trabalho mais fácil e mais solidário*”. Mais fácil porque a natureza era mais generosa e mais solidário devido às boas relações entre os agregados e fazendeiros.

Neste ponto é importante considerar que os relatos sobre o passado não são simplesmente “lembranças reais” sobre um tempo que passou. Quando se analisa os contextos nos quais os discursos são construídos percebe-se, conforme Portelli (1991), que eles não são simplesmente referências ao passado, mas sim discursos sobre este passado que dão sentido ao presente. No caso dos agricultores de Mossâmedes que falam sobre este

---

<sup>9</sup> Apesar de Brandão desenvolver sua pesquisa no município de Mossâmedes, no estado de Goiás, os depoimentos colhidos por ele sobre as relações estabelecidas entre os fazendeiros e seus agregados mostram semelhanças entre o Triângulo Mineiro e esta região.

“*tempo antigo*” é preciso considerar que na época em que deram o relato, eles se encontravam em sua maioria sem terras próprias para cultivar e sujeitos às (cada vez mais escassas) “*meias*” e aos arrendamentos.

Assim como Brandão em Mossâmedes, na região do Triângulo Mineiro a presença da figura do “*patrão bão*” desses “*tempos antigos*” ainda é comum nos relatos daqueles que vivem ou viveram na zona rural durante as últimas décadas. Frente a um contexto contemporâneo de expropriação, os “antigos” proprietários de terra são hoje considerados “bons patrões” por estas pessoas porque eles possibilitavam a seus agregados sanar com certa “*facilidade*”, através do trabalho na terra, as necessidades de suas famílias.

Quando se estabelecia uma relação de confiança entre um fazendeiro e um agregado, ela era representada pela permissão que o primeiro dava ao segundo, por um lado, a aumentar o espaço para plantar e criar e, por outro, em ficar por mais tempo em suas terras. Nesta relação idealizada, ainda relatada por tantos, ambos consideravam-se “*amigos*” ou “*cumpadres*”.

A fim de não reproduzir a mistificação das relações de dependência, subordinação e hierarquização social contida nestes discursos positivos acerca das relações entre grandes fazendeiros e agregados, podemos nos agarrar às noções de domínio territorial (desenvolvida por Viana, 1987 e mencionada por outros autores como Prado Jr., 1972; Andrade, 1973; Furtado, 1964; Antonil, 1982), de democracia racial (Freyre, 1973) e de cordialidade (Holanda, 1984) como os pilares de uma cultura política marcada pelas relações sociais de mando e subserviência.

Esta cultura política expressa-se na história brasileira, segundo Sales (1994), em duas direções. Por um lado, nas situações de itinerância e fuga por parte das populações pobres, mas principalmente dos trabalhadores rurais. A história das migrações internas no Brasil comprovaria tal tendência. Por outro lado, a cultura do mando e subserviência se fez sentir naqueles que permaneceram no local de origem, através da reificação, em todos os tipos de situação, do fetiche da igualdade social. Para esta autora, o fetiche da igualdade constitui-se fator mediador das relações de classe e têm ajudado a dar uma aparência de encurtamento das distâncias sociais e, desta forma, favorecer a conciliação em detrimento do conflito. A aparência de encurtamento das distâncias sociais por meio de nossa

informalidade no convívio tem, segundo a bibliografia acima citada, um fundo emotivo que permeia até mesmo aquelas relações tipicamente impessoais.

Nesse sentido, é bastante interessante observar como Pe. Pezzuti fala de um dos primeiros fazendeiros que estabelece sesmaria na região na qual futuramente surgiria a cidade de Uberlândia:

Liberalisava em socorros com quantos a elle recorressem; a uns facilitava meios de vida, a outros vendia ou dava glebas de terras (...) outros elle agregava a seus interesses e haveres, a todos tratava com doçura e probidade, dando hospitaleira guarida a quantos aqui aportassem (Pezzuti,1922:11)

Ou ainda:

João Pereira da Rocha, o patriarca da família Pereira nas terras da Farinha-Podre, foi um exemplo de honestidade e filantropia, empreendedor, trabalhador, tendo abrigado muitas famílias, agregando-lhes por preços razoáveis e prazos acessíveis, glebas de terras de seu vasto domínio (Teixeira, 1970:14)

Mesmo considerando a idealização destas versões históricas, a frequência de relatos sobre esse “*tempo*” marcado pela boa convivência com os fazendeiros e com as facilidades encontradas pelos agregados, nos sugere que entre estas duas figuras sociais existiam redes e arranjos sociais que possibilitavam aos segundos desenvolverem uma produção bastante diversificada. Conforme indicam os depoimentos, até meados da década de 1950 era relativamente fácil obter concessão de uso de porções de terras de qualidade junto aos fazendeiros da região para produzir alimentos e morar. Dos animais que até então se podia criar se tinha o leite, a carne, a banha e outros insumos que eram todos aproveitados. A pesca e a caça eram atividades complementares. A medida de fartura estava, conforme argumentam, em haver alimento suficiente e garantido durante todo o ano, tanto para a família quanto para as criações.

Quanto ao caráter da produção agropecuária desenvolvida pelos fazendeiros, é certo que também eles exerciam atividades bastante diversificadas. Segundo Teixeira, João Pereira, por exemplo, tinha criação de gado, caprinos e cavalares, como era bastante comum já que a pecuária era a principal atividade envolvida no mercado e maior geradora de renda entre os fazendeiros. No entanto, para consumo interno ele ainda produzia milho,

arroz, feijão e pequenos eitos de algodão, fumo e cana. Este fazendeiro teria ainda improvisado uma fabriqueta de anil, o qual comercializava em São Paulo e Rio de Janeiro. É claro que além de possuírem escravos, estes fazendeiros contavam em grande medida com o trabalho de seus agregados.

Incentivados pela promessa de terras férteis e águas abundantes, várias ondas de ocupação se sucederam a estas dos primeiros entrantes. Foram se formando as cidades, as freguesias, vilas, agrupamentos e povoamentos.

À partir da convivência dos princípios de socialização e organização produtiva dos fazendeiros, agregados e pequenos proprietários, a combinação entre a produção agrícola e a pecuária aos poucos foi se consolidando como a principal vocação econômica da região. No entanto, com exceção do arroz e da carne bovina, produzidos em uma escala maior pelos fazendeiros, uma enorme gama de produtos agrícolas, oriundos principalmente das roças dos pequenos, não se fazia sentir nos poucos e problemáticos dados estatísticos da época. Apesar do papel importante que já gozava no processo de expansão urbana e industrial, a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tinha uma pequena participação percentual na produção brasileira de alimentos e matérias vegetais até a década de 1970, quando a região comportou uma forte expansão da produção em moldes capitalistas (Sampaio, 1985).

Um outro aspecto levantado por muitos estudiosos e que parece ser bastante pertinente para entendermos o perfil da região refere-se a sua localização privilegiada no território nacional. Localizada relativamente no centro do território brasileiro, na medida em que ganhava uma estrutura de transporte, a região foi assumindo uma posição importante de entreposto comercial entre as regiões litorâneas, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, e as regiões interioranas, como o próprio Triângulo, Goiás e Mato Grosso (Sampaio, 1985). Durante o governo Vargas (1930-45), a região começou a ser alvo de grandes empreendimentos estatais. Através do programa de integração e colonização “*Marcha para o Oeste*”, para cumprir os objetivos propostos, o Estado precisou dotar a região de toda uma infra-estrutura para possibilitar a “*penetração do desenvolvimento*” rumo ao centro-oeste (Pessoa e Silva, 1999). Através deste processo, a região aumentou seu potencial econômico e consolidou, especialmente a partir dos anos trinta, um papel complementar à expansão urbana e industrial de São Paulo.

Como em outras regiões do país, a expansão da pecuária extensiva foi o carro chefe da economia regional e a principal maneira de expandir o que se convencionou chamar fronteiras agrícolas. As transformações ocorridas na região devido ao crescimento desta atividade são bastante significativas. As “*roças cedidas*” foram gradativamente substituídas pelas lavouras em “*parceria*” e as relações tradicionais entre proprietários e não proprietários começaram a ruir. Os parceiros abriam novas áreas para lavouras, plantavam um ano, dividiam a produção com o proprietário da terra e, no seguinte, já tinham que liberar os espaços para serem transformados em pasto. As concessões foram reduzidas, assim como as proibições de certas culturas e criações foram aumentadas. Esse movimento continuou até que as terras para parceria começaram a ficar escassas. Se antes o trabalho gerava a riqueza e a fartura, ainda que precárias, com esse modelo de desenvolvimento baseado no gado, a riqueza começa a prescindir do trabalho e do próprio portador da força de trabalho. O depoimento de Zé Messias, hoje assentado em Campo Florido, é bastante significativo:

Naquela época meu pai num tinha terra, nós morava em terra dos outro... E os fazendeiro não fazia muita conta! Cê podia criá gado, cê podia criá porco, cê podia criá de tudo! Eu me lembro que foi numa época em que começaram a proibi as criação através da égua! Oh fulano, cê vende a égua que cê tem... Começaro a entrá na cabeça dos fazendeiro que a égua destruía o pasto (...) então, aí, já começaram a se dispor das égua, né? Então, essa foi a primeira proibição de... de arrendatários, né? E daí, foi... já foi evitando o número de criação que ocê podia tê... e a coisa foi fechando... (Zé Messias, entrevista realizada por Guimarães, 2002:50)

Com o passar das décadas, a partir da conjuntura citada, mas também devido a uma série de outras transformações pelas quais passava a região e o país, alguns municípios do Triângulo começam a se destacar. Uberaba foi a primeira cidade da região a ganhar maior expressão econômica e visibilidade nacional, já a partir da fundação da estrada de ferro Mogiana, em 1889. Hoje é um importante centro comercial e referência nacional e internacional na pecuária de corte, em especial da raça nelore. O município de Uberlândia ganha importância apenas nos anos 1950 e se torna o município de maior articulação comercial e política da região, além de desenvolver uma economia urbana e rural bastante diversificada (Sampaio, 1985). Os meados do século XX foram determinantes para o desenvolvimento de toda a região na medida em que se acelerou a “*penetração do*

*desenvolvimento rumo ao centro-oeste*”. Neste processo se destaca a ampliação e aprimoramento da rede rodoviária nacional assim como a construção de Brasília.

Uma outra cidade que merece nosso destaque é Iturama. Emancipada em 1948, pertencia ao município de Campina Verde, localizado a quase 100 km de distância. É o local onde morava a grande maioria dos hoje assentados em Campo Florido, no Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho. Localiza-se numa região chamada Pontal do Triângulo e até recentemente era a cidade mais a oeste de Minas, fazendo divisa com os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Limeira D’oeste, Carneirinho e União de Minas, que hoje são municípios, eram então distritos de Iturama. Com uma área imensa e localizada numa região com intenso trânsito de pessoas, Iturama foi na década de 60, segundo Sampaio, o município que recebeu o maior contingente de população por migração da região. Como a maioria dos municípios da região, Iturama teve na pecuária de corte a principal base econômica, apesar de se destacar também na agricultura do arroz, milho, feijão e algodão.

A função de entreposto comercial exercida pela região de um modo geral favoreceu, segundo Micheloto (1990), uma sólida acumulação de capitais que, na década de 50 e principalmente na de 60, se transformou em “*investimentos modernizadores*” na atividade agrária, assim como ajudou a financiar a industrialização regional ocorrida a partir dos anos 70.

## 2.2- Transformações mais recentes no Triângulo – a Modernização Agrícola e a emergência da “*luta por terra*” em Iturama

A partir da década de setenta, com a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (o I PND, entre 1972 e 1974 e o II PND, entre 1975 e 1979), o surto de modernização atingiu com mais força a região. Ponto estratégico para as políticas desenvolvimentistas de colonização e produção agrícola, a região passou a ser reconhecida como uma área que, localizada junto aos grandes mercados urbanos do país, constituía uma grande fronteira a ser ocupada. Se as estratégias desenvolvimentistas do governo militar tinham entre seus objetivos primordiais o desenvolvimento industrial e a expansão da fronteira agrícola, a ocupação do cerrado mineiro era, taticamente, uma iniciativa essencial.

Assim, no interior da chamada modernização, vivida pelo país a partir da década de 1960 e 70, o cenário econômico de Minas Gerais e, em especial do Triângulo Mineiro, foi radicalmente transformado frente a incorporação mais ativa de suas áreas ao processo produtivo capitalista. O setor industrial deu um salto e fez com que o estado de Minas, no período de 1970 a 1977 absorvesse 25% dos investimentos industriais do país. Da mesma forma, o setor agrícola tornou-se cada vez mais atraente ao investimento capitalista, através de incentivos fiscais, linhas de crédito e facilidades outorgadas pelo Estado. Como argumenta Pompermayer (1987), no caso de Minas Gerais, o INDI (Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais) e o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), fundamentais nas transformações industriais, também foram promotores de atração de vários dos maiores empreendimentos agroindustriais que vieram para o Brasil na década de 70. Além disso, ao lado da iniciativa privada, o Estado experimentou a formação de grandes empresas capitalistas de reflorestamento, pecuária, soja, café e cana-de-açúcar.

Em 1972, compondo o I PND, o BDMG criou o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI). Segundo Cleps Junior (1998), este programa foi concebido para articular-se ao programa federal denominado “*Corredores de Exportação*”, que se constituía num dos principais desdobramentos da política agrícola no âmbito do I PND. Este programa foi o primeiro plano de desenvolvimento dos cerrados, representando um marco para os programas federais subseqüentes voltados à exportação de grãos das áreas do cerrado brasileiro. Finalizado em 1975, o PCI excluiu os camponeses e pequenos produtores locais para beneficiar 230 projetos de médio e grande porte (no total de 111.025 hectares) e foi responsável por um incremento da produção de soja, café e a ampliação do consumo de maquinário e insumos agrícolas.

O PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), implementado em 1973-4, foi o primeiro projeto de assentamento dirigido da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Beneficiou descendentes de imigrantes japoneses vindos do sul do país e incluiu a desapropriação de uma área de 60.000 hectares, crédito subsidiado, construção de estradas e habitações (Guimarães, 2002). O programa foi resultado, como afirma Gomes (2004), de uma articulação entre o governo estadual de Minas Gerais, a Cooperativa Agrícola de Cotia e o governo japonês.

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado em 1975, foi criado no interior das estratégias propostas no II PND e teve como objetivo implementar e ampliar a produção modernizada e empresarial do cerrado, conjugando, para tanto, fatores de incentivo ao desenvolvimento da produção e de pesquisa. Segundo Pessôa e Silva (1999), as pesquisas agropecuárias desenvolvidas assim como os recursos distribuídos via financiamento público, em sua quase totalidade para grandes proprietários, favoreceram o melhoramento genético da cultura de exportação e os diferentes setores industriais. Neste período, a soja e o café foram definidos como os principais produtos da agricultura comercial da região.

O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados) foi criado em 1978 e ainda está em vigor<sup>10</sup>. Foi resultado de negociações entre os governos brasileiro e japonês acerca da exploração conjunta do cerrado. O programa tem o objetivo de dinamizar a produção e a exportação de soja, milho e sorgo. Para tanto financiou a compra de terras, investimentos, custeios e a comercialização da produção agrícola, sob a coordenação da CAMPO (Companhia de Produção Agrícola, fundada em 1978) e através da constituição de duas holdings: a BRASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial), com 51% do controle acionário e a JADECO (Japan-Brazil Agricultural Development Corporation), formada por empresas como a Mitsubishi, Mitsui e Banco de Tóquio, com 49% do controle acionário (Guimarães, 2002). Segundo Gomes, as terras adquiridas pelo programa foram divididas em lotes de grande porte (250 a 500 ha), num total de 70.000 ha, no caso dos cerrados mineiros. Os beneficiados pelo programa foram em sua maioria colonos ligados a cooperativas agrícolas do sul do país, principalmente do Paraná.

Entre os fatores que explicam os interesses japoneses no desenvolvimento agrícola brasileiro se destaca a dependência na qual se encontrava aquele país nas décadas de 60 e 70 em relação à produção de cereais produzidos nos Estados Unidos. O investimento na produção agrícola em larga escala de países com um enorme potencial agrícola como o

---

<sup>10</sup> Segundo Guimarães, “o PRODECER foi dividido em três etapas: o PRODECER I, abrangendo os municípios de Irai de Minas, Coromandel e Paracatu - MG; o PRODECER II, que incorpora agricultores de Minas, Mato Grosso, Goiás, Bahia e Mato Grosso do Sul; o PRODECER III incorpora 80 mil hectares de terra na Maranhão e Tocantins” (2002:34).

Brasil, ao mesmo tempo que abalava o monopólio mundial americano, propiciava possibilidades significativas de lucro sobre o capital investido.

Mas para além de impactos dos programas, muitos autores<sup>11</sup>, apesar de suas divergências, concordam em classificar a aceleração das transformações que vinham ocorrendo na região já em meados dos anos 50 – e das quais estes programas são apenas um exemplo – de modernização agrícola, modernização conservadora ou simplesmente de modernização. É um tema que desde meados da década de 70 vem sendo bastante estudado sob um prisma de análise macrosocial, geralmente carregado de determinações econômicas bastante rígidas. Estes autores compartilham do pressuposto de que as recentes transformações no campo brasileiro se explicam pela emergência de um modelo de desenvolvimento agrícola que substituiu as bases técnicas tradicionais por um novo padrão tecnológico, baseado na utilização integrada de mecanização e insumos químicos industrializados. Destaca-se de suas análises, em primeiro lugar, os fortes vínculos entre a agricultura e a indústria, responsáveis pela consolidação de um capitalismo vinculado à expansão da fronteira agrícola, à industrialização e à exportação. Em segundo lugar, enfatiza-se a participação ativa do Estado no processo, através das ofertas de crédito subsidiado, infraestrutura física e de tecnologia e pesquisa.

Os créditos agrícolas proporcionados pelos programas de desenvolvimento executados na região do Triângulo constituíram uma das mais importantes fontes indiretas de financiamento ao desenvolvimento agroindustrial na medida em que criaram *"as condições para o estreitamento das relações entre agricultura e indústria, dando suporte à compra de tratores, implementos e máquinas agrícolas, além dos insumos químicos"* (Cleps Júnior, 1998:141). Eles cumpriram o papel de impulsionar os investimentos produtivos ao mesmo tempo em que delimitava o perfil dos beneficiados, privilegiando, de acordo com Gadelha e Sgrecia (1987), estabelecimentos de grande e médio porte, algumas regiões em detrimento de outras e produtores que se propunham a dedicar-se à produção voltada à exportação e à transformação industrial.

O número de empresas que com estas transformações se instalaram na região é bastante significativo. As grandes jazidas de fosfato e calcário existentes no Triângulo

---

<sup>11</sup> São exemplos desta linha de pesquisa os trabalhos KAGEYAMA, 1990; LEITE, 1995; MULLER, 1989; SILVA, 1999; entre tantos outros.

Mineiro e Alto Paranaíba atraíram, por exemplo, a indústria de fertilizantes - *"o maior projeto agroindustrial do estado de Minas Gerais, na segunda metade da década de 70, (...) idealizada para atender à grande demanda interna de insumos agrícolas e às elevações do preço do produto importado"* (1987:173). Instalaram-se na região a Valefértil e a Fosfértil (indústrias de fosfato) e a Arafértil (indústria de fertilizantes), cujos investimentos necessários ultrapassaram os US\$ 300 milhões. Acrescentam-se aqui, ainda, a instalação de grandes empresas do setor de laticínios, sucro-alcooleiro, frigoríficos, óleos vegetais, rações, avicultura, sementes, biotecnologia, fumo, frutas, entre outras. Vale citar algumas corporações que à partir desta época abriram sedes na região: Monsanto, Syngenta, Algar, Cargill, Agrocere, Rezende, Planalto, Arisco, Comigo, Caramuru, Perdigão, Sadia, Ceval, Seara, Maguary, Nestlé, Parmalat, entre outras.

Se a região, como já foi dito, já se beneficiava dos investimentos estatais em infraestrutura e de sua relação com o desenvolvimento econômico de São Paulo, para inserir-se competitivamente no mercado mundial de grãos, ela recebeu ainda mais recursos para a construção de estradas e escolas agrícolas, para a eletrificação da zona rural, para a fundação de escritórios de assistência técnica e pesquisa, etc. Por estas razões, é fundamental ressaltar o papel decisivo do Estado em toda esta dinâmica: permitiu ao capital expandir-se pela incorporação de novas terras ao processo produtivo e mobilizou e deu condições de crescimento para uma gama de setores industriais ligados direta e indiretamente à agropecuária.

Por mais importantes e significativos que sejam, os aspectos mais ligados à economia e à dinâmica da indústria deste fenômeno denominado modernização não são o centro da argumentação e da atenção de todos os autores que se debruçam sobre a realidade rural brasileira. Nestes trabalhos<sup>12</sup>, apesar de levarem em consideração os aspectos acima citados acerca da modernização, o foco recai sobre o trabalhador rural, o agricultor familiar, o camponês, enfim, como argumenta Brandenburg (1999), sobre o outro pólo que não o da indústria.

---

<sup>12</sup> Apesar de suas diferentes perspectivas, este é em termos gerais o foco de trabalhos como os de Brandenburg (1999); Brandenburg e Ferreira (org) (1998), Ferreira (2002); Wanderley (1996; 2003), Garcia Jr. (1989); Musumeci (1988); Soares (1981); Comerford (1999; 2003); Ellen Woortmann (1983; 1995) e Klass Woortmann (1990).

Quanto a este pólo, é essencial frisar que as transformações pelas quais a região passou fizeram com que vários fatores convergissem de modo a dificultar a vida dos trabalhadores e pequenos agricultores do Triângulo Mineiro. O principal destes fatores foi, sem dúvida, a drástica redução das possibilidades de acesso à terra. De um lado, devido à abundância de créditos e facilidades com as quais contavam os favorecidos pelos programas, a demanda por terras cresceu bastante, levando seus preços a patamares antes inimagináveis. Para além do incremento da produção, esta modernização criou uma intensa especulação fundiária na região (Guanziroli e Figueira, 1986; Pessôa, 1988). Por outro lado, se há alguns anos, as “*roças cedidas*” haviam sido substituídas pelas lavouras em parceria, neste momento era a própria relação de parceria que estava em decadência. Seja devido às possíveis indenizações as quais teriam que pagar em consequência dos processos na justiça, cada vez mais constantes após a adoção do Estatuto do Trabalhador em 1963, ou seja, devido à flexibilidade especulativa e produtiva que uma terra sem agregados possui. O fato é que a pressão por parte dos fazendeiros para que estes saíssem de suas terras se tornou muito forte. O número de parceiros na região diminuiu drasticamente de 25.506 em 1970 para 7.329 em 1985.<sup>13</sup>

Mesmo com o aumento da oferta de empregos rurais, principalmente os temporários, muitos trabalhadores se viram forçados a se mudar para núcleos urbanos. Foram criados postos de trabalho nas cidades, principalmente em fábricas, na construção civil e no setor de serviços. No entanto, as vagas abertas ou eram impróprias para estes atingidos pela modernização agrícola ou eram em número muito inferior ao de desocupados. Os que não conseguiam trabalho fixo ou terras para cultivar trabalhavam em serviços diversos, na cidade e nas fazendas. O trabalho temporário nas fazendas era o mais abundante entre os oferecidos. O número de trabalhadores volantes ou bóias-frias, como são conhecidos estes trabalhadores, cresceu de 37.763 em 1970 para 74.411 em 1985.<sup>14</sup>

Principalmente a partir das décadas de 60 e 70, a pressão sobre os parceiros e pequenos proprietários em torno do direito sobre a terra aumentou significativamente. Não se trata, como uma série de autores argumentam, de uma superioridade técnica intrínseca ao grande empreendimento ou de uma inevitabilidade do avanço capitalista integrado às

---

<sup>13</sup> Guimarães demonstra esta diminuição do número de “Parceiros” através dos censos agropecuários fornecidos pelo FIBGE sobre o estado de Minas Gerais, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985.

<sup>14</sup> Idem.

grandes escalas de produção (Martine, 1990). As raízes das dificuldades e conflitos em torno da posse da terra, tanto na região estudada como em boa parte do território nacional, se encontram também nas formas de ocupação e nos controles de propriedades vigentes no país desde o período colonial. Como não considerar as grilagens e fraudes em cartórios, as expulsões por parte dos fazendeiros e seus grupos armados, de parceiros e pequenos proprietários? Este é um outro filão de pesquisa da sociologia rural que apresenta resultados bastante expressivos. Somado às publicações dos movimentos e organizações civis<sup>15</sup> que também produziram muito sobre o assunto, esse material mostra o quanto foi violenta e sofrida a luta pela permanência na terra e por condições mínimas de dignidade nessa época para os pequenos, sejam eles posseiros, camponeses, agregados, enfim, de comunidades e grupos inteiros.

Por outro lado, a prioridade historicamente concedida, tanto pelas políticas públicas quanto pelos agentes de governo, aos grandes fazendeiros e aos agricultores tidos como dotados de maior capacidade de resposta a estímulos modernizantes é bastante nítida para endossarmos qualquer tese que apele para determinantes técnicos e econômicos para explicar a distribuição da terra. Por esta razão é necessário tocar na questão da exclusão, ou melhor, na questão da enorme desigualdade de acesso às vantagens e desvantagens, dos custos e dos frutos da modernização.

Em Iturama, no início da década de 80, este cenário estava bem definido. Guimarães aponta a pecuária de corte e, posteriormente, a produção de cana-de-açúcar como as atividades predominantes no município. A pesquisadora destaca que a importância da produção pecuária era tanta que ali se instalou um frigorífico pertencente ao Consórcio Brasil Central de Carnes, ligado ao Grupo Algar, com capacidade de abate de 1.500 cabeças de gado por dia, produzindo uma média de 30 mil toneladas de carne por ano. Ainda segundo Guimarães, estimulada pelo PROÁLCOOL<sup>16</sup> – em razão do crescimento da produção na região que faz fronteira com o estado de São Paulo – a produção de cana na região começou a expandir-se em detrimento da pecuária extensiva, das culturas de milho,

---

<sup>15</sup> Na região se destacam os boletins, jornais e demais informativos publicados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e, posteriormente pela APR (Animação Pastoral e Social no Meio Rural). Nos últimos anos alguns dos movimentos presentes na região (especialmente o MTL - Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) também começaram a publicar denúncias e boletins similares.

<sup>16</sup> O Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) foi criado em 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção de álcool combustível. Atingiu seu auge em meados da década de 80 se concentrando principalmente no estado de São Paulo.

algodão e arroz. A retração da pecuária foi tão intensa que em 1989 o frigorífico fechou, deixando mais de 500 trabalhadores desempregados. Vale dizer que data da segunda metade da década de 80 a instalação da Destilaria Alexandre Balbo que, em 1994, seria comprada pelo Grupo Tércio Wanderley<sup>17</sup>, que já possuía uma usina de cana em Coruripe, no Estado do Alagoas. Esse grupo se expandiu na região e hoje possui, além da matriz alagoana, unidades industriais em Iturama, Limeira D'Oeste e Campo Florido. Por ser de suma importância para a problemática deste trabalho, posteriormente discutiremos a produção de cana, a presença das usinas e a relação destas com o assentamento Santo Inácio Ranchinho.

Neste ponto vale sublinhar que, se o acesso à terra estava difícil em todo o Triângulo, em Iturama estava ainda pior. Segundo os índices de Gini<sup>18</sup>, a concentração fundiária do município superava a concentração média da região (0,821 contra os 0,778 da média regional). O depoimento de um assentado de Sto. Inácio é bastante significativo para demonstrar como ocorreram, na percepção dele, algumas das transformações descritas acima:

Eu era arrendatário (...) quando eu trabalhava de empregado, nas fazenda, o patrão mi dava uma carta de anuência e cum meu próprio suor, eu trabalhava e pagava tudo no fim do ano e ainda sobrava um poquim. A gente prantava milho, arroz, algodão, um ano aqui, outro ali, porque o patrão num deixava prantá num lugar só! Num ano a gente prantava a lavoura, quando chegava outro ele vinha e fazia pasto. Até que nós fiquemo sem lugar prá prantá e fumo morar na cidade! (Seu Calu, entrevista realizada por Guimarães, 2002:42)

Para os ex-pequenos-proprietários, parceiros e trabalhadores volantes já “urbanizados”, os novos e limitados acessos às facilidades de produção e de comercialização trazidos pela chamada modernização (principalmente a partir dos anos 1970) são em tudo e por tudo insuficientes para compensarem as perdas ocasionadas pelo conjunto de transformações pelas quais a região passou. Essa situação de escassez de terras chegou ao seu extremo quando – somado ao fato de ser muito difícil o acesso a porções suficientes e adequadas para o “*plantio na meia*” – o número de ofertas de emprego rural

---

<sup>17</sup> Para mais informações, ver <http://www.usinacoruripe.com.br/>

<sup>18</sup> Fonte: FIBGE, 1985. O índice de Gini é uma medida de grau de concentração qualquer. Assume valor zero (0) quando a distribuição é igualitária, tendendo a valor um (1) quando a distribuição está concentrada nas mãos de uma só pessoa.

durante o ano todo também decresceu, principalmente devido às inovações tecnológicas na produção.

Os empregos criados na cidade ou no campo eram considerados insatisfatórios em termos de quantidade e qualidade. A maior fonte de renda destes trabalhadores nesta época foram as empreitadas como bóia-fria. Geralmente no período de safras (principalmente cana e algodão) os trabalhadores enfrentavam longas e duras jornadas de trabalho e, como muitos deles destacam, precárias condições de transporte e remuneração. Nos períodos de entressafra passavam por enormes dificuldades e, quando encontravam, enfrentavam os mais diversos e precários serviços. Os mais comuns dentre os que me foram relatados em campo foram os trabalhos em carvoeiras, no desmate de áreas, na panha de sementes de brachiaria, entre outros.

Nesse sentido, são exemplares os relatos de Zé Pretinho e sua esposa Maria sobre as dificuldades do trabalho nas carvoeiras. Hoje os dois são assentados de Sto. Inácio e relembram (a partir de suas atuais condições) esse período, sempre ressaltando seus aspectos negativos. Assim, como nos contaram, as condições precárias do trabalho acabavam envolvendo a todos da família: Maria, como exemplo do “*sofrimento*” desta época, citou a perda de um filho (ainda em gestação) devido as cargas que carregava, as queimaduras que outros filhos tiveram pelas andanças entre as brasas, da sujeira, da fumaça e das cinzas com que tinham que conviver, etc.

A modernidade triunfante na região, afirmando estar construindo um novo mundo, gerido pela razão e ao qual cada uma das pessoas teria que se integrar, reprimiu mais forte que nunca tudo o que havia nela que mais contribuía para a formação de sujeitos. Brandenburg argumenta que o desenvolvimento científico-tecnológico promovido pela modernização agrícola acaba dispensando parte do trabalho humano e instaurando uma crise. Em sintonia com Touraine, quando este afirma que “o triunfo exclusivo do pensamento instrumental conduz à opressão” (1998:229), Brandenburg (1999) percebe que a expansão da racionalidade no campo brasileiro, ao seu extremo, provoca um processo de objetivação do próprio homem, concebido antes de tudo como agente de uma obra coletiva desempenhando papéis preestabelecidos.

Neste momento se destacam aqueles que não se conformam com seus papéis pré-estabelecidos. O que se viu em Iturama e em vários outros lugares do país foi um levante de trabalhadores falando em direitos e se organizando em sindicatos e movimentos. Existe uma

bibliografia muito rica sobre o histórico recente de manifestações coletivas de trabalhadores rurais em Minas Gerais<sup>19</sup>. Estão contemplados nestes trabalhos a fundação dos primeiros sindicatos e Ligas Camponesas; a importância e a força da presença do PCB; a opção realizada pela sindicalização de acordo com as regras impostas pelo Estado; o fortalecimento do MSTR (Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) e a fundação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); as retaliações do regime militar; os Círculos Operários Cristãos, os sindicatos assistencialistas e a criação da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais).

Com esta bibliografia consolidada, nos limitamos a retomar algumas questões essenciais para prosseguirmos com nossa argumentação. Segundo Gomes,

Os STRs, criados como estratégia governamental para exercer o controle sobre as organizações de trabalhadores rurais, institucionalizando-os ao passo que enfraquecia os movimentos sociais, passam nos anos 1980 por uma significativa reformulação política. O sindicalismo rural da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, fortemente vinculado a uma política assistencialista e atrelada às elites locais no decorrer da década de 1970, passa a priorizar, na década de 1980, a democratização da terra, a politização dos trabalhadores rurais e a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas da classe (2004: 113).

É necessário que se diga que o parcial rompimento com “*uma política assistencialista*” vinculada às elites se fez através de duas modalidades de “*luta*”. Em primeiro lugar, os trabalhadores rurais, muitas vezes envolvidos no corte da cana ou colheita de algodão ou café, motivados pelos sindicalistas e agentes pastorais, organizaram manifestações e greves reivindicando direitos trabalhistas e melhores remunerações. Posteriormente, tanto a partir dos grupos já formados em torno desta “*luta*” trabalhista, quanto a partir de pessoas que nunca haviam se envolvido, inclusive em regiões sem qualquer histórico de organização de trabalhadores rurais, começam a surgir os conflitos em torno da propriedade da terra. Trata-se de dois momentos distintos de resistência e conquista de direitos por parte de toda uma parcela da população rural que se encontrava estrangulada de diferentes modos pelo modelo de desenvolvimento adotado na região. Vale dizer que data da década de 1980 o crescimento vertiginoso dos conflitos no campo Mineiro. Ainda segundo Gomes,

---

<sup>19</sup> Ver, dentre outros, GOMES, 2004; GADELHA e SGRECIA, 1987; MENDONÇA e THOMAZ JUNIOR, 2003; FERREIRA NETO, 1999; GRZYBOWSKI, 1987.

em 1981, por exemplo, o MSTR registrou 16 conflitos pela posse da terra, envolvendo 1.685 famílias, nas regiões de Paracatu, Norte de Minas e Jequitinhonha. Em 1983, o número salta para 53 conflitos, que se espalham também para a Zona Metalúrgica, Vale do Mucuri, região do Rio Doce, Alto São Francisco e Pontal do Triângulo, envolvendo mais de 7.000 famílias. Em 1985 o número chega a 150, com cerca de 68.000 pessoas. A violência também se faz progressiva nos conflitos por terra no estado: 1 assassinato registrado em 1980 para 26 em 1985 (2004: 113-4).

No caso de Iturama, alguns acontecimentos históricos são fundamentais para pensarmos a organização dos trabalhadores em busca de direitos. Os detalhes deste processo serão trabalhados no capítulo seguinte. Neste ponto, retomamos apenas algumas das primeiras situações de conflito aberto nas quais estavam envolvidos os atores que posteriormente se organizariam para assentarem-se. Neste sentido, destaca-se o sucesso da greve dos “*panhadores*” de algodão ocorrida no então distrito de Iturama, Limeira D’Oeste, em meados da segunda metade da década de 80. Pelos depoimentos de Zé Pretinho, então delegado do STR de Iturama (sede Limeira d’Oeste), os trabalhadores conseguiram um aumento de 100% no valor pago pelo algodão colhido. Nesse grupo de grevistas estavam presentes vários trabalhadores que alguns anos depois iniciariam a “*luta por terra*” que resultou no assentamento Sto Inácio, em Campo Florido.

Outro momento importante destacado por Guimarães foi a greve dos trabalhadores “bóias-frias” da Destilaria Alexandre Balbo. Sobre esta greve (ocorrida no ano de 1989), de acordo com depoimentos dos assentados que na época se envolveram, “*os trabalhadores saíram vitoriosos*” por conseguirem na época o que hoje são “*exigências básicas realizadas ao empregador*” (pessoa ou empresa que contrata os trabalhadores volantes): um piso salarial; o fornecimento de ferramentas e equipamentos de proteção; transporte gratuito; controle mais transparente da pesagem da cana; etc. As medidas tomadas pela Destilaria incluíram também a demissão daqueles que foram vistos como os responsáveis pela mobilização.

De um modo geral, pode-se dizer que o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se tornou uma das regiões com maior número de conflitos no campo brasileiro. Daí conclui-se que a cultura política descrita por Sales (marcada pelas relações de mando e subserviência e expressa na história brasileira através das migrações internas e da relativa incorporação do fetiche da igualdade), apesar de ainda hoje estar presente na região estudada, neste momento começou a ruir e a conciliação entre proprietários e não-proprietários rurais a dar lugar ao conflito aberto.

### CAPÍTULO 3 - A construção da luta pela terra na região de Iturama: os atores e suas sociabilidades

Como exposto no primeiro capítulo, na modernidade convivem, em relações de oposição e complementaridade, os movimentos de racionalização e subjetivação. Se o que podemos chamar de exclusão social é crescente na região estudada, da mesma forma o é o movimento dos atores em busca de liberdade, reconhecimento e consideração. Por todo o Brasil, especialmente a partir da década de 1980, atores começam a se organizar, no campo e na cidade - via sindicatos, partidos, associações e movimentos - para cobrar direitos dos mais diversos.

Este capítulo tem como objetivo analisar, especificamente, o processo de organização dos trabalhadores rurais sem terra na região do município de Iturama que resultou na criação do assentamento estudado neste trabalho. Se as situações históricas concretas são resultados das relações entre os atores, consideramos fundamental retomar aqui como estes construíram e conceberam todo o processo “*de luta*”. Assim, nos questionamos aqui sobre a emergência do movimento e dos grupos que tiveram uma participação significativa na conquista da terra; quais foram e que papel tiveram os atores envolvidos no processo e qual a participação e importância das sociabilidades e suas respectivas redes para o desencadeamento dos fatos.

Para tanto, privilegiando a percepção de alguns dos atores envolvidos, especialmente de Zé Pretinho. Quando questionados sobre o começo da luta, vários assentados indicaram o Zé Pretinho como a pessoa mais apropriada para falar sobre esta questão. Desta forma, ele constitui uma pessoa reconhecida pelo grupo como autoridade para falar sobre a emergência do movimento que culminou no assentamento. É preciso relativizar que ele reconstrói a história da “*luta por terra*” dos trabalhadores de Iturama a partir de sua própria trajetória pessoal de inserção nos conflitos civis, trabalhistas e em torno da posse da terra. Além disso, ele procura ao longo do relato afirmar seu papel de liderança no processo. Contudo, a partir de seu depoimento, é possível extrair pistas capazes de compor um quadro sobre a história do movimento.

Hoje já acostumado a dar entrevistas e depoimentos para pesquisadores, simpatizantes e visitantes do assentamento, quando perguntado sobre o início do movimento e sobre uma lista

de interessados que ficava em suas mãos, ele retomou fatos que apesar de cronologicamente bem anteriores aos que imaginávamos, foram, segundo sua percepção, fundamentais para desencadeamento dos acontecimentos que resultaram no assentamento. Segundo seu testemunho, *“tudo começou”* quando, na época do congelamento de preços do governo Sarney, ele ouviu pela TV e pelo rádio que os consumidores deveriam ser os próprios fiscais dos preços e que estes deveriam cobrar seus direitos e denunciar os estabelecimentos comerciais que não estivessem de acordo com a tabela de preços. Por estar no *“seu direito”*, Zé Pretinho resolveu denunciar os açougueiros de Limeira D’Oeste, então distrito de Iturama, local em que ele morava. Não se satisfazendo com as multas e com os processos abertos contra os açougueiros, ele conta: *“eu peguei um papel, pedi alguém pra escrever pra mim o cabeçalho e sai na rua pegando assinatura denunciando todos os açougueiros que tinham (...) aí foi quando eu peguei 108 assinaturas e fui na delegacia e apresentei”*. Esse fato foi decisivo para o decorrer de sua reconstrução da história, porque foi devido à atenção chamada com este ato que Zé Pretinho foi procurado por um militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Sindicato dos trabalhadores rurais (STR) de Iturama, interessados em abrir sedes destes no distrito de Limeira D’Oeste. Apesar de ser *“contra a greve (...) contra o sindicato dos trabalhadores rurais e contra a qualquer movimento que pertencia assim, que defendia o trabalhador”*, segundo seu depoimento, Zé Pretinho se destacou por *“ser uma pessoa de coragem”* aos olhos dos representantes do partido e do sindicato de Iturama devido ao *“ato dos açougueiros”*. O fato é que ele foi convidado a participar de uma reunião em Iturama para se inteirar dos *“direitos do trabalhador”*. Mesmo desconfiado ele resolveu comparecer. Assim ele conta:

Eu fui pra ver como é que era essa reunião lá. Porque eu nunca tinha participado de nenhuma reunião. Aí eu cheguei ele foi me explicar a questão do sindicato, pra que que era o sindicato, qual era o direito que o trabalhador tinha, que eu não sabia, que tinha que conhecer. Aonde o trabalhador tinha que procurar o advogado pra defender os direitos dele. No caso se fosse mandado embora de uma fazenda, se ia trabalhar numa fazenda sem carteira de trabalho, se fosse machucado e não pudesse trabalhar mais, qual o direito que ele tinha, né? A questão do partido, me explicou também, o partido que defende o trabalhador, o PT foi fundado por um trabalhador, não um trabalhador rural, mas um trabalhador urbano, né? Que, no caso, o Lula, né? Então foi me contando e aí, fazendo minha cabeça, né? E aí eu topei ajudar o rapaz a fundar o PT, dentro de Limeira, e também abrir o sindicato. Aí topei. Topei. Aí nós discutimos lá, eu já filiei, na hora, eu já filiei no sindicato, dos trabalhadores rurais. E já filiei no PT também, que eu não era filiado, filiei também. Aí de tarde nós fomos embora, fomos conversando pelos caminhos afora,

ai ele marcou uma reunião pro outro domingo, no salão da escola. Marcou e nós fomos pra lá. E eu nunca tinha falado assim... em público, nunca, nunca tinha falado em público. Ai marcou essa reunião lá pra escola, ele que já era um cara acostumado, tarimbado já, né? Ai ele falava sobre a questão do sindicato e sobre a questão do partido. E eu de parecia com ele pra dar uma contribuição e também falar que estava ali ajudando, né? No que fosse possível, e dar minha contribuição na altura que eu pudesse.

É de fato muito interessante observar a importância das reuniões para a prática dos militantes que tentavam imprimir um ritmo à busca pela organização dos trabalhadores rurais. De um modo geral, sua dimensão mais evidente é a de ser um instrumento de discussão de assuntos de interesse de quem as promove. Foi através delas que o pessoal já “*tarimbado*”, seja ele formado por sindicalistas, religiosos ou militantes partidários e “*de esquerda*”, “*fez a cabeça*” dos trabalhadores. Nesta época, os direitos dos trabalhadores rurais e a formação de novas organizações de representação eram apresentadas nas reuniões realizadas pelos STRs e pastorais católicas, como as questões mais importantes do momento.

No entanto, como afirma Comerford (1999), para além desta dimensão instrumental, as reuniões podem ser vistas também como um componente importante na construção de um universo social na medida em que criam espaços particulares de sociabilidade que rompem, ao menos parcialmente, com a sociabilidade cotidiana destes trabalhadores. O papel central que as reuniões assumem na fala de Zé Pretinho, assim como o fato de falar do militante do sindicato como uma pessoa “*tarimbada*”, diferente dele que “*não era acostumado*”, “*não tinha leitura*”, “*não entendia nada de política*” e sequer havia participado de uma reunião ou falado em público, reforçam esse argumento.

Filiado ao PT e ao STR, Zé Pretinho resolveu ajudar o tal militante do STR de Iturama a promover estas organizações no distrito de Limeira D’Oeste. Ambos realizaram várias reuniões que culminaram na fundação de uma sede do STR de Iturama neste distrito, na eleição de seu representante e, posteriormente, na greve dos “*panhadores*” de algodão mencionada no capítulo anterior. Nesse período, a emergência da questão dos direitos dos trabalhadores rurais se destacou como a grande aglutinadora de interessados no sindicato, que por sua vez se apresentava como um mediador dos conflitos entre patrões e empregados. Novamente é significativa a fala do Zé Pretinho:

Aí vamos fundar o sindicato, porque o sindicato dos trabalhadores aqui é muito importante. Eu explicava a situação pra quem trabalhava de operário, que trabalhava na roça, por exemplo, trabalhava nas fazendas, levantava de madrugada, trabalhava dia santo, domingo, não tinha hora extra. (...) o cara tinha muito direito na fazenda e muitos não sabiam dos direitos que ele tinham, né? As vezes muitos estavam até bem de situação, né? E não sabiam (...) Então tinha que abrir o sindicato lá e tinha que ter o representante do sindicato. Aquele que representasse o sindicato ali, no que ele pudesse fazer um acordo, por exemplo, negociação, tudo bem. Se não desse conta, aí mandava pra sede em Iturama, lá em Iturama tinha o presidente do sindicato, tinha o advogado, então lá já ia resolver, já ia... ia resolver já. Se desse, bom, se não desse ia pro tribunal, resolver. O pessoal ficou muito animado com aquilo. Então vamos abrir o sindicato! Vamos!

Pouco tempo depois da abertura do sindicato, os trabalhadores empregados nas lavouras de algodão instauraram uma greve que conseguiu parar o trabalho na colheita e fechar as estradas de acesso do distrito durante quatro dias. A reivindicação de aumento salarial foi atendida, mas o maior mérito desta greve foi que, somado a outros movimentos também considerados vitoriosos (a exemplo da greve dos trabalhadores da Destilaria), ela foi vista por alguns trabalhadores rurais da região de Iturama como a prova das possibilidades de transformação de uma realidade indesejável através da organização deles próprios.

Quando contestaram a lógica da ordem vigente e se posicionaram contra os fazendeiros que plantavam algodão, aqueles trabalhadores romperam com uma postura marcada pela submissão e transformaram (ao menos parcialmente) a sociedade em que viviam. Fizeram-se produtores de sua própria história, em busca de condições consideradas mais dignas de vida. A insatisfação e o inconformismo dos trabalhadores rurais da região de Iturama para com as suas condições de vida e a ação colocada em prática com o intuito de transformar esta realidade são, portanto, sinais do que Touraine (1998) chama de transformação parcial dos indivíduos em atores. O que antes tendia ser visto como ordem natural e intocável do mundo, foi a partir de então tratado por estes atores apenas como o princípio de orientação de suas condutas.

Embora Zé Pretinho procure reconstruir a história de *“como tudo começou”* nitidamente preocupado em me convencer do papel de liderança que passou a assumir, é interessante observar em seu depoimento como ele, inconformado com sua perspectiva de vida resolve tomar uma atitude. Assim ele conta como teve a *“idéia de lutar por um pedaço de terra”*:

Aí vai, vai, quando pensa que não, quando chega um dia, estou lá na beira do rio Paranaíba (...) Estávamos lá panhando algodão. Era umas duas hora da tarde, eu olhei no rio assim ó, lá dava mais ou menos uns mil metro de largura. Aí eu falei pra minha mulher assim: eu queria estar lá no meio daquele rio agora, queria estar lá no meio daquele rio agora com uma corda amarrada no pescoço, e amarrada na perna pra mergulhar pra nunca mais eu boiar. Ela pegou e falou assim: pra que você está falando isso? Eu falei: não, porque eu já estou cansado, cansado já, de trabalhar, pelo jeito que eu estou vendo eu vou até ficar velhinho, subindo em caminhão de bóia-fria, sem ter uma função na vida, uma vida melhor pra viver. Então eu já estou cansado, não estou agüentando mais. Ela pegou e falou assim: não, você tem que ter fé em Deus. Aí foi naquela hora que deu aquela idéia assim, um tino assim, de lutar por um pedaço de terra. E aí eu comecei... naquela hora ali... Aí eu comecei a chamar as pessoas. As que estavam ali por perto ali, eu comecei a chamar. Inclusive o Calu era um deles, o Adelson, que mora lá do outro lado é outro, o Guilherme que mora lá embaixo é outro. Eles estavam perto ali, eu já falei com eles na hora ali. Aí de tarde, quando parou todo mundo, entrou no caminhão, aí dentro caminhão eu andei comunicando com as pessoas, no caminhão. E marquei reunião pro dia trinta de março, de 1989.

Segundo Barroso, outro assentado que na época também se tornou uma das lideranças do movimento, mesmo com o aumento da remuneração dos trabalhadores do algodão e da cana conseguidos através das greves, as condições de sobrevivência dos camponeses e trabalhadores rurais da região continuavam precárias. As principais dificuldades para estas pessoas, como foi dito no capítulo anterior, advinham do difícil acesso à terra, da escassez de trabalho assim como de sua baixa qualidade (ainda mal remunerado e muito “*puxado*”).

Como conta Zé Pretinho, na primeira reunião, realizada em sua casa, compareceram vinte e duas pessoas. “*Nós discutimos ali uma meia hora. Tinha que saber o que ia discutir, eu não entendia de reforma agrária, não... né? Não entendia nada. Cada um falava uma coisa, um fala um, outro fala outra*”. Nesta ocasião eles combinaram de convidar mais pessoas para a próxima reunião, que ficou marcada para quinze dias depois. Para sua surpresa, já nesta segunda reunião compareceram cento e oitenta pessoas.

É claro, conforme a própria presença massiva de interessados presentes nas primeiras reuniões não nos deixa pensar diferente, a reforma agrária e a possibilidade de conseguir terra não era algo totalmente estranho aos trabalhadores que estavam na região. O Antonio Munhoz, por exemplo, freqüentou estas duas primeiras reuniões e hoje se encontra assentado. Em entrevista, ele me disse que através destas reuniões ele lembrou o que o pai dele lhe dizia quando ainda era uma criança: “*que o Brasil só melhorava pro pobre a*

*partir da reforma agrária e que ela ficou escondida muito tempo dos olhos do povo”.*

Sobre a dinâmica e encaminhamentos destas primeiras reuniões Zé fala que:

eu comecei, assim, a ficar meio lá meio cá porque, de um modo ou de outro, a reunião de vinte e dois e depois de cento e oitenta... e eu ali, só eu ali, representando aquele tanto de gente ali? O Ademar na época, que era representante do PT, mas também, na época na época, não tinha o conhecimento de reforma agrária. Aí uns falam uma coisa, outros falam outra. Quando uns começavam a falar muito, outros já: não, espera aí, deixa o Zé Pretinho falar, e queriam que só eu falasse e eu já não estava tendo assunto mais pra falar e não sabia nem como é que era isso. Aí o que eu fiz? Não, eu vou amanhã, era uma segunda-feira, amanhã eu vou lá em Iturama e vou chamar o presidente do sindicato, o advogado do sindicato e o representante do Partido dos Trabalhador lá, pra nós marcarmos uma reunião no dia quinze e aí vocês vem e eles vão vir, e eles vão dar pra nós a direção e aí nós vamos ver o que nós vamos fazer. Porque eu mesmo, na verdade, não sei o que eu vou fazer, mas eles sabem, eles conhecem, tem conhecimento, então eles explicam pra nós o que é melhor pra fazer. E aí no outro dia eu fui, pra Iturama. Cheguei lá e contei a história. (...) contei isso lá pra eles, aí o que eles acharam? Que deveria chamar mais gente, aí a gente chamou a APR, na época era... CPT, né? Chamou a CPT.

É curioso observar como Zé Pretinho faz questão de deixar transparecer nesta fala um sentimento de desinformação e falta de referências em um universo social ainda incerto tanto a ele quanto aos demais trabalhadores. Então, em busca de informações e orientações, ele procurou a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Pela minha experiência atuando nesta organização e através de conversas sobre este período histórico com seus componentes, podemos afirmar que o grupo que representava a regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba da CPT já contava na época com uma certa experiência com situações similares, adquirida através do envolvimento com os primeiros casos de greves e ocupações entre os trabalhadores rurais desta região. Além disso, por estar inserida na multifacetada e crescente rede de organizações que lidavam com questões que envolviam trabalhadores rurais e camponeses, o grupo local da CPT estava bem inteirado sobre a conjuntura nacional de aumento de conflitos no campo.

Segundo Frei Rodrigo, uma importante referência desta organização, neste *“início de luta por terra na região não existiam movimentos como eles são hoje em dia”*. De acordo com seu depoimento, os trabalhadores não tinham uma estrutura e uma organização mínima para o enfrentamento com os fazendeiros, com a polícia e grupos armados, com os trâmites burocráticos e logísticos da luta. Assim, *“a Pastoral se fazia presente em todos os*

*processos da luta*”, desde a formação política inicial até ao encaminhamento de um modo de organização dos trabalhadores, das manifestações e ações propositivas.

Motivados diretamente pelos “animadores” da CPT e apoiados por diversas outras organizações que foram acionadas por ela, os trabalhadores continuaram a realizar reuniões e a levantar os nomes de interessados em “*lutar por terra*”. Ao aceitar dialogar com a CPT e acatar algumas de suas análises e encaminhamentos de ação, estes trabalhadores sem terra fizeram a escolha por uma estratégia de luta em detrimento de tantas outras possíveis. Quando optaram, depois de várias reuniões, a formar lideranças, coordenações, grupos de trabalho e “*ocupar*”, estes trabalhadores escolheram uma das opções. É importante frisar este aspecto porque este modo de organização e enfrentamento político ainda não era comum na região como o é hoje em dia. As experiências de “*luta por terra*” e “*ocupações*” promovidas pelos movimentos de sem terra (principalmente o MST) e sindicatos de trabalhadores rurais que já se tornavam comuns em outras partes do país ainda eram raras no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Até o final da década de 80 haviam acontecido apenas três conflitos de maior proporção que acabaram resultando, depois de muita violência e resistência, em dois assentamentos<sup>20</sup>. Então, os atores estudados aqui, longe de seguirem uma estratégia de luta com resultados previsíveis e exaustivamente testada por alguma organização consolidada de representação dos sem-terra, estavam forçando limites e tornando-se pioneiros neste modelo de enfrentamento político na região.

Vale ressaltar que naquele momento, através da participação diferenciada dos diversos atores envolvidos, estava em geração todo um universo social até então, e de um modo geral, estranho àqueles trabalhadores. Destaca-se neste processo as redes de relações sociais que para além da estrutura formal das instituições, propiciaram toda uma construção de símbolos e representações coletivas. As reuniões, os encontros e cursos promovidos principalmente pelas organizações constituem momentos privilegiados para pensarmos esta construção

na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das

---

<sup>20</sup> Referimo-nos ao conflito na Fazenda Barreiro, no município de Iturama, e ao caso da área da CEMIG (Companhia de Luz e Energia de Minas Gerais), no município de Santa Vitória, que resultou na desapropriação da Fazenda Cruz e Macaúbas. Para mais detalhes ver FONSECA, 2001; GOMES, 2004; RAMOS, 1993 e MICHELOTO, 1990.

organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar. (Comerford, 1999:47)

Barroso, um dos irmãos Galante assentados em Campo Florido (que posteriormente foi fundador de “*movimentos de luta por terra*”, inclusive alguns deles tendo uma atuação nacional, e hoje é uma das principais lideranças na região<sup>21</sup>), descreve assim aquele momento vivido por eles:

Naquele momento o grupo tava se fortalecendo, tava discutindo, ainda, a possibilidade de fazer uma ocupação de terra. O que significava ocupar terra no Triângulo Mineiro, em Iturama, nas barbas da UDR<sup>22</sup>... Então, o que a gente chamava de trabalho de iniciação, hoje nós falamos em trabalho de base. O trabalho de base é reunir as famílias, tá explicano como funciona a luta, tá levando as pessoas a tomar consciência do que ela vai fazer, como é que ela vai ingressar naquele grupo. (entrevista de Barroso, concedida a Guimarães, 2002:64)

Como é evidente em sua fala militante, Barroso concebe essas reuniões como “*trabalho de base*”, como momentos oportunos para fazer a “*iniciação*” dos trabalhadores. Entretanto, vale destacar também neste processo a construção de novas sociabilidades entre os trabalhadores envolvidos e sem as quais não seria possível pensar num projeto coletivo que agregasse os interesses e motivasse “*a luta*”. Segundo Scherer-Warren “*a participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas, conforme tem sido estimulado, sobretudo, pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das Igrejas progressistas e dos sindicatos ‘combativos’, contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política*” (1996:71).

É fazendo uso das redes construídas pelas sociabilidades (sejam elas estabelecidas a partir das reuniões e “*encontros de formação*” ou sejam elas pré-existentes) que os grupos, enquanto unidades de ação e atividade, fazem circular as informações que manifestam seus

---

<sup>21</sup> Sobre a formação de outros movimentos sociais a partir da liderança e participação de assentados do Sto. Inácio poderão ser vistas no capítulo 4.

<sup>22</sup> Conforme definido em sua página oficial, “*a União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País*” (<http://www.udr.org.br/historico.htm>, acessado em 11/07/2007).

interesses, valores, paixões, etc. e constroem representações coletivas, símbolos e concepções de vida e ação.

Entretanto, inerente a esta construção de símbolos e concepções existe toda uma disputa em torno da classificação e nomeação das diversas formas de ação possíveis, que por sua vez, dizem respeito à legitimação ou deslegitimação da própria mobilização, das lideranças e das bandeiras de lutas. Nesse sentido, é notória a polêmica em torno das “ocupações” ou “invasões” de áreas rurais ou órgãos públicos. Entre as organizações de representação e assessoria dos trabalhadores rurais, a discórdia sobre a legitimidade deste tipo de ação marcou algumas cisões e diferenciações importantes entre elas. Esses posicionamentos, por sua vez, determinaram a forma como os trabalhadores estudados aqui se organizaram. Vamos então a um breve resgate de como estavam se posicionando os mediadores que participaram da “luta” dos trabalhadores de Iturama.

A nível nacional, de acordo com Medeiros (1989), em meados da segunda metade da década de 1980 o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) haviam deliberado um esforço de articulação no encaminhamento das lutas por terra em oposição à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Apesar destas instituições terem na época a reforma agrária como bandeira de luta, elas divergiam quanto às propostas sobre a concepção e condução da mesma. Enquanto a Confederação priorizava as possibilidades institucionais e apostava no diálogo com o Estado na condução das desapropriações de terras, o DNTR/CUT e o MST optaram por uma pressão política mais ofensiva cristalizada através das “ocupações” de terra e formação de acampamentos.

Na CPT, entre a regional Triângulo Mineiro e a coordenação estadual de Minas Gerais, a questão da legitimidade das “ocupações” e o papel que a organização devia cumprir nestes momentos também constituíram em ponto de desacordo. A criação da Animação Pastoral e Social no Meio Rural (APR), datada de 1991, representou a ruptura das relações entre o grupo que atuava na região e a CPT Estadual. Segundo depoimentos de Frei Rodrigo, a coordenação estadual da CPT era contra a presença do MST pois não tinha o interesse de motivar “ocupações” naquele período. Essa estratégia política foi fortemente influenciada pelas disputas entre tendências internas do PT. Segundo seu depoimento, o grupo de pessoas que antes atuava como CPT e fundou a APR “continuou a fazer o

*trabalho que já vinha fazendo antes do rompimento*". É interessante observar que, depois do ocorrido, a direção estadual da CPT nunca abriu uma sede na região e só recentemente vem estreitando laços com a APR.

Também é importante dizer que entre os camponeses e trabalhadores rurais brasileiros, conforme afirma Wanderley, as "*ocupações*" de terras e órgãos públicos, assim como alguns saques, "*não são naturalmente válidos e legítimos, sobretudo quando eles beiram a fronteira do que é considerado ilegal*" (2003:241). De fato é comum entre estes atores um sentimento de vergonha "*por invadir algo que é dos outros*" e pela exposição pública de suas misérias. Os que se decidem por este modelo de enfrentamento político o fazem geralmente a partir de uma grande tensão interna e não sem o apoio e compreensão por parte de outros atores. É necessário que se faça esta reflexão para evitar uma percepção linear e unívoca das condutas e discursos adotados pelos atores envolvidos na "*luta por terra*" em Iturama.

Apesar das "*divergências*" presentes entre as organizações de representação e apoio aos trabalhadores rurais, conforme relato de Frei Rodrigo, este movimento nascente em Iturama procurou ampliar ao máximo sua base de apoio a fim de amparar e legitimar as condutas adotadas pelo grupo. Criou-se então um fórum de instituições, uma "*rede*"<sup>23</sup> de apoio institucional, composta inicialmente pelo STR e PT de Iturama e pela CPT regional, com a intenção de expandir o "*apoio*" e a "*articulação*". O grupo procurou a CUT, a CPT estadual, o MST, outros partidos e Igrejas e garantiu recursos tanto para cobrir despesas para uma "*ocupação*" quanto para "*liberar*" dois sindicalistas ligados ao DNTR/CUT que, de acordo com Guimarães, realizavam um "*trabalho de articulação e socialização das ações coletivas desencadeadas pelos trabalhadores sem-terra*" (2002:65).

Segundo o Barroso, depois de várias reuniões e somando cerca de duzentas pessoas, o movimento de Iturama decidiu "*ocupar*", na madrugada do dia 23 de janeiro de 1990, uma área de mais de 5.000 ha, correspondente à Fazenda Colorado, localizada a cerca de 60 km do centro urbano do município. No entanto, o ato foi frustrado por uma série de

---

<sup>23</sup> As redes, enquanto conceitos propositivos utilizados por atores e movimentos, referem-se a uma estratégia de ação coletiva e a uma nova forma de ação e organização. Acompanhando esta idéia, encontra-se uma nova visão do processo de mudança social que pressupõe, por um lado, a construção de uma nova utopia democrática, na qual as relações políticas seriam mais horizontalizadas e na qual haveria maior respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico. Por outro lado, esta noção implica na possibilidade de conectar o local e o específico ao global e a interesses mais gerais. Para mais detalhes sobre o conceito ver, dentre outros, Scherer-Warren, 1999; Ferreira, 2002; Doimo, 1995.

acontecimentos. Em primeiro lugar pela ação da polícia que, sabendo das intenções do movimento, impediu que um dos dois grupos partisse para a fazenda. As pessoas dispostas a “ocupar” estavam dispersas em diferentes lugares nos distritos de Limeira D’Oeste e Vila União, ambos no município de Iturama. Aquelas que estavam em Limeira (três quartos delas) foram barradas pela polícia e a “ocupação”, realizada então somente com as cinquenta pessoas que partiram de Vila União, não resistiu à ação da polícia que, no dia seguinte, sem qualquer tipo de mandato judicial, realizou o despejo.

Foi então que todos os interessados se reuniram na Fazenda Barreiro (palco do primeiro conflito de terra na região que resultou em um assentamento) e lá decidiram montar um acampamento no distrito de Vila União. Durante o mês em que eles ficaram neste local, um grupo de cinquenta pessoas ainda “ocupou” e montou acampamento na sede estadual do INCRA, em Belo Horizonte.

Neste momento evidencia-se o drama vivido por estes atores. Ao sentimento de medo e insegurança diante dos riscos que corriam em consequência das hostilidades e adversidades nos acampamentos, soma-se o sentimento de vergonha pelo questionamento à propriedade privada e pela exposição aberta de suas condições miseráveis de vida. Ao mesmo tempo, o movimento procura justificar-se socialmente, seja para assegurar a legitimidade de suas ações ou seja para otimizar as possibilidades de acesso à terra. A mudança do acampamento para uma rodovia federal, assim como a “*Carta Aberta à População de Iturama e Região*” reforçam o argumento.

"A realidade dos sem-terra de Iturama é a mesma de todo o Brasil, poucas pessoas com tanta terra sem nela nada produzir, e tantas pessoas precisando de terra para sobreviver e produzir o alimento para milhões de brasileiros, que não têm sequer para suprir a própria mesa.

O latifúndio cresceu nestes anos todos, as custas da miséria, da exploração e da expulsão do homem do campo. Chega! Em Iturama esta situação ficou insustentável, pois a miséria cresce a cada dia, e nos trabalhadores não temos oportunidade de trabalhar. Assim começamos a nos organizar rumo a conquista da terra por direito e por justiça.

Depois de muitas reuniões e assembléias para discutir nossos problemas, em um número de mais de cem famílias, decidimos colocar em prática um sonho de conquistar a terra e produzir. Ocupamos um imenso latifúndio improdutivo (Fazenda Colorado). Este número só não foi maior porque dezenas de famílias foram impedidas de se dirigirem até o local pelo cerco policial em várias localidades, principalmente no distrito de Limeira. Nós que estávamos em paz, unidos com o objetivo de produzir a terra, fomos despejados pela ação da polícia e dos fazendeiros liderados pela UDR, acompanhados de jagunços muito bem armados.

Apesar de toda a repressão o nosso sonho de Reforma Agrária, nossa disposição de luta e união foi muito maior que a ganância dos latifundiários. Erguemos com coragem um acampamento em Vila Unido, que vem crescendo constantemente com a chegada de novos companheiros que trazem consigo, a confiança, a força, e o sonho de juntos e organizados conquistarmos a terra.

Uma caravana de trabalhadores da região, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicatos da Região, e o Partido dos Trabalhadores (PT), estão em Belo Horizonte em processo de negociação com o INCRA, e os Governos Estadual e Federal, exigindo solução imediata dos problemas que estamos enfrentando.

A solidariedade e o apoio de toda a população enviando alimentos e a ajuda na própria sustentação do acampamento, como já vem ocorrendo, reforça a nossa luta que é de todos que buscam a justiça.

As ocupações e acampamentos são resultado da miséria e exploração a que estão submetidos milhões de Trabalhadores Rurais, e só terão fim no dia em que todo o trabalhador do campo tiver acesso a terra para plantar e viver."

(Carta Aberta à População de Iturama e Região - Trabalhadores Rurais Sem-Terra Acampados em Vila União, s/d apud Guimarães, 2002:70).

Vale notar como a construção de uma versão histórica comprometida com o espírito de resistência do grupo em relação às artimanhas e violências simbólicas, políticas e econômicas perpetuadas pelos “latifundiários”, dá os contornos da justificativa pelas ações tomadas.

Esta “*carta aberta*” deve ser lida como expressão pública da união do grupo em torno de objetivos e identidades comuns. A identidade que vinha sendo construída, através da participação diferenciada dos diversos atores envolvidos no processo, tem como eixo principal um projeto de vida que dá um sentido particular tanto à noção de justiça como à luta pela terra. É nesse sentido que podemos falar na construção do grupo enquanto unidade de ação.

Por definição, os grupos, independente dos seus efetivos numéricos, são capazes de agir de modo coletivo em torno de um ou mais objetivos que os indivíduos e subgrupos pertencentes a eles compartilham. Para existir, os grupos têm de ser uma realidade vivida e pensada. Suas fronteiras são percebidas e explicitadas e o contraste com o exterior (com os “de fora”) se torna o fator estruturante de suas unidades e especificidades. Assim, todo grupo está em contato e em concorrência com outros grupos. Dessa forma, os grupos devem ser vistos como conjuntos de relações vividas a partir do reconhecimento coletivo de uma auto-imagem que funda uma espécie de comunhão ideológica em torno de objetivos compartilhados pelos seus integrantes (Soares, 1981:103).

Paralelamente à organização dos trabalhadores sem-terra se dava uma mobilização e articulação política dos fazendeiros da região. Fazendo uso da imprensa e de contatos com parlamentares ruralistas e com o então ministro da agricultura, Antonio Cabrera (que inclusive possuía fazendas no município), a articulação dos proprietários acabou culminando em um processo criminal instaurado pela Polícia Federal de Uberaba, na desqualificação pública, por diversos meios, das práticas destes trabalhadores e na formação da UDR na região.

Impaciente com as negociações com o INCRA, diante às adversidades do acampamento na BR-497 e sob uma grande variação do número de pessoas acampadas, o grupo decidiu, quase um ano depois da primeira tentativa, realizar a segunda “ocupação” na Fazenda Varginha, no município de União de Minas. A violenta reação do Estado, na figura de um juiz do município de Iturama (que cedeu a liminar) e da polícia militar de Minas Gerais (que realizou a reintegração de posse), não deixa dúvidas quanto ao seu posicionamento de aversão e repressão diante dos movimentos de luta por terra. As violências físicas e psicológicas enfrentadas pelos trabalhadores, militantes e agentes pastorais neste despejo marcaram sobremaneira suas memórias e sempre são retomadas nas conversas sobre esse período.

Depois de sofrer com a forte pressão psicológica realizada com o intuito de amedrontar e intimidar o grupo a continuar com “as invasões”, algumas das pessoas envolvidas, ao serem liberadas pela polícia, acabaram desistindo. Entre os que não voltaram imediatamente para o acampamento às margens da BR estavam os militantes do MST<sup>24</sup> que até então participavam “da luta”, colaborando com idéias e experiência. Quando estes, depois de algum tempo, retornaram ao acampamento, não foram aceitos pelo grupo.

Aqueles que retornaram de imediato ao acampamento procuraram de diversas formas intensificar “a luta”. Seguiram-se as campanhas de denúncia das violências sofridas assim como as campanhas em busca de apoio e de interessados em participar e reforçar o acampamento e as “ocupações” que aconteceriam em diversos órgãos públicos. A pressão política exercida pelo grupo através de ações coletivas foi determinante para o desencadear dos acontecimentos. Foi somente devido a estas manifestações - seguidas ou não de

---

<sup>24</sup> Nesta época a presença do MST na região era muito pequena e na situação estudada ela se resumiu, até esta repressão policial, à participação de menos de cinco militantes vindos de outras regiões do país.

“ocupações”, no Ministério da Justiça, Congresso Nacional e sedes estadual e nacional do INCRA - que os atores conseguiram participar de audiências com o presidente do INCRA e com o ministro da agricultura e, depois de muita insistência, conseguiram destes a indicação de desapropriação de uma área.

Ainda no final do ano de 1990 o grupo aceitou a proposta realizada pelo INCRA acerca da desapropriação de uma área no município de Campo Florido, distante a mais de cem quilômetros de Iturama. A publicação da desapropriação da Fazenda Santo Inácio Ranchinho no Diário Oficial data de abril de 1991. No entanto, às vésperas da sua partida para a área, o grupo foi surpreendido pela notícia de que as proprietárias da fazenda haviam conseguido contestar sua desapropriação mediante medida cautelar concedida pela Justiça Federal.

A esta decisão judicial seguiram-se mais cerca de dois anos às margens da rodovia federal, somando-se no total três anos e quatro meses de acampamento antes da entrada na fazenda que se tornaria o assentamento. Impacientes com a morosidade e parcialidade da justiça e com as promessas realizadas e não cumpridas pelo INCRA, o grupo realizou a terceira e última “ocupação” de terra, desta vez na área protegida pela justiça e anteriormente indicada pelo INCRA como possível local de assentamento.

O grupo montou acampamento na fazenda para aguardar o desencadeamento dos fatos. Paralelamente à ocupação, dois grupos de pessoas (em sua maioria de lideranças e membros da CPT) foram para Brasília e Belo Horizonte em busca de apoio político para o ato. Segundo Guimarães, uma das herdeiras entrou com um mandato de despejo na Justiça de Uberaba, mas o processo acabou sendo julgado de modo favorável aos trabalhadores. Estes permaneceram acampados no local ao mesmo tempo que procuravam pressionar o INCRA e chegar a um acordo com as proprietárias da fazenda.

Do período em que ficaram acampados se destacam alguns aspectos muito relevantes para a problemática deste trabalho. A quantidade de pessoas acampadas nestes mais de três anos às margens da BR-497, como foi dito acima, variou bastante. Em seus extremos chegou a pouco mais de 50 e a quase 300 pessoas, a maioria delas de trabalhadores rurais que estavam na região do município de Iturama. Entretanto, esse fluxo e refluxo de pessoas acampadas não impediu que ali se consolidasse um grupo com alguns ideais, identidades e práticas sociais comuns.

As reuniões e assembléias permaneceram neste período como práticas bastante recorrentes e valorizadas. Entre estes eventos incluímos a criação de “*grupos de reflexão*” e seus encontros assim como as reuniões para definição de ações coletivas, divisão de tarefas e formação de “*comissões de trabalho*”. Estas últimas decidiam e executavam tarefas das mais diversas que iam desde a arrecadação, distribuição e preparo do alimento até a definição de estratégias para as manifestações coletivas. Nos “*grupos de reflexão*” - seguindo uma metodologia bastante comum entre as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) e Círculos Bíblicos presentes em todo o país naquela época – os envolvidos procuravam discutir, sempre amparados por uma determinada leitura dos textos bíblicos, problemas cotidianos concretos assim como formas de alcançar as mudanças desejadas<sup>25</sup>. De fato, a fé e a esperança dos envolvidos foi determinante tanto para legitimar suas ações como para fortalecer suas resistências cotidianas.

É fundamental ressaltar a existência de uma sociabilidade, digamos mais festiva no acampamento. As “*rezas*” e as festas de Folia de Reis se destacavam entre as que expressavam as religiosidades dos acampados. Também, conforme os assentados lembram com certo saudosismo, havia as festas de aniversários, os jogos de baralho e futebol e toda uma proximidade e interação social considerada por eles mais intensa do que a atual.

Relembrando da época dos acampamentos, os assentados sempre ressaltam que diferente de hoje, naquela época se tinha muita “*união*” e que somente devido a ela é que eles conseguiram vitórias.

“Ó, e eu vou te falar, hoje em dia, é... nós temos muita dificuldade de ter união. Nós temos muita dificuldade. E sabendo que se não fosse através de união nós não chegaríamos até aqui. Eu tinha muita vontade que essa união que nós tínhamos antes continuasse. Mas é difícil, vou falar procê...” (Zé Pretinho)

Na época do acampamento uma série de fatores colaborava para que os envolvidos se sentissem mais unidos. O objetivo comum a todos de conseguir se assentar em um lote de terra dava ao grupo uma coesão particular. Em torno desta vontade e expectativa esses atores resistiram, juntos, a toda uma série de hostilidades, precariedades e sofrimentos. Entretanto, isso não quer dizer que não existiam neste período representações contraditórias

---

<sup>25</sup> Para mais detalhes sobre o imaginário religioso na configuração de projetos e práticas populares na região consultar MICHELOTO (1991).

do grupo, de seus membros e limites. É bastante significativo o depoimento do Bafo, filho de assentado em Sto. Inácio.

Bafo: Esse pessoal aqui mesmo fez uma ocupação na Fazenda Varginha, no município de União de Minas<sup>26</sup>. No início... naquela época lá... hoje em dia você fala: não, eu sou do movimento social, anda aí, sai fazendo mobilização... naquela época, você não podia falar nem que você era do movimento social, você podia morrer. Ainda mais naquela região lá. Nós ocupamos uma fazenda rapaz. Nós éramos menininhos, essa aqui [apontando pra irmã] era de colo, chupava chupeta ainda. E o pelotão de choque de Uberlândia desceu. Nó, mas foi um massacre... foi pior do que esse aí. Bateu nos nego até umas horas. Sorte que eu era pequeno. O Djalma. Sabe o Djalma? O Djalma ali? Aquele cara vomitou sangue uma semana. Essa terra aqui não é de falar: ganhou terra... ganhou? ganhou o que?

Pesquisador: Vocês sofreram muito né?

Bafo: Nossa Senhora. Por isso que esse povo daqui é unido. Eles é meio desunião assim, cada um por si e tal. Mas, se uma coisa assim... se um cara de fora mexer com um daqui, rapaz... aí eles se unem.

A fala do Bafo é interessante ao afirmar simultaneamente a união e desunião do grupo. Essa sensação de união da qual os assentados falam se referindo à época dos acampamentos não deve ser entendida separada das adversidades às quais estavam expostos ou dos objetivos mais imediatos de suas “*lutas*” naquele momento. Neste ponto é necessário refletir que se os atores envolvidos no processo se produzem enquanto grupo e adquirem um caráter mais ou menos corporado na medida em que expressam esse caráter diante de um público externo e interno. A medida desta corporificação confere o caráter mais ou menos fechado do grupo em relação aos “de fora” e se faz sentir na sensação de união ou desunião descrita pelos assentados. No momento particular dos acampamentos, ou seja, antes de conseguirem se assentar, os trabalhadores, como já foi dito, afirmavam sua identidade em torno de objetivos comuns.

Mas as contradições fazem parte do grupo e a oscilação de suas fronteiras, condicionadas pelas posições e pontos de vista dos atores envolvidos em sua definição, paradoxalmente o reforçam. Assim, devemos entender o grupo não como um recorte demográfico e geográfico, ou como um dado substantivo, mas sim como uma construção política-ideológica, flexível, móvel e com suas realidades geradas no próprio processo “*de luta*”.

---

<sup>26</sup> Trata-se da segunda ocupação realizada pelo grupo. Ver pg. 13

Os conflitos, fundamentais para explicar o caráter mais ou menos corporado do grupo, nunca estão dissociados da expressão pública desse caráter e de sua associação a qualidades morais, em especial a união, indicador maior de sua coesão. Por esta razão, os grupos tendem a construir uma auto-imagem e um discurso positivo de sua unidade. Porém, como fica claro no depoimento de Zé Pretinho, mesmo no auge desta construção “oficial”<sup>27</sup> e positiva da unidade do grupo (na época dos acampamentos) os conflitos se faziam presentes:

Com todo esse sofrimento... eles tentaram ainda me tirar! Tentaram ainda me tirar. Só que hoje, se for falar isso, as pessoas não assumem, mas tentaram me tirar. Inclusive, minha mulher nunca ficou acampada. Nunca esteve acampada lá em Iturama não. Eu morava lá em Limeira, eu deixava ela em casa mais os meninos. Deixava aí. Passava trinta dias, trinta e cinco dias, quarenta dias fora. Fazendo campanha pra alimentação pra levar pro pessoal. Chegava lá um caminhão de alimentação. E minha mulher ia um dia lá no acampamento buscar alimentação. Por causa de eu não estar lá trabalhando pra dar o sustento dentro de casa, eu estava no mundo, então ela ia lá pra ver se tinha alguma coisa pra levar pra casa, né? Então o pessoal criticava e muitas vezes ela ia e não levava nada. Aí um dia o que aconteceu. Como estava longe de Limeira, eu peguei e aluguei uma casa em Iturama, indo pra Iturama, pra ficar mais perto de eu estar em casa e estar lá no acampamento. Aí uma vez o Gilmar Machado [então deputado estadual] deu um recurso pra nós. Até que era bastante dinheiro, pra comprar alimentação. Então nós pegávamos aquele dinheiro, tinha a condução da alimentação, então comprava lá em Fernadópolis. Vinha um caminhão cheio, chegava lá na cozinha, deixava na cozinha... aí quando acabava a alimentação, aí tinha o prazo certo pra dividir pra todo mundo. Aí o que acontecia, por eu não estar acampado eles cortaram. A minha alimentação não pegava lá. E sendo que minha casa, lá em Iturama, era a casa de apoio pra todo mundo. O pessoal ia pra Iturama, às vezes chegava de tarde, às vezes não tinha como pegar o ônibus pra ir embora, pousava lá, jantava lá, almoçava lá. Tinha gente que ficava doente, aí pra ficar mais perto pra tomar injeção, ia pra minha casa. Ficava em casa... e muitas das vezes, no dia que foi feita a votação lá pra cortar minha alimentação, ou eu pegava, ou eu não pegava, tinha gente lá que ficava lá em casa direto lá e votou pra eu não pegar sendo que ele comia da alimentação que eu pegava lá. Essa menina que tava aí ó, no dia que fizeram isso ela quase desmaiou lá no acampamento, quase desmaiou. Ela falou, falou, falou lá e eu fiquei caladim. Eu falei: ihh não, deixa isso pra lá, Deus sabe o que faz. Deixa pra lá. Não vou brigar por isso não.

Percebemos assim, a complexidade das redes traçadas pelas mais diferentes formas de sociabilidade estabelecidas entre os envolvidos “na luta” assim como os contínuos processos de afinidades e desafinidades resultantes destas redes.

---

<sup>27</sup> Por “oficiais” entendemos aqueles momentos nos quais os integrantes do grupo afirmam positivamente sua unidade em torno de identidades e objetivos comuns tentando não deixar transparecer as desavenças e divergências ideológicas e pessoais existentes entre eles.

Até aqui, com base nas falas de Zé Pretinho, poderíamos pensar, por exemplo, que sua liderança era absoluta e que ele era uma unanimidade entre os acampados. No entanto, como fica evidente através do relato do episódio da sua possível expulsão e dos problemas que tinha para pegar suas “cotas” da alimentação doada, sua situação não era bem essa: o fato de sua família nunca ter participado das “ocupações” ou mesmo ter ficado acampada junto ao restante do grupo, mesmo pleiteando três parcelas (a sua e as das duas filhas e respectivos esposos), se tornou um problema aos olhos de muitos acampados. Como afirma Lourival, “*acampar e passar as dificuldades junto dos companheiros*” era a condição mínima que as pessoas precisavam atender para pleitear, enquanto grupo, um pedaço de terra para a família. Mas, ainda de acordo com o Lourival, a família do Zé foi, dentre todas as que receberam alimentação e ganharam um lote, a única que não ficou acampada. E apesar dos problemas que Zé Pretinho enfrentou, ele foi o primeiro presidente da Associação dos Assentados.

Sem podermos nos ater mais profundamente nos conflitos datados desse período “*da luta*”, nos contentamos em reafirmar que, apesar de formarem juntos o mesmo grupo, os atores aqui estudados também compunham, simultaneamente, diversos outros subgrupos e redes, ambos construções flexíveis em constante transformação. Nesse sentido, vale destacar o modelo de organização adotado pelos atores ainda em acampamento na BR-497. Certamente sob influência da “*Pastoral*”, os trabalhadores instauraram uma “*Comissão Central*”, constituída pelos representantes das organizações de apoio, pelos representantes das “*Comissões de Trabalho*” e pelas lideranças dos “*Grupos de Afinidade*”.

A particularidade deste modelo de organização foi justamente a importância das “*afinidades*” para fins de tomada de decisão. Como as pessoas que se incorporavam à “*luta*” e ao acampamento geralmente já chegavam em grupos de parentes, vizinhos ou colegas de trabalho e inclusive armavam seus barracos próximos uns dos outros, os envolvidos decidiram “*respeitar*” essas “*afinidades*” já existentes e usá-las como referência para organizar as inúmeras tomadas de decisão consideradas necessárias para atingir os objetivos comuns de todos. Assim, cada grupo deveria discutir internamente e propor em assembléia, através de suas respectivas lideranças, aquilo que considerava importante. Essa forma de organização foi adotada, segundo os depoimentos das então

lideranças, com o intuito de garantir uma repartição das responsabilidades entre todos e dessa forma criar uma estrutura mais horizontalizada do poder.

Através dos grupos de afinidade, no acampamento às margens do lago da antiga Fazenda Santo Inácio Ranchinho, aconteceram as primeiras tentativas de produção coletiva. Contando com a doação de dois tratores assim como de algum recurso financeiro oriundo da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, de alguns deputados estaduais e organizações não governamentais, os grupos plantaram arroz, feijão e algumas verduras. A experiência foi, segundo Guimarães, uma tentativa das lideranças do acampamento no sentido de estimular não só a gestão econômica do território como também a adoção de formas coletivas de exploração da terra.

Em outubro de 1993 a liminar favorável aos antigos proprietários da fazenda foi derrubada no Supremo Tribunal Federal e os 3.890 ha da fazenda foram finalmente desapropriados. Para a efetivação do assentamento e do acesso aos créditos faltavam a fundação da Associação dos Assentados e a elaboração do Plano de Consolidação do Assentamento (PA), ambos obrigatórios, segundo os critérios do INCRA.

A Associação foi criada seguindo o “*modelo de organização colegiada*” adotado ainda nas margens da BR. Seu primeiro estatuto prevê a existência de “*Animador geral*”<sup>28</sup> como seu representante legal, porém concebe a “*Assembléia*” como única instância autorizada a tomar decisões e a “*Comissão Central*”, formada pelo “*Animador*” e pelos coordenadores dos “*Grupos de Afinidade*” e das “*Comissões de Trabalho*”, como o órgão responsável pela organização e execução das decisões. Nos mais de três anos de acampamento, oito dos grupos de afinidade se consolidaram e exerceram uma forte influência sobre o desencadear dos fatos, inclusive daqueles que dizem respeito ao perfil da Associação e à elaboração do Projeto de Assentamento.

Depois de muita pressão<sup>29</sup>, em maio de 1994 o PA elaborado pelo INCRA foi aprovado e o assentamento, enfim, institucionalmente fundado. Apesar dos problemas apontados por alguns na elaboração do projeto, este foi rapidamente aprovado em

---

<sup>28</sup> Apesar das oposições que já enfrentava neste período, Zé Pretinho foi o primeiro “*Animador Geral*” eleito da Associação. Posteriormente foi reeleito e depois do fim do seu mandato resolveu se afastar para não se envolver mais com ela.

<sup>29</sup> Referimo-nos às diferentes formas de pressão e negociação exercidas junto ao INCRA para incluir em sua programação orçamentária os recursos financeiros para a elaboração e execução do PA. Um dos documentos escrito pelo grupo ao INCRA com o intuito de garantir a realização do PA conforme desejavam está anexado ao trabalho.

assembléia pelo conjunto dos trabalhadores acampados, já demasiadamente ansiosos para aguardarem por um novo PA, que possivelmente seria realizado pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia).

Se o Plano elaborado pelo INCRA e aprovado pelos trabalhadores pecava em vários pontos pelas suas imprecisões e pretensões<sup>30</sup>, ele ao menos procurou respeitar a proposta de parcelamento da terra apresentada pelo grupo no sentido de considerar os oito grupos de afinidade. Assim, as 107 famílias que formavam o grupo foram contempladas e outras oito foram incluídas pelo INCRA. A divisão dos lotes foi realizada mediante sorteio em duas etapas. Na primeira, o assentamento foi dividido em oito áreas, tendo sido sorteada uma delas para cada um dos grupos de afinidade. Num segundo momento cada grupo realizou um novo sorteio, desta vez definindo a localização de cada um dos lotes dentro da área de seu grupo de afinidade.

Procurando finalizar a discussão do capítulo, podemos afirmar que a reforma agrária, como resultado de uma luta social e de um processo de intervenção dos poderes públicos, se constrói no interior de um campo de forças no qual se encontram e se confrontam seus principais atores: os trabalhadores rurais sem terra – com suas trajetórias e concepções de mundo –, seus aliados e representantes – que freqüentemente elaboram e organizam o discurso e a atuação dos trabalhadores – e os próprios poderes públicos – diversificados e numerosos, permitem tanto aprofundar os espaços da viabilidade dos projetos demandados como colocar empecilhos à sua efetivação (Wanderley, 2003).

Buscamos, portanto, entender como os trabalhadores sem terra acampados na região de Iturama, enquanto atores, participaram efetivamente na dinâmica do processo de reforma agrária. Ao invés de tratá-los como sujeito coletivo, historicamente determinado e com uma identidade coletiva de trabalhador e de classe para si, procuramos vê-los como portadores de afinidades e inseridos em redes estabelecidas entre os próprios acampados e entre eles e as organizações mediadoras. A dinâmica de construção das redes, grupos e da própria “luta” nos ofereceu alguns subsídios para pensarmos estes aspectos.

---

<sup>30</sup> Dentre os problemas mais citados pelos assentados com os quais conversei a respeito destaca-se a cartografia baseada em fotos de satélites desatualizadas; as enormes desigualdades qualitativas e dimensionais entre os lotes; a construção da fábrica de farinha que nunca foi usada, etc.

Se as redes e grupos são construções móveis e flexíveis criados no processo “*de luta*”, sobre a identidade social dos hoje assentados podemos concluir, em primeiro lugar, que ela foi parcialmente gerada no passado, no próprio processo de “*luta por terra*”. “*Luta*” esta responsável pelo reforço dos laços internos de solidariedade, união e proximidade e durante a qual os atores envolvidos construíram importantes alianças que garantiram o atendimento de suas primeiras demandas. Vale insistir que mesmo neste momento, no qual os conflitos e divergências internas parecem não existir, são as diferentes posições ideológicas e estratégias adotadas pelos atores envolvidos que paradoxalmente definem os contornos e preposições do grupo ao qual pertencem.

Em segundo lugar, a identidade social dos assentados é também construída no presente. Um presente marcado, de acordo com Touraine, pelas crescentes presenças dos movimentos de racionalização e do Sujeito. Como veremos no próximo capítulo, as sociabilidades e os grupos dos quais os assentados participam e ajudam a construir, também são influenciados por estes movimentos característicos da modernidade.

Se através da construção da “*luta*” e de “*conquista da terra*” os trabalhadores transformaram a si mesmos, suas vidas e o seu entorno, muitos dos seus valores, práticas e concepções de mundo permaneceram intactas ou foram readequadas conforme as circunstâncias se modificavam.

## CAPÍTULO 4 – Formas de sociabilidade no Assentamento Nova Sto. Inácio Ranchinho: “viver aqui é uma outra história”

### 4.1- O Assentamento

O Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho foi criado oficialmente através da Portaria INCRA n.º 392, de 26 de maio de 1994, com 115 parcelas e totalizando uma área desapropriada de 3.890 ha. Segundo seu Plano de Consolidação, desenvolvido pelo INCRA/BID, o tamanho destas parcelas varia entre 15 e 35 ha (8 dos lotes possuem área de 15 a 20 ha, outros 39 de 20 a 25 ha, a maioria de 49 de 25 a 30 ha e apenas 18 deles de 30 a 35 ha). A diferença considerável em termos de tamanho entre os lotes foi originalmente calculada para compensar suas qualidades particulares.

Como exposto anteriormente, esse Plano assentou todas as famílias selecionadas em assembléia pelo grupo que estava acampado no momento em que foi desapropriada a área. Além disso, apesar de ter acrescentado outras oito famílias não selecionadas pelo grupo, o INCRA procurou respeitar sua vontade no que dizia respeito à divisão dos lotes. Realizada mediante sorteio em duas etapas (na primeira se dividiu a área total do assentamento em oito e a cada uma delas foi sorteada um “*grupo de afinidade*”; na segunda etapa, cada um dos grupos de afinidade sorteou as áreas das famílias que os formavam), esta divisão procurou considerar as inúmeras “*afinidades*” (e “*desafinidades*”) existentes entre os acampados a fim de facilitar a boa convivência entre vizinhos e a realização de inúmeros projetos que naquele momento todos almejavam ansiosamente realizar. Assim, alguns grupos têm a presença de grupos de irmãos, de pais e filhos, de colegas de trabalho volante, de ex-vizinhos, de amigos, compadres, enfim, de pessoas cujas concepções de mundo e de “*luta*” se aproximavam.

As reservas legais, divididas em 10 áreas e totalizando cerca de 700 ha, foram constituídas como “*domínios de caráter comunal*”, não pertencendo individualmente a qualquer família. São assim ainda hoje. Como afirma Guimarães (2002), como muitos dos lotes foram anteriormente desmatados por carvoeiros que exploravam clandestinamente a fazenda ainda enquanto ela estava em litígio, a adoção da reserva coletiva foi conveniente aos assentados, porque estes puderam aproveitar toda a área de seus lotes para lavouras ou

pastos e reservar somente as matas de cerrado que ainda restavam e os pastos artificiais em processo de regeneração da vegetação nativa (ver Planta do Projeto de Assentamento anexada). As áreas de reserva não chegam a formar um corredor de vegetação que propiciaria uma maior biodiversidade, mas de certa forma serve de refúgio à fauna nativa<sup>31</sup>. Além disso, o assentamento conta com abundantes recursos hídricos, expressos pelas várias nascentes e algumas represas e áreas de veredas<sup>32</sup>.



IMAGEM 3 – Principal represa do Assentamento. Em sua margem o grupo permaneceu acampado enquanto aguardava liberação da área.

Os poucos mais de 200 ha restantes do assentamento correspondem às áreas da escola municipal – construída depois de muita pressão sobre a prefeitura<sup>33</sup> e sob o regime de mutirão – e às áreas pertencentes à Associação dos Assentados. Na maior destas áreas

---

<sup>31</sup> Já foram vistas espécies ao menos ameaçadas de extinção como os Veados Campeiros, Tamanduás Bandeiras e Lobos Guarás, mas também de forma mais frequente diversas espécies de micos, tatus, cobras, roedores e pássaros.

<sup>32</sup> É possível visualizar algumas delas através da Imagem 1 – Planta do Projeto de ANSIR.

<sup>33</sup> Ainda enquanto estavam acampados na fazenda, um grupo “ocupou” a Prefeitura de Campo Florido e só saíram quando o prefeito prometeu apoiar a construção da escola e fornecer professores para seu funcionamento.

foi construída a sede da associação, um galpão e um campo de futebol. O galpão é usado para a realização das assembléias nos primeiros domingos de cada mês assim como para algumas festas. O campo de futebol foi usado durante poucos anos e hoje se encontra desativado. Pude observar o atual e recém eleito Diretor de Esporte e Lazer da Associação, o Anísio, prometer que colocará rapidamente o campo em condições de uso, ação muito cobrada principalmente pelos jovens assentados.



IMAGEM 4 – Assembléia ocorrida no dia 05/03/2006 no galpão pertencente à Associação. Toda a área também é usada, ocasionalmente, para a realização de festas.

Como pode ser deduzido do mapa da região, o assentamento está localizado quase tão distante de Belo Horizonte quanto de Brasília (distante cerca de 600 km da última e apenas 50 a mais que a capital mineira). Além disso, está localizado a 12 km da sede do município de Campo Florido. Dos centros urbanos que servem de referência tanto para os assentados quanto para os demais habitantes da região destaca-se Uberaba (localizado a menos de 90 km), Uberlândia (a pouco mais de 170) e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (distante cerca de 240 km).

A antiga fazenda que deu origem ao assentamento era um espólio familiar sendo que nenhuma de suas herdeiras morava nela. Na época de sua desapropriação, conforme atesta Nomura (2001), a fazenda possuía pastagens que eram alugadas para tratar de cerca de 2.000 cabeças de gado e 14 carvoeiras que estavam acabando com a mata nativa. O laudo de vistoria realizado pelo INCRA indicou 96% de improdutividade.

#### 4.2 - A cidade de Campo Florido e o Assentamento

Campo Florido foi desmembrado de Uberaba e emancipado enquanto município no ano de 1938. Segundo dados censitários fornecidos pelo IBGE, no ano 2000 a cidade possuía 5.447 habitantes, sendo que deste total pouco mais de 2.000 habitavam áreas rurais. Analisando os dados dos últimos censos, percebe-se que a tendência a esvaziamento populacional das áreas rurais foi interrompida em meados da década de 1990. Mesmo não podendo remeter esta dimensão demográfica da cidade exclusivamente ao assentamento, sua instauração teve um peso significativo. Afinal, foram assentados cerca de 500 pessoas e alguns assentados estimam que, hoje, existem mais de mil morando em sua área.

A cidade possui um pequeno centro urbano caracterizado por uma praça ao redor da qual se encontram a igreja católica, a prefeitura, a rodoviária, uma agência do Banco do Brasil, o centro comercial e as melhores casas da cidade. Do outro lado da BR-262 localiza-se uma espécie de periferia, com casas mais modestas, o parque de exposições, alguns bares populares, com mesas de sinuca, sendo um deles mais dançante. Também desse lado da rodovia, no limite da área urbanizada existe um conjunto de casas populares e uma casa de umbanda. As muitas igrejas evangélicas e “zonas”<sup>34</sup> (que por sinal parecem ser bastante freqüentadas pelos assentados) localizam-se nas áreas mais afastadas da cidade, nos dois lados da rodovia. Vale observar que antes do assentamento não haviam sequer pousadas ou hotéis para os funcionários do INCRA se hospedarem. Foi na ocasião que um dos moradores se propôs a oferecer um espaço para este fim.

A base econômica da cidade sempre foi a agropecuária. No entanto, a partir de meados da década de 1990, a produção de cana de açúcar começa a se destacar. Em 2002 o negócio da cana se consolida na região com a inauguração da Filial da Usina Coruripe no

---

<sup>34</sup> Termo usado localmente para definir os estabelecimentos de prostituição.

município, a cerca de dez quilômetros do assentamento. Esta usina pertence ao mesmo grupo que também havia inaugurado filiais de suas unidades industriais nos municípios de Iturama e Limeira D'Oeste. Com sede no município de Coruripe (AL), a empresa chegou à região do Triângulo Mineiro em 1994 através da compra da Destilaria Alexandre Balbo em Iturama, a mesma para a qual trabalhavam alguns dos hoje assentados no Santo Inácio. Segundo anunciado em seu *site* oficial, a Unidade de Campo Florido, na safra 2004/2005 “*moeu 1,7 milhões de toneladas de cana e produziu 3,03 milhões de sacas de 50 quilos de açúcar e 55,65 milhões de litros de álcool*”. Evidentemente os impactos do crescimento meteórico da produção da cana sobre a pequena cidade de Campo Florido foram bastante significativos. De acordo com os dados da própria Usina, foram criados mil e setecentos empregos entre diretos e colaboradores diretos de fornecedores. Desde então a cidade recebe nos períodos de safra um grande número de trabalhadores volantes vindos principalmente do nordeste do país. A ampliação da riqueza na cidade pode ser visualizada pelo aumento da arrecadação municipal, do número de estabelecimentos comerciais e principalmente, como todos na cidade e no assentamento contam, na repentina ascensão econômica de alguns poucos fazendeiros que tiveram condições de investir no negócio da cana.

A relação dos assentados com os habitantes da cidade foi desde o início marcada por conflitos. São várias as histórias que os assentados contam quando questionados sobre o “*preconceito*” que sofreram dos habitantes citadinos. Dentre elas destaca-se a antiga rivalidade criada na escola da cidade nos primeiros anos do assentamento. Como a escola construída dentro do PA oferece apenas parte do ensino fundamental (até a 4ª série), os filhos dos assentados passaram a freqüentar a escola da cidade. Esse primeiro período de freqüência à escola foi muito difícil segundo os relatos dos filhos de assentados. Além de ganharem o apelido de “*posseiros*” e serem ridicularizados pelas roupas que usavam (velhas e muitas vezes fora do tamanho ideal porque doadas), os filhos dos assentados eram ameaçados e agredidos fisicamente. A partir de então, eles teriam criado um grupo para se defender, tornando as brigas bastante freqüentes, por alguns anos, dentro e fora do ambiente escolar. Com o passar do tempo e, como contam, com a ajuda da sociabilidade em torno dos inúmeros jogos de futebol, a relação entre as filhas de assentados e estudantes da

cidade foi melhorando. A geração que frequenta a escola hoje em dia é outra e a antiga discriminação, à primeira vista, parece não existir mais.

Outros casos chamam a atenção. A Branca (assentada em Santo Inácio), por exemplo, conta rindo o caso da “*professorinha*” que morava em Campo Florido e tinha que vir dar aula na escola<sup>35</sup> do assentamento, mas “*morria de medo do povo daqui*”. Ela diz que

Depois elas [as professoras] vieram contar pra gente e dar risada. Aí chegava, deitava no colo da gente, a gente ficava passando a mão na cabeça delas, assim. Tinha umas que a gente pegava amizade, né? Eu me lembro bem da Regina. Ela deitava no meu colo e eu ficava mexendo naquele cabelo grande assim, passando a mão. Um dia ela falou: Branca do céu, acredita que minha mãe, agora eu já posso contar pra você, que a minha mãe ficou chorando quando eu vim dar aula, ficava em casa chorando... o povo falava que vocês matavam gente.

Com o passar dos anos a relação entre assentados e cidadãos parece ter ficado cada vez menos pautada pelos preconceitos mútuos, afinal as pessoas foram se conhecendo e estabelecendo redes, como veremos, através das sociabilidades em torno da política e do mercado, das festas e jogos, dos namoros e casamentos, das amizades e compadrios. Entretanto, apesar de menos freqüente, a discriminação em relação aos assentados ainda existe. Recentemente, por exemplo, um dos filhos do Pedro Galante foi baleado no pé em um dos bares da cidade. Como o atirador não tinha razões aparentes para um ato tão agressivo, os assentados com quem conversamos acreditam que foi por “*discriminação*”. Independente de suas razões, o fato é que aconteceu na Câmara Municipal uma audiência pública para discutir a questão e, como contam, os ânimos se exaltaram inclusive com um dos vereadores dizendo que se estivesse no bar teria chamado a polícia para colocar os assentados presentes “*para fora a pontapés*”.

Quem nunca se queixa da presença dos assentados são as pessoas diretamente envolvidas no comércio local. Isto porque com a realização das primeiras obras de infraestrutura no assentamento assim como com a chegada dos primeiros créditos para os assentados, a economia local aqueceu-se significativamente. No primeiro caso, nas obras realizadas no período de 1994 a 1999, foram gastos quase meio milhão de reais com a

---

<sup>35</sup> Na escola de pau a pique montada provisoriamente para aguardar a oficialização do assentamento e a construção da escola de alvenaria

construção de estradas de acesso ao assentamento e aos lotes, com infraestrutura de abastecimento de água e eletrificação. Para tanto, foram mobilizadas empresas públicas e privadas assim como a própria associação dos assentados (INCRA-BID, 1998).

Através dos créditos oferecidos pelo antigo Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) os assentados receberam cerca de um milhão e cem mil reais. Deste total, cerca de 37% era oriundo do PROCERA Custeio e deveriam ser destinados ao financiamento de atividades agrícolas. O restante, oriundo do PROCERA Investimento, era destinado à compra de animais, equipamentos e materiais para a construção da infraestrutura necessária para a produção. Entretanto, estes recursos também foram usados para compra de alimentos, roupas, móveis e materiais para construção de casas.

Assim, a realização das benfeitorias e o próprio consumo dos assentados no comércio da cidade aqueceu a economia local e foi bem visto por muitos cidadãos. É claro que as alterações ou impactos provocados pela presença dos assentados e do assentamento na economia local muitas vezes são sutis e moleculares e só se potencializam ao longo do tempo e em conjunção com vários fatores que igualmente a influenciam. No entanto, conforme Nomura (2001), a partir da segunda metade da década de 1990 o número de estabelecimentos comerciais contribuintes aumentou significativamente. Em 1995 eram 35 estabelecimentos comerciais, em 1997 eram 51 e em 1999 chegaram aos 58.

Em conjunção com inúmeros outros fatores, a presença do assentamento e dos assentados colaborou e colabora, direta e indiretamente, para provocar um determinado desenvolvimento da economia local. Vejamos o caso do André, filho do Zé Pretinho. Ele começou a trabalhar na Usina, depois de algum tempo subiu de cargo e conseguiu juntar um pequeno capital. Casou-se com uma garota da cidade e hoje, além de continuar trabalhando para a Usina, montou uma *lan house*<sup>36</sup> e comprou uma pequena casa na cidade, onde mora com a esposa e a filha. Desde então, vêm participando ativamente também dos processos de construção e desconstrução de redes e grupos da cidade e da família de sua esposa.

---

<sup>36</sup> Talvez não seja o melhor termo para definir seu estabelecimento já que seus lucros advêm principalmente dos videogames Playstation e não de seu único computador.

O fato é que os assentados vão constantemente à cidade para fazer compras, freqüentar a escola, ir ao posto de saúde, ao banco, visitar conhecidos, participar de festas, beber, fazer um lanche, sair com as crianças, namorar, etc. Desta forma, a afirmação do Antônio Munhoz dizendo que *“aqui eu estou em casa”* logo que chegamos à cidade não surpreende. Da mesma forma, a Maria Freitas, por exemplo, fala animada de suas amigas da cidade. Os exemplos de assentados que demonstram certa familiaridade e simpatia pela cidade e alguns de seus habitantes são os mais diversos.

Assim, é fundamental considerar este contexto local (do município, de suas transformações recentes e da relação dos assentados com estes fatores) para entendermos as sociabilidades estabelecidas pelos assentados do Sto Inácio.

#### 4.3- Os assentados – dimensões demográficas do Assentamento e o reagrupamento de famílias e afins

Para começar a caracterizar os assentados podemos fazer uso dos dados coletados por Nomura através de questionário aplicado aleatoriamente a uma amostra de 31 famílias em um universo de 115. No ano 2000, quando foram coletadas as informações, 85% das famílias entrevistadas tinham os homens como titulares dos lotes. Destes, 40% tinham entre 31 a 40 anos de idade, 31% tinham entre 41 e 50 anos, 14,5% entre 51 e 60, 10% entre 21 e 30 anos e 4,5% com idade superior a 65 anos. Com relação ao grau de escolaridade, 56% deles possuíam apenas o primeiro grau incompleto, 12% eram analfabetos, 12% haviam completado o primeiro grau, 12% completado o segundo grau, 4% possuíam segundo grau incompleto e 4% possuíam curso superior. Das mulheres titulares de lote, representando 15% das parcelas, 50% tinha entre 41 e 50 anos, 25% de 31 a 40 e 25% de 51 a 60 anos. A metade delas havia concluído o primeiro grau enquanto a outra metade não havia chegado a este ponto. Um nível de escolaridade bem inferior ao dos homens.

Estes dados são interessantes apesar de levantar questões que dizem respeito exclusivamente aos titulares dos lotes. Sobre estes, vale sublinhar a presença, mesmo que pequena, das mulheres. Das titulares de lote com as quais tivemos contato no trabalho de campo, a maioria tem essa condição desde a divisão e sorteio das parcelas. É o caso da Tiana, atualmente mãe de duas mulheres e três homens, todos na faixa etária dos 18 aos 28,

com exceção do caçula Matheus, com menos de dez anos. Foi em sua casa que fiquei hospedado por duas das três vezes que estive no assentamento. Outro caso interessante é o da Maria Freitas. Seu marido ficava acampado enquanto ela continuava morando na cidade. Somente depois de consolidada uma estrutura no assentamento (casas, estradas e energia elétrica) Maria se juntou ao seu esposo. No entanto, pouco tempo depois eles se divorciaram. No caso deles o INCRA permitiu a divisão da parcela original em duas partes, cada uma delas pertencente às partes do antigo casal.

Sob o impacto da já discutida modernização agrícola ocorrida na região do Triângulo Mineiro, antes de se assentarem, algumas famílias foram expropriadas das terras nas quais trabalhavam; muitas nunca ficaram por mais de alguns anos na mesma localidade; e em sua maioria foram submetidas a trabalhos extremamente precários e colocadas à margem dos benefícios da “modernização da sociedade” em que viviam. A precária formação escolar dos titulares de lote, como demonstrada acima, além de ser exemplo desta exclusão é um fator que provavelmente colabora para aprofundá-la. É nesse sentido que vale reafirmar as dificuldades de inserção destas pessoas em um mercado de trabalho com pouca capacidade de absorção de mão-de-obra, marcado pela constante transformação, pelas crescentes exigências acerca da qualificação e, para completar, concentrado nos centros urbanos regionais.

Quando nos deparamos com a problemática básica nos estudos de assentamentos de reforma agrária que diz respeito à origem dos assentados, percebemos que esta questão, para o caso estudado, deve ser entendida levando-se em consideração o passado itinerante tão comum entre os assentados com os quais conversamos. Como exposto no capítulo 2, devido tanto a uma cultura política marcada pelo mando e subserviência quanto pela crescente dificuldade de acesso à terra (principalmente à partir da dec. de 60), as migrações de trabalhadores rurais sem-terra se tornaram bastante comuns na história do país. No caso estudado não é diferente.

De um modo geral, pode-se afirmar que os assentados de Sto. Inácio Ranchinho foram nascidos principalmente na região sudeste (com destaque para Minas Gerais e São Paulo) e nordeste (sobretudo da Bahia). Muitos deles nasceram no chamado Pontal do Triângulo, em cidades como Ituiutaba, Capinópolis, São Francisco Sales e principalmente Iturama, que na época tinha como distritos os hoje municípios de Limeira D’oeste,

Carneirinho e União de Minas. No entanto, é muito significativo que muitas das pessoas mais velhas assentadas em Sto. Inácio com as quais conversamos sejam do Nordeste. O papel histórico de entreposto exercido pela região do Triângulo Mineiro certamente influenciou para que ela fosse (e ainda é) marcada por um enorme fluxo de pessoas que não cabe a este trabalho precisar. O fundamental a ser destacado é que, por um lado, a multiplicidade de origens e a intensa migração dos trabalhadores rurais da região se repetem no caso estudado. Por outro lado, apesar de nascidos ou serem filhos de pais nascidos em outras regiões, a maioria dos hoje assentados passaram pelas recentes transformações ocorridas no Triângulo Mineiro.

Assim, se a modernidade alterou profundamente o modo de vida “tradicional” do campesinato<sup>37</sup> triangulino, o assentamento estudado aqui pode ser entendido, em vários aspectos, como uma possibilidade de “reintegração”<sup>38</sup> destas pessoas. Essa faceta do assentamento fica evidente quando consideramos o número de parentes, ex-vizinhos e colegas de trabalho presentes entre os assentados. Para citar alguns exemplos da presença de parentes podemos falar da Maria Preta e de seus dois filhos e três netos (cada um deles titular de seu lote); do Joaquim e de seus dois filhos e uma filha, todos titulares; a mesma coisa o Antônio Munhoz, com duas filhas e um filho assentados e o Francisco Teles, pai da Maria, do João e do Cido Teles, todos assentados. Entre os irmãos destaca-se os “Galante”, com cinco irmãos assentados. É o mesmo caso do Nego, com quatro irmãos titulares. Além disso, existem alguns casos de grupos de três irmãos assentados e vários de dois irmãos ou de pais com um dos filhos.

A presença de familiares se faz até entre os que compraram os lotes dos primeiros assentados. É o caso, por exemplo, do Jerônimo e sua filha Sandra, dos cunhados Ênio e Domicio e dos irmãos Junim e Mariana, todos titulares de suas parcelas. Até mesmo as trocas de lotes de assentamentos diferentes é motivada por esta busca pelo reagrupamento da família. É a situação do Lourival e de sua esposa Maria, por exemplo: depois de alguns anos assentados em Sto. Inácio e apesar dos amigos que ali possuem, resolveram trocar sua

---

<sup>37</sup> Com esta expressão referimo-nos em termos gerais aos habitantes do campo, excetuando-se os fazendeiros.

<sup>38</sup> Adotamos a noção de “reintegração” para nos referir a uma espécie de reagrupamento de grupos de parentes, compadres, amigos e afins que antes de serem assentados se encontravam separados ou sob ameaça constante de divisão ou “desintegração”.

parcela por uma outra em assentamento localizado em Uberlândia devido à proximidade com os familiares da Maria que moram neste município.

Grande parte dos assentados trabalhava em atividades diretamente relacionadas à agricultura em larga escala, sendo que a maioria deles era de empregados volantes e temporários principalmente nas monoculturas de algodão, café e cana. Assim, foram assentadas no Sto. Inácio fatias significativas de grupos de “*bóias-frias*” que haviam trabalhado juntos em algumas das temporadas de colheitas nas fazendas do município de Iturama, principalmente no distrito de Limeira D’Oeste. Também foram assentados trabalhadores que ainda sobreviviam de parcerias e arrendamentos e até um dos agenciadores de trabalhadores da região. Da mesma forma, foram assentadas pessoas que trabalhavam juntas nas cidades, seja no ramo agroindustrial (como no frigorífico de Iturama que fechou no ano de 1989), ou seja em atividades não diretamente ligadas à agropecuária, como a construção civil. É o caso dos irmãos Ademir e Ademilton, ambos titulares de parcelas, casados com as filhas do Zé Pretinho, e até hoje, apesar de também exercerem várias outras atividades agropecuárias, consideram-se “*pedreiros de profissão*”.

A própria composição dos grupos de afinidade, formados principalmente por grupos de parentes, “*cumpadres*”, “*cumadres*”, ex-vizinhos e colegas de trabalho, mostra o quanto as redes e grupos existentes antes “*da entrada no movimento*” foram importantes para os hoje assentados tanto no sentido de “*conquistar*” a terra, quanto para se reorganizarem no assentamento.

Por mais que o assentamento não signifique um ponto final na trajetória de migrações destas pessoas, ele trouxe uma certa estabilidade. Hoje, os deslocamentos populacionais ocorrem principalmente entre os filhos dos titulares, na medida em que a parcela se torna “*pequena*” para a convivência entre eles. Duas questões se destacam como causadoras deste tipo de êxodo no assentamento. Em primeiro lugar, como veremos adiante, os assentados lidam com dificuldades tanto no campo da produção, quanto no que se refere à comercialização de seus produtos. Estas dificuldades, enquanto limitantes de suas rendas, são entraves reais à reprodução de vários filhos (muitas vezes adultos, acompanhados de esposas/maridos e filhos). Por outro lado, os conflitos entre os titulares de lote e seus filhos servem no mínimo como estopim para a saída dos jovens assentados em busca de rendas oriundas de fora da parcela de seus pais. Isto ocorre principalmente

porque seus projetos produtivos esbarram nos interesses dos seus pais e responsáveis pela parcela e eles acabam optando em procurar alguma ocupação nas cidades ou nas fazendas da região e/ou entrando para movimentos de luta por terra.

Nesse sentido, o depoimento de Branca é muito significativo. Casada a mais de trinta anos, mãe de quatro filhos, ela me contou que um deles “*tem aquele espírito empreendedor*”, diferente de todos na família, mas principalmente de seu pai. Ela conta que nos primeiros anos de assentamento, quando este filho teve a oportunidade de trabalhar na parcela da família através da criação de frangos, o negócio prosperou. Ele conseguiu trocar aos poucos os frangos por bezerros até inteirar seis cabeças de gado, “*só com o trabalhinho dele*”. Seu marido nunca gostou de lidar com gado e muito menos com leite e por isso dois dos irmãos tratavam dos animais enquanto ele e o resto da família investiram em uma lavoura de mandioca. O problema foi, como conta Branca, que esta lavoura praticamente não produziu e sem recursos sequer para comprar os alimentos necessários para a subsistência da família, eles decidiram vender as vacas. Assim ela relata:

É claro que o filho não ia deixar a família passar fome, né? Vendia [as vacas]. Comprava alimentação, dava ali pra uns quarenta dias e acabava. Vendia outra, e a outra, e a outra, até acabar. E ele falava [o filho empreendedor]: eu vou fazer isso e aquilo no lote, e ele [o pai]: não pode, não pode, não pode. De modo que ele desesperou e saiu pra tentar conseguir a terra dele porque lá ele falou que se quiser plantar pedra, ela vai plantar pedra, e ele vai mandar. Por isso é que ele está nessa situação hoje. (...) O Carlos [o filho] hoje luta por terra porque ele não tem liberdade de chegar aqui e falar: ó, eu vou plantar naquele canto e vou fazer um dinheirinho pra adquirir isso ou aquilo. O Carlos é... [se emociona] É porque a gente vem com os filhos, tem um sonho... depois esses filhos não poderem trabalhar nas terras que eles ajudaram a conquistar devido a ignorância do pai, que é rude... Ele é uma pessoa importante na nossa vida? É. Trabalhou muito pra criar os filhos. Só que é muito ditador. E nessa hora eu digo que eu sou carta fora do baralho porque o que eu digo não vale, o que eu falo não vale. Eu tenho vários cursos do Sebrae, tento aplicar, mas não dá certo. Resumindo, ele é importante, mas acaba sendo um atraso. Mas eu não quero nem por isso que ele vá embora. Jamais o abandonaria por isso. Vou assim até o dia em que Deus quiser. Ele é meu marido (...) Então ver o C. lutando por terra hoje é muito triste pra mim.

Nestes tipos de conflitos se evidenciam as noções dos assentados acerca da hierarquia e divisão do trabalho familiares. Geralmente, como afirma Woortmann e Woortmann (1997) acerca de grupos camponeses nordestinos estudados por eles, cabe ao homem definir as estratégias de produção porque a figura do pai de família é socialmente concebida como detentora do conhecimento necessário para a realização da mesma. Deste

modo, o homem, pai de família, se considera o trabalhador pleno da família não por ser o mais forte (pois muitas vezes os filhos adultos possuem até mais vigor físico), mas por se considerar e ser considerado o único capaz de reunir todas as condições para participar de todo o processo de trabalho. No caso estudado em Sto Inácio este reconhecimento social da plenitude do pai de família (no que se refere à sua capacidade de viabilizar a produção e a subsistência do núcleo doméstico), apesar de presente, não é nada consensual entre os assentados. Na maior parte dos casos que pude observar, a sua autoridade é constantemente contestada pelos jovens e esposas e a definição das estratégias produtivas e de consumo da família são de certa forma negociadas entre eles, e não definidas de forma unilateral pelo pai. No entanto, em alguns casos, as imposições, restrições e constrangimentos impostos pelos pais a seus filhos é fonte de muitos conflitos e a razão da saída de jovens do assentamento. No tópico sobre a organização produtiva no Sto. Inácio voltaremos às questões da hierarquia familiar, da divisão do trabalho e das estratégias produtivas adotadas.

Sobre as formas de herança da terra – em meio à multiplicidade de origens e orientações culturais dos assentados e ainda com poucos casos de morte entre os titulares para servirem de parâmetro à análise – não parece existir um consenso entre os assentados. O que se ouve falar além dos conflitos familiares é que *“uns [filhos] levam jeito com as coisas da roça”* enquanto outros simplesmente não se interessam. Vejamos o caso do Antonio Munhoz, titular de seu lote aos 72 anos: três de seus filhos também foram assentados no PA Sto. Inácio. Além destes, existem outros dois filhos adultos morando com ele e o ajudando em seu lote: um homem e uma mulher. Conversando com a Adriana (a filha do Antônio que mora com ele e mãe solteira de um menino) sobre um assunto polêmico que é o arrendamento no assentamento, percebemos que ela não contesta a autoridade de seu pai, mas possui planos diferentes para o futuro do lote, pois ela acredita que herdará ao menos parte do que hoje é a parcela de seu pai.

Se o assentamento não estende a estabilidade dos titulares de lote aos jovens assentados, ele ao menos serve como ponto de referência, principalmente para seus parentes mais próximos. Para compensar o movimento de saída de pessoas do assentamento provocada pela instabilidade e busca de alternativa por parte dos jovens, pode-se dizer que

existe um movimento inverso, de atração de pessoas, principalmente de parentes dos assentados.

Como ocorre nos demais assentamentos brasileiros, existe no Sto. Inácio uma presença significativa de pais ou sogros morando “definitivamente” com seus filhos titulares de parcela. É a situação, por exemplo, da Maria Galante, que não é titular de lote e mora na “*Agrovila*”<sup>39</sup> entre as casas de sua filha Tiana e seu neto Marcos. Apesar de morar em casa separada, Maria passa os dias na casa da Tiana, e com ela divide as refeições e afazeres domésticos. Mas vale lembrar que são vários os casos em que pais e filhos receberam lotes próprios. Um exemplo extremo deste tipo de situação pode ser dado pelo caso da Maria Preta, assentada como titular da mesma forma que dois dos seus filhos (Zé Messias e o Valdivino) e dois de seus netos (uma terceira neta, a Luzimar, é casada com um assentado, o Zé Maria).

Também através do casamento ou do simples “*juntar de trapos*”, muitos são atraídos ao assentamento. É o caso da Cássia, antiga habitante do município de Campo Florido, que se casou com o Marcos Galante, teve um filho e hoje mora na antiga casa do Barroso, na “*Agrovila*”. Também ocorrem casamentos e namoros entre filhos de assentados que passam (ou continuam) a morar, ao menos temporariamente, nas parcelas de seus sogros (ou pais). É a situação da Zilda Teles (filha do Francisco Teles), esposa do Ronaldo (filho do Zé Pretinho): ambos construíram uma casa a poucos metros da casa do Zé Pretinho e ali moram e trabalham. O caso do Bafo é interessante porque ele morou alguns anos com sua namorada na parcela de sua sogra, mas quando o relacionamento acabou ele entrou para um movimento de luta por terra atuante na região e hoje se encontra acampado às margens do assentamento na expectativa de conseguir se assentar. Não ocorreu com ele, mas uma quantidade significativa de jovens assentados se casam e constroem suas casas e vidas nas parcelas de seus pais ou sogros.

O Bafo, assim como outros jovens assentados de Sto. Inácio, passou por mais de um movimento de luta por terra. Não conseguindo assentar-se e visualizando a possibilidade de apoio político por parte da Associação do Sto. Inácio eles e algumas pessoas de fora do assentamento que vinham traçando o mesmo trajeto resolveram acampar às margens da

---

<sup>39</sup> Os irmãos Galante, ao dividirem os lotes dentro de seu “*Grupo de Afinidade*”, criaram a “*Agrovila*”, que consistia num projeto maior com o objetivo de abolir as cercas, produzir e viver coletivamente.

BR-262, do lado de uma das entradas do assentamento. Dos parentes dos assentados não são só os jovens que se encontram acampados: a família de um dos filhos do Antônio Munhoz, por exemplo, veio de Goiás. Ele conta que seu irmão *“fez um rancho lá [na parcela de Antônio] pra ele... bem arrumadinho. Pôs um piso. Que a nora é trabalhadeira, é caprichosa, é sistemática, é enjoada”*. Seu irmão está acampado às margens da rodovia, mas os móveis, eletrodomésticos e coisas de maior valor ficam todos neste rancho ao lado da casa do Antônio. Da mesma forma, sua casa serve como referência para todos na família. Por esta razão, não me surpreendeu observar a intensa movimentação cotidiana de seus filhos, noras e netos no seu *“sítio”*.

Também é bastante comum a visita de parentes vindos de outras cidades para passar alguns dias no assentamento, *“descansando da cidade”*, como me disse a irmã da Branca, que mora em Uberlândia, mas estava aproveitando as férias escolares de seus dois filhos para fazer uma visita à irmã. Ela estava com os filhos há alguns dias no assentamento e por isso tive a oportunidade de observar as brincadeiras das crianças (dos primos netos da Branca e o neto do Calu, seu vizinho). Nas férias, feriados e finais de semana é comum encontrar as visitas rodando as estradas do assentamento. Os assentados, por suas vezes, têm orgulho de poder receber parentes e amigos. O orgulho se amplia, como observou Wanderley (2003:225) em sua pesquisa, *“quando é possível compartilhar com os visitantes os frutos do trabalho familiar”*, através de um queijo, um pouco de milho, algumas frutas ou mesmo um churrasco ou uma *“pamonhada”*.



IMAGEM 5 – Dois sobrinhos da Branca que estavam “aproveitando as férias” passando alguns dias com a mãe no Assentamento. Nessa mesma situação estava o neto do Calu. O quarto é neto da Branca. Estavam na ocasião alternando entre o futebol e as brincadeiras com o papagaio. Presentes também o seu neto e o neto do Calu, que também estava de férias

#### 4.4- O assentamento como meio de acesso a bens materiais e simbólicos

O assentamento significou uma inegável melhoria na qualidade de vida dos assentados em relação ao período anterior de suas vidas. Este fato se evidencia com a quase unanimidade dos entrevistados afirmando a melhora significativa em vários aspectos. Pretendemos neste tópico apontar indicativos da situação socioeconômica dos assentados procurando, por um lado, considerar os aspectos mais materiais e objetivos, que dizem respeito à própria reprodução da família. Por outro lado, mas nem por isso separados dos ou menos importantes que os aspectos materiais, estão os aspectos mais marcadamente simbólicos.

Mesmo que conquistado de forma tensa, um primeiro e muito significativo ganho foi o reconhecimento, por parte do Estado e de suas políticas públicas, dos trabalhadores envolvidos na “luta pela terra” em Iturama como sujeitos portadores de direitos e de suas demandas como legítimas. Esta nova condição é ainda mais valorizada quando contraposta àquela condição de incerteza e mal-estar da época dos acampamentos. De todo modo, com a criação do assentamento e a obtenção do status de produtores rurais, os assentados

garantiram o acesso a benefícios dos quais anteriormente estavam quase completamente excluídos e se inseriram em um universo de direitos e negociações antes desconhecido por eles. É o caso, por exemplo, dos diferentes créditos disponibilizados pelo governo federal aos assentados de Sto. Inácio, principalmente através do antigo PROCERA.

Sobre estes recursos, é necessário ponderar que, assim como afirmam Medeiros e Leite,

para além da sua importância no sentido de impulsionar a atividade econômica do assentado, os recursos mobilizados para o crédito estimulam um conjunto de atividades locais (...), aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores do crédito, notadamente o Banco do Brasil. (2004:36)

Somados às benfeitorias realizadas pelo INCRA, os recursos disponibilizados pelo PROCERA Habitação, apesar de insuficientes para a construção completa de suas casas, foram um importante impulso neste sentido. Mesmo sendo poucos os recém assentados que podiam contar com algum capital além dos créditos públicos (tais como a venda de uma casa ou a ajuda de parentes), hoje todas as casas do assentamento são de alvenaria, dotadas de infraestrutura de esgoto, captação de água e eletricidade. Comparando estes investimentos feitos pelos assentados do Nova Sto. Inácio aos índices regionais e nacionais expostos por Medeiros e Leite (2004), percebe-se que eles gastaram, em benfeitorias, um valor bem superior do que as médias apresentadas nesta pesquisa.

Os investimentos realizados nas casas são particularmente interessantes, porque, ao menos no assentamento estudado, eles constituem um dos mais importantes elementos de diferenciação social entre os assentados. É claro que não são todos os assentados que priorizam investimentos de recursos na melhoria de suas casas. Alguns, como justifica Divina meio a contragosto, optam em investir na produção, em detrimento da casa:

Não por falta de condições, porque realmente a casa é pequena e meu esposo acha assim: diz ele sempre, primeiro tem que fazer o alicerce, o concreto né? Depois a gente... ter uma base pra que a gente possa firmar. Ele fala que casa não dá lucro. Mas ele esquece que a gente precisa ter um pouco de conforto. Só que hoje eu acabei aceitando essa idéia, Sabe? Apesar de não concordar muito, de ser um pouco difícil, eu acabei concordando. Porque se eu pretendo realmente fazer alguma coisa, eu vou ter realmente que... o que eu quero e espero hoje: a gente

ter uma boa renda, que a gente possa construir sem ter que desfazer o que a gente tem.

Outros, no entanto, fazem questão de investir nas suas casas e de exibí-las orgulhosos. O surpreendente é que muitas vezes, contradizendo o exemplo dado acima, foram os homens que se mostraram mais empolgados. Ao chegar em algumas das casas consideradas mais “equipadas” do assentamento, sempre era convidado a visitar os cômodos, apreciar as mobílias e as varandas assim como observar os seus acabamentos (sejam eles referentes aos forros, pisos, azulejos e pias da cozinha e banheiro). Sob a ótica dos donos destas casas, elas demarcam uma distinção entre os assentados prósperos, que souberam escolher uma estratégia de geração de renda e investiram um trabalho árduo, dos demais. Em contrapartida, para outros assentados com que conversamos, em certos casos a abundância de recursos investidos na casa é a prova de alguma espécie de demérito na estratégia de reprodução adotada por seu dono. Assim, como aprofundaremos adiante, as casas e a moral de seus donos são constantemente comparados e avaliados pelos outros assentados.

Independente destes aspectos, o que vale ser sublinhado neste ponto é que a maior parte dos assentados com os quais conversamos afirmaram morar em melhores condições hoje do que antes de serem assentadas. Nesta avaliação, obviamente a condição da casa em si é apenas um dos vários pontos considerados. Um outro aspecto importante é a possibilidade de se trabalhar onde ou perto de onde se mora, pois como veremos adiante, hoje muitos dos assentados optam em não trabalhar fora do assentamento. Neste sentido, como já foi dito, uma certa estabilidade das migrações em busca de trabalhos os mais diversos certamente está entre os maiores ganhos citados pelos assentados em relação a época passada de suas vidas. Embora os jovens apresentem maiores dificuldades neste sentido.

A avaliação das condições de moradia inclui ainda entre suas diversas variáveis a localização em relação aos centros urbanos e comerciais assim como dos aparelhos públicos tais como postos de saúde, hospitais, bancos, etc. Assim, por mais que o assentamento esteja localizado perto de Campo Florido, várias vezes ouvimos queixas dos assentados sobre certas desvantagens de se morar “na roça” em relação ao morar nas cidades. Além “*de ser tudo mais perto*”, na cidade “*não tem poeira nem barro*”. Esse

assunto certamente também veio à tona tantas vezes devido ao fato de eu ter atolado o carro em uma das estradas internas do assentamento e ter necessitado da ajuda de várias pessoas para desatolá-lo na manhã seguinte.



IMAGEM 6 – O carro que estava usando, atolado em um dos poucos trechos das estradas internas do assentamento que se tornam mais precários nas épocas de chuva. Na foto aparece também o Lourival “estudando” a situação e a forma de superá-la.

É claro que as brincadeiras se tornaram freqüentes depois deste episódio. Nelas eu aparecia como um típico menino acostumado com as “*mordomias da cidade*” – no caso com o asfalto – e que por essa razão quando chega na roça fica meio perdido.

Gozações à parte e apesar do “*barro*”, o fato é que o assentamento conta hoje com mais de 30 km de estradas internas em boas condições (com exceção de alguns trechos em época de chuvas) e com acesso a todos os lotes. Além disso, no final do ano de 2006 foi pavimentado um trecho que interliga a BR-262 aos municípios de Pirajuba e Cruzeiro do

Sul, passando dentro do assentamento e ao lado da Usina<sup>40</sup>. Assim, alguns lotes mais privilegiados estão a menos de 15 km de estradas asfaltadas da cidade mais próxima. Deste modo a Tiana, que possui asfalto desde a porteira de sua parcela, brinca que seu lote “*está parecendo que fica na cidade*”.

Por não haver um Posto de Saúde no assentamento, quando precisam de atendimento médico os assentados vão ao Posto de Campo Florido. Como normalmente ocorre nos pequenos municípios do interior brasileiro, o serviço médico prestado é considerado precário pela demora no atendimento, pela carência de medicamentos e especialistas (Nomura, 2001). Quando necessitam de uma estrutura hospitalar mais complexa, tanto os assentados quanto os moradores de toda a região procuram as cidades de Uberaba e Uberlândia. Já o atendimento odontológico dos assentados é realizado desde 2003 em um consultório montado no terreno da escola do assentamento. Quando questionados sobre a saúde e o acesso às estruturas da saúde pública os assentados geralmente avaliam positivamente a situação atual em relação à época anterior ao assentamento.

O mesmo ocorre em relação ao acesso à educação. Nesse caso, tanto a escola do assentamento (que atende apenas até a 4ª série) quanto a de Campo Florido foram fundamentais. A boa condição do transporte escolar e a permanência dos pais em uma mesma localidade também colaboram bastante para a frequência contínua e ininterrupta dos jovens à escola. A maior parte dos jovens assentados com os quais conversei cursaram ou pretendem cursar o ensino médio. Situação, como vimos, muito diferente da dos seus pais. Mesmo que muitos deles resolvam abandonar os estudos, os aspectos citados acima facilitam a frequência e motivam a capacitação até o ponto que a estrutura educacional da cidade de Campo Florido suporta. Para cursar o ensino superior é preciso ir a Uberaba ou Uberlândia.

Este acesso ao ensino superior, mesmo que permeado de dificuldades, é muito valorizado pelos assentados, principalmente entre as pessoas de mais idade. Provavelmente por acreditarem que ela pode garantir para seus filhos e netos condições de vida melhores do que as que eles mesmos tiveram. Wanderley (2003) chega a afirmar que, para os

---

<sup>40</sup> Com a participação ativa da Usina Coruripe, através do programa Parceria Público-Privada (PPPs), foram construídas além desta, ao menos outras duas rodovias interligando municípios da região e as áreas com grande produção de cana às atuais e futuras filiais industriais do Grupo Tércio Wanderley.

assentados que estudou, “*a educação vem a ser o principal compromisso [dos pais assentados] para com os filhos*”. E nesse sentido, tivemos muita sorte de presenciar em campo a emoção de muitos falando com orgulho do Fabiano, que tinha acabado de se formar em Jornalismo, depois de muito sacrifício seu e de sua família. Fabiano, um dos quatro filhos da Branca com o Saldanha, foi o primeiro jovem assentado que conseguiu concluir o ensino superior.

Os choros emocionados que presenciei nas recepções realizadas a ele, logo depois de sua formatura, em algumas casas nas quais eu estava presente, mostra o quão importante é considerado o acesso à educação. Nessas ocasiões ele me pareceu até ser tratado como uma espécie de “filho do assentamento”, como um símbolo de uma nova condição social. Certamente o que tornou o momento tão emocionante para todos foi o fato desta conquista ser comparada à época anterior de suas vidas, na qual “*ter um filho formado parecia impossível*”, como diz Maria, esposa do Zé Pretinho. Voltaremos ao caso do Fabiano adiante. Neste ponto o importante é assinalar a preocupação que os assentados têm para com o futuro de seus filhos e nesse sentido, tanto o acesso à educação formal quanto as boas condições de se educar no dia a dia do assentamento sempre são ressaltados entre os grandes benefícios adquiridos. O depoimento da Divina é exemplar:

Estou satisfeita. Se eu não tivesse entrado nesse movimento, nesse assentamento, eu sei que eu não ia dar conta de fazer pra eles [os quatro filhos entre treze e sete anos] o que eu tenho feito e o que eu tenho certeza que vou poder fazer um dia. Eles estão estudando. Trabalham. Hoje eu mexo com gado, eu tiro leite vai fazer seis anos agora em abril. Os meninos também são bastante responsáveis. Eu saio de casa, deixo eles, sabe? Eles tomam conta, apesar de fazerem muita bagunça, tudo. Mas eu acho que isso é normal de qualquer criança. Eu fico muito satisfeita. Porque se eu tivesse na cidade, eu tive a experiência de varias vezes, eu fui pra casa da minha sogra e fiquei lá 20, 30 dias... Eu vi o tamanho da dificuldade que seria cuidar das minhas crianças lá na cidade. Porque eu tinha que comprar um leite... por tudo que passavam na rua eles queriam. O gasto era muito maior. Na cidade exige mais cuidado... tipo assim, os vizinhos arreparam, os vizinhos falam. Exige mais atenção por causa dos carros que passam na rua. Exige uma preocupação maior com as drogas.

Em termos gerais, quando indagados se as atuais condições de vida eram iguais, melhores ou piores do que aquelas existentes no momento anterior à entrada no assentamento, as avaliações são bastante positivas. No entanto, pelo que nos relataram, os primeiros anos de assentamento foram bastante “*sofridos*”. A falta de infraestrutura

doméstica, produtiva e de transporte levaram a situações extremas de miséria, muitas vezes piores que as anteriores ao assentamento. Assim conta Divina:

Quando chegamos aqui a dificuldade foi grande porque estava muito frio, frio demais. O plástico suava, pingava tudo no pessoal assim. A gente dormia, acordava assim de manhã, aquilo ficava pingando, molhando, né? E eu amamentando ele. Mas eu ficava muito fraca porque a gente não tinha alimentação. A gente levantava e não tinha o que comer. Não tinha leite, não tinha nada. Às vezes o alimento chegava na hora do almoço, mal era um arroz, às vezes não tinha nem um feijão, era mais arroz e macarrão branco, né? E era muito difícil da gente ter uma mistura né? Então eu emagreci muito. Sempre que eu tinha eles [os filhos] eu pegava infecção de intestino, acho que por falta de alimentação, né? Muito difícil, muito sofrido.

De todo modo, é interessante observar como hoje, na construção de suas falas acerca do assentamento, os assentados operam elementos próprios deste lugar em oposição ou em comparação com elementos de um passado “*sofrido*”, no campo ou na cidade. Nesse sentido, a possibilidade aberta pelo assentamento de não se ter muitas despesas financeiras (com aluguel, com comida e com gastos em geral, motivados pela “dinâmica da cidade”), de se ter abundância de alimentos (especialmente a carne, os frutos do quintal, o leite e seus derivados, muitas vezes produzidos na própria parcela), a tranquilidade para criar os filhos e de se morar “*na roça*”, “*perto da natureza*” são muito valorizadas.

Contudo, nem todos conseguem, preferem ou mesmo optam em morar no assentamento. Nas falas sobre estas situações, o assentamento não aparece tão positivamente e nem a cidade aparece tão negativamente, em comparação com as adversidades do primeiro. Este é o caso dos cerca de 10% dos titulares de lotes que venderam suas parcelas, principalmente nos primeiros anos do assentamento. Não pudemos focar a pesquisa nesta questão, mas a falta de estrutura produtiva e doméstica, o acesso restrito aos créditos e à assistência técnica, o endividamento no mercado local, o cansaço ocasionado por um longo período de “*sofrimento*” e os conflitos dentro do assentamento parecem ter sido, muitas vezes em conjunção umas com as outras, as principais razões que levaram a venda de lotes no caso do Sto. Inácio Ranchinho.

Convém lembrar, como já foi dito, que além daqueles que venderam seus lotes, os jovens, filhos e/ou netos dos titulares das parcelas, são os que mais saem do assentamento rumo às cidades da região. Isto ocorre principalmente porque muitas vezes os projetos dos

jovens no assentamento esbarram nos interesses dos seus pais e responsáveis pela parcela e eles acabam optando em procurar alguma ocupação nas cidades, arrumando trabalhos nas fazendas da região ou entrando para o movimento de luta por terra. Neste ponto vale destacar que seja devido às questões de autoridade e poder entre os titulares de lote (geralmente homens) e seus filhos, ou seja devido ao espaço objetivamente restrito das parcelas, o fato é que na medida em que os jovens cresceram, buscaram alternativas de renda, se relacionaram com pessoas de fora do PA, tiveram filhos e se casaram, muitos deles optaram em viver e trabalhar fora do assentamento.

Um outro caso, apesar de único, é extremamente interessante para observarmos a forma como os assentados constroem seus discursos sobre o assentamento e sobre seu significado mais evidente: o acesso à terra para produzir. Pouco antes de ser assentado em Sto. Inácio, Zé Maria trabalhava como “*bóia-fria*” em serviços diversos nas fazendas do município de Capinópolis, ao norte do Triângulo Mineiro. Foi quando se envolveu nos conflitos trabalhistas emergentes na região e acabou disputando como “*cabeça de chapa*” uma eleição para o STR da cidade. O envolvimento “*na luta*” e sua demonstração pública através da disputa pelo cargo fizeram com que o mercado de trabalho local se fechasse para ele. A derrota nas eleições o deixou sem muitas alternativas. Diante deste cenário, conforme afirma Frei Rodrigo, a CPT regional, na época envolvida também nos conflitos desta cidade, achou interessante usar um recurso que possuíam para “*liberar*”<sup>41</sup> o Zé Maria para “*ajudar na articulação do pessoal de Iturama*”. Com o tempo, conforme ele mesmo conta, ele foi se envolvendo e se entrosando com o pessoal e acabou sendo assentado através da votação realizada por todos nas vésperas da elaboração do PA do assentamento. Hoje, casado e pai de duas crianças, Zé Maria afirma que “*a terra [de seu lote no assentamento] em si não significa nada. O que importa é que ela ofereça condições de sobrevivência para mim e para minha família*”. Certamente esta concepção utilitarista da terra contribuiu para que ele resolvesse arrendar boa parte de seu lote e mudar-se com sua família para a cidade de Campo Florido assim que teve condições financeiras de fazê-lo. O interessante é que quando questionado sobre as razões que levaram à sua mudança, Zé Maria também apóia-se nas melhores condições de oferecer uma educação considerada

---

<sup>41</sup> Neste universo de organizações que lidam com conflitos agrários, o termo “*liberar*” se refere a uma espécie de salário, um “*apoio financeiro para a pessoa poder continuar militando*”, conforme explica Frei Rodrigo.

adequada a suas filhas. A diferença do Zé Maria para a Divina, a esse respeito por exemplo, é que ao contrário dela, ele considera o ambiente da cidade mais apropriado que o do assentamento. Além disso, como ele afirma, a área de sua casa alugada na cidade era mais adequada para montar a fabriqueta de doce de pimenta que ele e suas esposa estavam planejando.

A discussão do significado da terra para os assentados pode, desta forma, ser central para entendermos porque eles consideram estar hoje em um patamar diferenciado daquele no qual se encontravam nos períodos anteriores de suas vidas. Para o Lourival, por exemplo, *“a conquista da terra foi uma coisa muito forte que transformou minha vida”*. Para relembrar, Lourival trocou seu lote em Sto. Inácio por outro localizado no Assentamento Rio das Pedras, em Uberlândia, para aproximar-se da família de sua esposa que mora neste município. Pelo que pude perceber, eles aproveitam bastante esta proximidade. Eu mesmo já dei algumas caronas para a Maria, a esposa do Lourival, até a casa de sua irmã (localizada a menos de 15km do Rio das Pedras e a mais de 200 km de Sto. Inácio). Também tive a oportunidade de saborear em seu *“novo sítio”* as pamonhas que *“toda a família”* fez em uma das várias *“pamonhadas”* realizadas na época da colheita do milho (nos primeiros meses do ano). Desta forma, quando questionado sobre o significado que a terra tem para ele, Lourival não surpreende ao falar em primeiro lugar na possibilidade que agora possui de, se for preciso, abrigar sua família inteira dentro de seu lote e garantir a sobrevivência de todos. E de fato a família de um dos seus irmãos mora hoje com eles no Rio das Pedras. Eles construíram um *“barraco”* ao lado da casa do Lourival e trabalham juntos no sítio.

Zé pretinho, por sua vez, ressalta a importância da terra para adquirir bens: *“se eu não tivesse essa terra aqui eu não teria essa casa (...) o conhecimento geral que tenho foi através da terra (...) pra dizer a verdade, tudo que eu tenho hoje foi um benefício da terra. A terra que me deu isso tudo”* (Guimarães, 2002:122). Estes benefícios citados pelo Zé somados às nossas observações de campo vêm demonstrar o quanto ele e sua esposa valorizam a casa (com toda a sua estrutura, em especial a ampla varanda para receber pessoas), o quintal (com seus diversos frutos) e evidentemente seu gado leiteiro, a principal fonte de renda da família. Evidentemente a ênfase dada neste depoimento aos ganhos materiais vindos da terra não representa qualquer tipo de indiferença quanto às questões

não-materiais, como a família, por exemplo. Tanto é assim que, em caráter quase sigiloso, Zé Pretinho me disse que está gastando boa parte de suas reservas com advogados e trâmites na justiça devido a um acontecimento que envolveu um de seus filhos<sup>42</sup>.

Um outro aspecto muito importante levantado por Edivaldo, ao comentar o significado que a terra tem para ele, diz respeito “*à liberdade e às condições de produzir. Acaba sendo isso aí: essa liberdade total. Essa terra significa liberdade*” (Guimarães, 2002:122). Em tese, esta opinião está em sintonia com a de Barroso, que afirma ver na terra um meio de produção capaz de garantir renda, poder e autonomia. A diferença entre os dois casos se refere às suas práticas cotidianas. Enquanto Edivaldo, contando com a força de trabalho de sua família, tem uma parcela bastante produtiva em comparação com as outras, Barroso, um dos irmãos Galante, se separou da esposa, mudou-se para Uberlândia e dedica boa parte de seu tempo à militância, seja através do Movimento terra Trabalho e Liberdade (MTL) ou do Partido Socialismo com Liberdade (PSOL). O Barroso e seus irmãos, quando dividiram os lotes dentro de seu Grupo de Afinidade, optaram em fazer a “*Agrovila*”, que consiste hoje em três casas. Uma delas, na qual eu dormi por duas vezes em que estive em Sto. Inácio, é a da Tiana. As outras duas estão ocupadas pela sua mãe, a Maria e pelo seu filho, o Marcus. Por esta razão na parcela do Barroso não existe sequer uma casa e há alguns anos está praticamente abandonada.

Em termos gerais podemos perceber três eixos centrais sobre os quais foram construídos os citados depoimentos acerca do significado da terra: em primeiro lugar, todos afirmam que a terra tem algum valor somente por ser um meio de se atingir um fim desejado. Esta constatação vale, apesar do objetivo final variar de caso para caso: condições de sobrevivência da família nuclear (Zé Maria) ou de toda a família (Lourival); condições de adquirir conhecimento e bens como uma boa casa e umas “*vaquinhas*” (Zé Pretinho); condições de produzir, seja porque garante uma certa liberdade (Edivaldo), ou seja porque a terra, como meio de produção, garante renda, poder e autonomia (Barroso).

Em segundo lugar, o valor que todos afirmam dar à terra advém das preocupações em torno da assistência às suas famílias e das condições garantidas pela terra de sanar suas

---

<sup>42</sup> Esse episódio diz respeito a uma série de brigas entre este filho do Zé Pretinho e um filho de outro assentado em torno de uma garota. As brigas e ameaças mútuas tiveram um fim trágico através da morte do segundo rapaz. Seu filho se encontra atualmente com a referida moça e em liberdade, alegando legítima defesa. Porém, o processo judicial ainda não se encerrou.

necessidades específicas, seja através da exploração da própria força de trabalho familiar ou seja através de qualquer outro tipo de renda. A importância dada à família por estes assentados não surpreende, pois de um modo geral, desde Chayanov (1981), se reconhece que a especificidade do camponês reside no fato de que a sua principal referência é o grupo doméstico e familiar. Assim, é comum pensar tal grupo como uma unidade de produção e consumo na qual o grau de auto-exploração da força de trabalho familiar é determinado por um particular equilíbrio entre as necessidades da família e a penosidade do trabalho necessário para atender estas demandas. Da mesma forma, conclui-se daí que o controle peculiar que o camponês exerce sobre os meios de produção (em especial sobre a terra) e sobre os processos de trabalho faz com que as unidades de produção camponesas tenham uma certa capacidade *sui generis* de se ligarem mais ou menos ao mercado, de acordo com as circunstâncias e suas necessidades específicas. De certa maneira, como afirma Soares (1981), esta “*relativa autonomia*” em relação ao mercado somada à importância da família (enquanto unidade de consumo e produção) para a determinação de estratégias produtivas adotadas são as grandes características distintivas do campesinato.

É justamente a referência a esta espécie de “*autonomia camponesa*” o terceiro eixo sobre as quais algumas das falas dos assentados se apóiam para argumentar acerca do significado e da importância da “*terra conquistada*”. Esta referência está expressa na concepção de “*liberdade total*” do Edivaldo e é claro na visão militante do Barroso centrada no domínio dos meios de produção. Está também presente nas falas de tantos assentados que valorizam sua atual situação por “*não ter que trabalhar pros outros*” ou “*por poder trabalhar na hora e no que quiser*”. Mesmo que esta independência em relação ao exterior seja bastante relativa, a fala de alguns assentados como o Antônio Munhoz, por exemplo, mostra tanto o desejo comum de atingi-la plenamente quanto a estima que possuem pela autonomia já garantida:

É... nós criamos [ele e sua esposa falecida] 11 filhos trabalhando pros outros sem nunca ter um palmo de terra. Então um dia que a reforma agrária me deu direito de conquistar e possuir um pedaço de terra, meu, ela me deu o direito de eu viver independente, trabalhar, viver independente, trabalhando por minha conta. Só que ela não me deu, ela não me deu essa terra com o compromisso de eu arrendar ela pra usina pra plantar cana nela não! Ela me deu essa terra pra eu trabalhar, pra eu sobreviver, com a minha prática..

É evidente que nem todos compartilham das concepções do Antonio Munhoz acerca do significado do trabalho ou do “*viver independente*”. Nesse sentido, convém reiterar que a “*luta pela terra*” e a posterior resistência nela (enquanto pequenos produtores), mesmo que inicialmente motivadas por símbolos e ideários políticos comuns ou semelhantes, foram *responsáveis* pela criação e aprofundamento de heterogeneidades consideráveis entre os hoje assentados. As repercussões desta heterogeneidade entre os assentados no que diz respeito às estratégias produtivas adotadas e sobre o próprio desenvolvimento do assentamento são diversas. As distintas formas de resistência adotadas pelos assentados nestes mais de dez anos de assentamento assim como as polêmicas e conflitos ocorridos em torno delas serão discutidas nos tópicos subseqüentes. Aqui o importante é destacar o valor dado pelos assentados à possibilidade de escolherem algumas estratégias produtivas e de geração de renda em detrimento de tantas outras às quais hoje eles têm acesso em oposição ao período anterior de suas vidas, no qual se encontravam excluídos de tais possibilidades.

Neste ponto é fundamental retomar algumas considerações de K. Woortmann (1990), nas quais ele argumenta que a economia camponesa e seus componentes são, acima de tudo, expressão de uma determinada moralidade. É nesse sentido que as famílias camponesas, para além de conjuntos de consumidores e trabalhadores, representam e são construídas sobre valores éticos e morais. A terra, desta forma, é o patrimônio da família sobre o qual se faz o trabalho responsável não só pela produção de suprimentos, mas principalmente pela construção da própria família enquanto um valor. Assim, apesar das primeiras impressões oriundas de suas falas, a terra geralmente não é vista pelos assentados de Sto. Inácio apenas como uma simples mercadoria, objeto do trabalho ou fator de produção, mas sim como algo extremamente importante em suas representações e valorações éticas. Para além de simplesmente um objeto de investimento ou meio de subsistência, a propriedade da terra é para os assentados de Sto. Inácio, em sua dimensão social e cultural, a condição para que se viva em família e para que se garanta através dela a sua reprodução com dignidade e em conformidade com um padrão considerado ideal (ou ao menos satisfatório).

Com relação ao consumo de bens duráveis e não duráveis – produtos que vão desde os alimentos (de toda espécie, *in natura* e industrializados), os equipamentos domésticos e eletrodomésticos (geladeira, freezer, máquina de lavar, tanquinho, camas, colchões, guarda-

roupas), bens pessoais (como roupas e sapatos), para higiene pessoal (xampus, cremes, sabonetes, sabão), meios de transporte (bicicletas, carroças, motos, e carros), etc – podemos evidentemente afirmar que variam conforme os rendimentos obtidos pela família seja através do trabalho no lote ou qualquer outro meio, mas também conforme as preferências e necessidades de consumo de cada família ou pessoa que detém o recurso. Assim, para citar alguns exemplos, nem todos os assentados que não têm um carro, um aparelho de DVD ou um som com CD não o têm porque não possuem condições financeiras para compra-los. Em contrapartida, é comum encontrar aparelhos de som adquiridos por jovens que trabalham fora na estante da casa de seus pais, que muitas vezes não gozam de nenhum tipo de fartura ou “excedente” para gastar com eletrodomésticos ou infraestrutura doméstica.

É claro que a maioria das pessoas com as quais conversei se queixa da carência de recursos para satisfazer seus desejos de consumo. Como poderia ser diferente em uma sociedade na qual o consumo é tão propagado e idealizado? Entretanto, mesmo entre os que diríamos ser os mais carentes (não comem carne todos os dias que desejam; não têm forro em suas casas, varanda ou demais acabamentos; não têm veículos motorizados, etc) o discurso hegemônico é o de satisfação (mesmo que parcial) com o assentamento e com as condições atuais. Mais uma vez vale lembrar que a referência para esta avaliação positiva do presente é um passado lido hoje como marcado pelo trabalho árduo, itinerância e “sofrimento”.

#### 4.5- Estratégias de reprodução e organização produtiva

Como já foi mencionado, os primeiros anos no assentamento foram muito “sofridos” para quem ali vivia. O fato de terem acessado a quantidade máxima de créditos - estipulada para assentados pelo antigo PROCERA (BRASIL, 1998) - não garantiu boas condições de habitação, alimentação e produção para os que se localizavam em Sto. Inácio. Foram várias as razões que contribuíram para este fato: como a maioria das famílias que foram assentadas não mantinha uma casa (nas cidades ou fazendas) durante o período dos acampamentos, seus poucos móveis, roupas e demais pertences sofreram um enorme processo de degeneração devido às condições precárias com as quais alguns conviveram por cerca de quatro anos. Assim, os créditos destinados à consolidação das habitações no

Sto. Inácio foi, como todos reclamam, irrisória. Mesmo optando por usar parte dos recursos destinados aos investimentos produtivos, os assentados ficaram por um longo período morando em barracos, sem energia elétrica e sistema de saneamento. Mesmo estes recursos não foram suficientes para evitar as fatalidades e humilhações vividas pelos assentados nestes primeiros anos<sup>43</sup>.

Além disso, os créditos destinados aos investimentos produtivos foram usados também para comprar alimentos, inclusive através do pagamento de dívidas contraídas junto ao comércio de Campo Florido. Branca assim relata as dificuldades deste período

mesmo num lugar como esse aqui que foi desapropriação e nós não precisamos pagar pela terra, têm aqueles que desenvolveram mais porque eles tinham alguma coisa pra vender. Teve gente aqui que tinha o que vender pra investir aqui dentro. Teve gente que não teve nada, eu sirvo como exemplo. Eu vim com os filhos, uns colchãozinhos, umas panelinhas e umas roupinhas. Eu não tive uma casinha pra vender pra fazer uma outra aqui. Teve gente que teve isso e hoje tem uma casa boa aqui. Não é com recurso do governo que eles fizeram uma casa assim, uma casa grande, uma casa melhor. Tem gente que... ah, parente deu tantas cabeças de gado, ah, outros deu tanto... Não é com recurso do governo. O do governo só dá pra comprar quatro cabeças. O crédito do investimento. Aí naquela hora também não dava pra comprar uma vaca boa, que desse bem o leite. Mais é coisa pra inglês ver né? Um projeto... o PROCERA né? Um projeto de sete mil reais. Ao invés de passar esse dinheiro pra nós de uma vez, não, passou parcelado em três vezes. Quando chegava esse recurso... Eles esquecem que quando você está assentado, já assentado no lote, você come, se alimenta, você gasta com remédio. Você gasta com outras coisas, você tem um filho na escola. Não vem. Não tem nenhum recurso pra nos manter até começar a produzir. Então, o que acontece? Alguém te confia vender lá na cidade, você vai comprar. Quando chega um crédito desse... ah você tem que comprar uma carroça, um cavalo, as ferramenta pra tração animal, comprar arame, madeira e comprar quatro cabeças de gado. Esse é o projeto do PROCERA Investimento. Mas você já deve uma quantidade grande lá na cidade. Precisa ir lá pagar, você precisa continuar alimentando, então precisa pagar o que deve, uai. Uai, sobrou? Sobrou. Então vamos. Vamos comprar quatro vacas fracas, né? Não dá pra ser boa. Vamos comprar a madeira sim, o arame sim, precisa cercar... até hoje esta aí, não foi implantado o sonho que as entidades tinham, que era ver tudo sem cerca. Não conseguiu implantar isso. Então cada um tem sua cerca. Aí comprou carroça, animal, comprou ferramenta... mas é isso aí: acaba precisando disso aí.

Dois fatores agravaram este quadro. Em primeiro lugar, a área da fazenda desapropriada possuía solos e pastos degradados, que precisariam ser corrigidos para garantir uma produtividade minimamente rentável. Em segundo lugar, a EMATER-MG

---

<sup>43</sup> Entre os inúmeros exemplos das dificuldades enfrentadas pelos então recém-assentados destaca-se a morte da filha (praticamente recém-nascida) da Silvana (filha do Zé Pretinho) e as humilhações às quais as crianças que freqüentavam a escola na cidade eram submetidas por serem filhos de assentados, usarem “roupas velhas” e que não lhes “serviam direito”, por serem doadas.

(Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais) incentivou a adoção da mecanização e da correção química, exigindo dos assentados vultuosos investimentos na aquisição de equipamentos e insumos (Guimarães, 2002). O resultado desta combinação de fatores nos primeiros anos do Sto. Inácio foi responsável pela baixa produtividade e rentabilidade tanto das lavouras quanto da produção leiteira e pelo endividamento de parte considerável dos assentados junto às fontes de financiamento público.

Não é por acaso que a maior parte das vendas de lote no assentamento Sto. Inácio Ranchinho tenham ocorrido nos seus primeiros cinco anos de existência. É nesse sentido que os assentados continuam ainda hoje usando o termo “*luta*”, não mais para se referirem ao processo de aquisição, mas agora para remeterem à resistência e permanência na “*terra conquistada*”.

Neste período poucos assentados conseguiam trabalho fora do assentamento para complementar a renda familiar. Como relata a Branca, antes de “*acabar um pouco a cisma que os fazendeiros*” da região tinham com os assentados, poucos serviços eram oferecidos a eles. Ela conta que um fazendeiro vizinho do assentamento se recusou a ajudar de todas as formas possíveis: “*aquele ali não dava serviço, não dava nada... nem esterco do curral dele ele deu pra gente. Ele disse que não dava e não vendia. Jogava fora, mas não dava pra sem-terra*”. Nesse sentido, o caso do Ademir e do Ademilton (irmãos, titulares de seus lotes e casados com as filhas do Zé Pretinho), que nos primeiros anos de assentamento passavam a maior parte do tempo trabalhando como pedreiros na cidade de Iturama, onde moravam antes de assentarem-se, se caracteriza mais como uma exceção à “regra” de não conseguirem trabalho neste período inicial do assentamento.

#### 4.5.1 - Delimitação das estratégias produtivas: produção associada X produção familiar

As estratégias produtivas adotadas pelos recém assentados foram as mais diversas nestes mais de dez anos de assentamento. A princípio, como já havia sido discutido nos grupos de afinidade e em assembléia quando ainda estavam acampados, os atores envolvidos (os trabalhadores que pleiteavam terra e os mediadores) optaram em não estabelecer parâmetros de produção obrigatórios para todos.

Assim, a partir desta orientação, a maior parte das parcelas de terra do Sto. Inácio passou a corresponder às unidades domésticas, concebidas como unidades de produção ancoradas no trabalho familiar e cujos frutos são voltados para atender as necessidades de consumo desta mesma família. Até a súbita emergência em 2003 do “*projeto da cana*” no Sto. Inácio, e com exceção de algumas iniciativas de “*produção coletiva*” (produção associada), esse foi o modelo hegemônico no assentamento durante quase dez anos. É claro que mesmo entre os que seguiram este padrão, existem diferenças consideráveis em termos de estratégias produtivas (específicas) adotadas. Porém, antes de descrevê-las, faremos uma descrição dos projetos de “*produção coletiva*” implementados nos primeiros anos de assentamento. O objetivo desta seqüência na exposição é, por um lado, garantir a apresentação das estratégias produtivas mais significativas adotadas pelos atores estudados neste trabalho, desde que foram assentados. Por outro lado, a partir desta exposição, esperamos delimitar alguns dos conflitos, cisões e diferenciações vivenciadas por eles em função destas mesmas estratégias.

Por iniciativa de algumas pessoas que acabaram formando sub-grupos dentro dos próprios “*grupos de afinidade*”, surgiram no assentamento, como explica a Tiana, “*projetos alternativos de produção, mas também de vida*”. A experiência realizada por ela, seus irmãos (“*os Galante*”) e mais quatro amigos, todos pertencentes ao mesmo “*grupo de afinidade*”, foi bastante interessante. Como já foi dito, partiu deles a iniciativa de construir a “*agrovila*” (com casas dispostas uma ao lado da outra formando um círculo) com o intuito de instaurarem um novo modo de vida, mais próximo da família e no qual as decisões e as tarefas deveriam ser coletivamente compartilhadas. De um modo geral, a organização produtiva no Sto. Inácio não pode ser compreendida à revelia das relações de afinidade entre os assentados. No caso dos “*Galante*” foi notória a centralidade dos laços de parentesco para a organização de seus primeiros empreendimentos.



IMAGEM 7 – Foto da “Agrovila”. Estão à vista duas das três casas e o caminho que passa na porta delas fazendo um círculo.

Entretanto, dentro de três anos os projetos foram completamente abandonados (ou ao menos suspensos). As baixas taxas de produtividade e lucratividade assim como as constantes brigas foram, conforme afirma a Tiana, as principais razões para o insucesso do projeto. As três casas que já haviam sido construídas, hoje vistas por eles como um projeto inacabado, abrigam a Tiana e alguns de seus filhos, sua mãe (que depois de tornar-se viúva começou a morar sozinha) e seu filho mais velho (que é casado e possui um filho pequeno). Dos outros irmãos da Tiana, dois construíram suas casas em suas próprias parcelas, um terceiro (o Barroso) mora em Uberlândia e atua como militante do MTL e um quarto vendeu a sua parte logo depois das primeiras iniciativas produtivas consideradas frustradas. Dos irmãos que construíram em seus próprios lotes, o Dito se separou da esposa Julia (que hoje se encontra acampada no município de Prata junto com três de seus quatro filhos), tornou-se presidente do STR de Campo Florido e até 2006 morava somente com seu filho mais velho (que hoje se encontra acampado, militando pelo MTL “*só pela causa*”, sem pleitear terra). O segundo irmão que ainda mora no assentamento, o Pedrinho, teve sete filhos com três mães diferentes. Em meados de 2006 ele se separou da última esposa e hoje mora com três dos filhos. Dois outros moram com a madrinha na cidade.

Os projetos protagonizados pelos “*Galante*” se destacam no Sto Inácio mais por um posicionamento político-ideológico e pela intenção de fundar um novo modo de vida do

que propriamente pela expressividade de seus empreendimentos produtivos. Hoje, como desenvolveremos adiante, todos os “*Galante*” que moram no assentamento “*resistem à [ofensiva da] cana*” e produzem em suas próprias parcelas, através principalmente da exploração do trabalho de suas respectivas famílias nucleares e para suprir as necessidades destes mesmos núcleos domésticos.

Uma experiência diversa foi protagonizada por quase todos os integrantes de outro “*grupo de afinidade*”. A princípio, como conta Branca (a coordenadora do grupo), a produtividade e rentabilidade da primeira tentativa de *produção coletiva* foi bastante satisfatória.

no primeiro momento que nós chegamos aqui, nós optamos por um coletivo na produção de mandioca e arroz. Saiu o primeiro custeio e nós aplicamos. Cada família aplicou uma parte. Éramos em 12 famílias. Isso nos rendeu... Cada um aplicou duzentos reais e teve mil de lucro. De modo que tínhamos a intenção de continuar. Se aplicamos duzentos e obtivemos mil, então agora nós podemos aplicar 500. Só que o povo... gente... é complicado.

O plantio foi realizado em três dos lotes e o trabalho deveria ser igualmente dividido entre as famílias participantes. Mas na visão de Branca

tinha uns muito trabalhador, outros mais preguiçoso... (...) tinha gente que fingia que estava doente pra não trabalhar (...) De modo que não tinha como dividir em partes iguais. Porque a proposta era dividir em partes iguais, mas também trabalhar em partes iguais. Eles pegaram e pra não ter confusão, resolveram pagar em partes iguais. Quem tinha 20 dias [de trabalho] ia receber o mesmo total de quem tinha nove, mas nós acabaríamos com o grupo. Não trabalharíamos mais coletivo. Acabou o grupo. O trabalho não prosseguiu.

Procurando evitar “*confusão*”, mesmo se considerando prejudicada pela “*preguiça*” de alguns, a Branca e seu marido optaram em dividir igualmente os lucros das lavouras e acabar com o grupo. No entanto, como ela conta, depois de “*tirar os [assentados] mais complicados*”, o grupo então composto de sete famílias tentou produzir “*no coletivo*” uma outra vez, só mandioca.

naquela hora o que dava uma renda melhor era a mandioca. Apesar de ser um pouco demorada, um ano e seis meses. Só que dentro do grupo de sete ainda teve alguém complicado, que atrapalhou e também desistiu. Aí acabou com o grupo. Depois, vamos gente... eu incentivando, tentando. Ficamos em cinco. Dos

cinco um foi esperto demais. Aí começou a usar de esperteza com os outros quatro companheiro. Então acabou novamente.

Quando perguntada sobre as razões pelas quais não se dividia os lucros da produção conforme a quantidade de trabalho investido Branca diz que

era pra ser dessa forma. Só que eles ficavam querendo brigar. Aí, pra não ter briga, a gente preferia dividir. Eram as esposas... preocupadas em casa... aqueles homens estão com um podão na mão, com o facão na mão, pra cortar, né? Tirar a raiz, o talo da mandioca lá assim né? E falavam: vocês já pensaram, vocês começaram uma briga? Todo mundo armado de facão né? De podão né? Tirando aquela mandioca lá da rama... meu Deus do Céu... e ficava todo mundo maluco... e eu ficava: não gente, pelo amor de Deus... vamos sentar, vamos fazer assim, assim. E chamava aquelas pessoas, pra não ter confusão, sabe? Ó gente, vamos fazer assim, pra não ter briga... A gente faz só que o grupo acaba. Porque se fizesse por dia trabalhado ia ter briga do mesmo jeito. Então era dividir em partes iguais. Então tá. Tudo bem.

A “*esperteza*” de alguns associada à tensão crescente entre os participantes do projeto fez com que a Branca desistisse de seu sonho. É interessante notar aqui como as “*afinidades*” entre os assentados são flexíveis a ponto de “*amigos*” se tornarem possíveis “*inimigos mortais*” devido a conflitos em torno da produção conjunta. Já o Anísio, participante do mesmo grupo, faz uma avaliação diferente das tentativas de “*produção coletiva*” realizadas no Sto. Inácio. Em sua opinião,

o que falta pra nós, e eu acredito que isso nunca vai ter, e não é só aqui, é no Brasil inteiro. Pobre não tem união. Quando eu falo pobre, o pobre ele é pobre de todo jeito: ele é pobre de dinheiro, ele é pobre de cultura, ele é pobre de juízo, ele pensa pouco, ele não gosta um do outro. Pobre é um bicho tão danado que não gosta um do outro, uai. Não gostar não quer dizer que ele assim, tem ódio um do outro, mas é que um não quer ver o outro crescer (...) Eu estou ruim, você [o vizinho] tem que ficar igual a mim. É assim que funciona. Ao invés de você falar assim, não gente... vamos unir nesse sentido assim... não, não, não. (...) Tudo que você for mexer no mundo, que tiver dinheiro no meio é complicado. Sabe porque? Porque ninguém confia em ninguém. É complicado, é difícil administrar as coisas. E muito pior é você ficar ouvindo o nome de ladrão aí, todo dia. Então esse é o motivo de não funcionar. O cooperativismo, o coletivo... não funciona.

O Anísio e seu filho Bafo estão hoje entre os atores assentados que mais fazem oposição aos projetos coletivos idealizados pelos mediadores e pelo “*pessoal da Agrovila*”. Antes de se assentar, Anísio era agenciador (ou “*gato*”) de muitos que hoje são seus vizinhos. Como diz seu filho, “*meu pai nunca foi de pegar no pesado*”. Consolidado como

liderança ainda em acampamento, participou depois de assentado de quase todas as diretorias eleitas da associação, estando presente nela há doze anos. Ele e o Zé Messias, outro assentado com expressão política ainda maior, se colocam e são vistos como os responsáveis pela entrada do “*Projeto da Cana*” no Sto. Inácio. Por mais que ele tenha participado do grupo de produção coordenado pela Branca, são aos “*Galante*”, aos mediadores do “*movimento*” e organizações de apoio (especialmente ao Frei Rodrigo), que se dirigem suas críticas e aos quais ele faz uma dura oposição. Em uma conversa na qual estavam presentes pai e filho, o Bafo, argumentando sobre as dificuldades de se trabalhar coletivamente, retoma o caso da *Agrovila*:

Quando começou aqui, começaram os grupos coletivos, acabou não dando certo, desunião e tal, e aí cada um... ficou individual e tal. Eles [o pessoal da Agrovila] juntaram os irmãos, seis irmãos, mais uns quatro, cinco que eram amigos bem íntimos, que eles já faziam parte de um grupo, e fizeram a Agrovila lá. Todo projeto que vinha, todo mundo investia individual, eles não. Eles montaram uma comissão, pra administrar e tal. E aí não deu certo entre os irmãos. Você imagina se tivesse os cento e quinze, todo mundo junto. Tinha dado morte. Pra você ver onde que chega a desunião do povo. Por isso, se você sair de casa em casa aí hoje falando pra nego em coletivo, nego te xinga. Eles não...

De fato, mesmo entre antigas lideranças (que inclusive se colocam contra o arrendamento para a cana), como é o caso do Edivaldo, existe uma certa repulsa pela “*produção coletiva*”.

A produção já foi experimentada de tudo quanto é tipo: tanto no coletivo quanto no individual, semi-coletivo, né? Houve uma época em que o pessoal do grupo 6 e do grupo 8 faziam tudo no coletivo (...) a prática demonstrou que não dava certo daquela forma. Porque na realidade o que aconteceu foi o seguinte: dentro do coletivo... vamos supor, uma galinha que eles tinham, era do coletivo. Se alguém quisesse matar aquela galinha tinha que fazer uma discussão de grupo. Então, na realidade elas passavam mais tempo reunido do que trabalhando! (...) Isso levou o pessoal daquele grupo... não sei se concordam com essa idéia, mas é o que todo mundo que estava por fora vê, que o pessoal daquele grupo produzia menos que as outras pessoas. (entrevista realizada por Guimarães, 2002:112-3)

Fica evidente, através dos depoimentos acima destacados, que a problemática divisão do controle da organização do trabalho idealizada nos projetos de produção associada se torna a grande fonte de tensões e conflitos entre os envolvidos e razão das baixas taxas de produtividade em seus empreendimentos. Entretanto, apesar deste modelo de produção ter

conhecido seu auge em Sto. Inácio através destas duas experiências descritas acima, não existe entre os assentados uma rejeição generalizada a práticas associativas. Inclusive, algumas práticas também consideradas “*coletivas*” - mas que mantém intacta a centralidade do controle organizacional da produção nas mãos do titular do lote, geralmente o pai de família - são bastante recorrentes no assentamento. São exemplos destas práticas a realização de mutirões, a compra associada de insumos e o uso comum dos equipamentos e tratores da Associação.

#### 4.5.2- O leite como produto chave para a garantia de renda e fartura: divisão do trabalho familiar e pluriatividade

Outra prática “*coletiva*” de destaque, presente desde os primeiros anos do assentamento e ainda hoje bastante vigorosa, é a comercialização e armazenamento do leite produzido nas parcelas familiares. Segundo Guimarães, como os assentados não conseguiram do INCRA um tanque de expansão de leite, um grupo deles fez um acordo com uma empresa de laticínios da região, que financiou o tanque e a construção do “*posto de resfriamento*” e em troca recebeu a garantia da comercialização conjunta de todo o leite produzido pelos beneficiários. Este posto garantiu uma certa qualidade do produto assim como uma relativa estabilidade na sua comercialização.

Foi neste momento que a alternativa da produção de leite parece ter se consolidado como a principal fonte de renda dos assentados. Condição mantida até 2004, quando cerca de dois terços da área de cinquenta e seis dos lotes do Sto. Inácio já se encontravam arrendados para a produção de cana. Antes disso, as especificidades da pecuária leiteira, ao contrário do que aconteceu com as experiências de “*produção coletiva*”, parecem ter ido ao encontro dos anseios e necessidades dos atores assentados em Sto. Inácio.

O trabalho demandado pela pecuária leiteira, com exceção de situações esporádicas, é executado por um ou dois dos membros da família. O trabalho diário se resume à alimentação e ordenha dos animais e à entrega do leite no posto de resfriamento, estrategicamente localizado no assentamento. Na época de chuvas<sup>44</sup>, na qual o gado se

---

<sup>44</sup> O clima da região é caracterizado por um período de seca (de meados do primeiro semestre do ano até meados do segundo) e outro de chuvas (no restante do ano). O calor, mais intenso no período de chuvas, também se faz presente na seca. Neste período acontecem grandes oscilações de temperatura durante o dia.

alimenta melhor e produz mais leite, normalmente os produtores fazem a ordenha duas vezes ao dia. Na época da seca são poucos os que o fazem, sendo que a maior parte deles entregam o leite na parte da manhã. As entregas geralmente são realizadas pelos jovens, com carroças puxadas por cavalos (poucos a fazem com moto ou carro) e em horários próximos. Assim, o posto acaba sendo também um ponto de encontro desses rapazes que ali conversam e brincam uns com os outros por alguns momentos<sup>45</sup>.



IMAGEM 8 – Foto do posto de resfriamento de leite. Nela também aparecem alguns dos jovens assentados que cotidianamente vão a este lugar levar a produção das parcelas de seus pais. No momento da foto eles estão conversando e brincando entre eles.

O trabalho com o gado exige um acompanhamento diário dos animais, com suas particularidades, personalidades<sup>46</sup>, doenças, etc. Assim, é comum os animais necessitarem de um tratamento especial, de remédios e vacinas. Os pastos e as cercas demandam muitos

---

<sup>45</sup> As interações sociais classificadas por eles próprios de “*brincadeiras*” são bastante frequentes, tanto entre os jovens quanto com os adultos. Segundo Comerford (1999), em estudo que fez junto a assentados no estado do Rio de Janeiro, as brincadeiras são um tipo de interação, envolvendo um grupo de pessoas e caracterizada por provocações mútuas e respostas a estas provocações. Para mais detalhes consultar Comerford (1999;2003).

<sup>46</sup> Inclusive todos os animais possuem nomes e recebem um tratamento particularizado, totalmente diferente da forma como são tratados nas grandes fazendas.

recursos para se consolidarem, mas depois disto exigem pouco trabalho<sup>47</sup>. Os pastos, geralmente formados com o capim da espécie *brachiaria*, são utilizados de modo alternado e esporadicamente necessitam de recuperação ou de serem totalmente refeitos.

É claro que a complexidade da pecuária leiteira não se resume a estas atividades. O conhecimento e dedicação necessários para obter bons resultados neste ramo são difíceis de serem atingidos. Até hoje existem assentados que ainda não se aventuraram. Como poucos tinham experiência com o manejo do gado, os assentados foram aprendendo aos poucos o ofício. Alguns fizeram cursos, inovam métodos e fazem uso de tecnologia “de ponta” (como inseminação artificial, por exemplo). De todo modo, de simples esta atividade não tem nada. Apesar disso, as famílias que se dedicam a ela conseguem obter rendas semanais e desocupar parte de seus membros para outras atividades, sejam elas no lote familiar ou mesmo fora do assentamento.



IMAGEM 9 – Foto do curral da Tiana Galante. Aparecem nela, da esquerda para a direita, seu caçula, sua nora, sobrinho e neto. Mais à direita, fora do enquadramento, estava o Zé Preto tirando o leite para levar ao resfriador. As crianças estavam tentando tirar o leite suficiente para misturarem com o chocolate que já estava na caneca que estavam segurando (hábito bastante comum entre os assentados, principalmente as crianças). Aparece também no quadrante, além de parte de suas vacas, um dos principais pastos do “sítio”.

---

<sup>47</sup> Presenciei em campo a realização de um mutirão para a construção de uma cerca em um dos lotes do assentamento. Hoje em dia os mutirões são menos comuns, mas ainda ocorrem. O dono da parcela na qual as pessoas trabalham geralmente oferece uma refeição e bebidas aos participantes, mas isso não é regra. Prática mais comum é a troca de dias de serviço em épocas ou ocasiões que demandam mais trabalho.

Os exemplos são inúmeros. Entre os “*Galante*”, depois que eles começaram a produzir “*individualmente*” em suas parcelas, o Dito se tornou presidente do STR de Campo Florido enquanto o filho mais velho (o Garça) o “*ajudava*” no lote, principalmente através das ordenhas e entregas. O Garça, apesar de possuir menos de vinte anos, há algum tempo está bastante envolvido com os movimentos de luta por terra da região. Na última vez em que estive no assentamento ele estava acampado, fazendo uma “*vivência*” e “*militando*” pelo MTL. O pai, enquanto isso, continuava produzindo leite e atuando pelo sindicato. Na parcela da Tiana, o principal responsável pelos animais e pela produção também sempre foi seu filho mais velho, o Marcus. O outro irmão que também morava com a mãe, o Zé Preto, “*ajudou*” por um tempo, depois passou uma temporada no lote do Lourival (que é grande amigo da família e inclusive pertencia ao mesmo grupo de afinidade e ao grupo que tentou fundar a Agrovila), no Assentamento Rio das Pedras, em Uberlândia, participando de uma experiência de produção coletiva. No início de 2007 ele se encontrava em uma fazenda vizinha do assentamento, trabalhando temporariamente com trator. Também desta última vez não encontrei o Marcus e sua família. Ele se separou da esposa, que voltou pra casa da mãe em Campo Florido levando o filho, e foi trabalhar em uma outra fazenda vizinha. A Tiana estava “*amasiada*” com um homem que assumiu a responsabilidade da produção leiteira. Antes disso, enquanto o Marcus se responsabilizava pelo gado, o restante da família que morava no lote se concentrava em outras atividades, dentro e fora de casa. Além das outras criações sempre presentes em sua parcela (galinhas e porcos), na agricultura, eles investiram principalmente na produção de pimenta, milho e mandioca.

Já o Zé Pretinho, que lida com gado desde o início, delega funções ao Ronaldo, seu único filho solteiro que permanece morando com ele, já que suas filhas, Divina e Silvana, são casadas e assentadas em seus respectivos lotes e seu filho mais velho, o André, mora na cidade com sua esposa. Assim lhe sobra tempo para trabalhar principalmente como tratorista - ofício pelo qual é conhecido na região – para os assentados, fazendeiros e recentemente para a Usina. Seus genros, o Ademir e o Ademilton, como já foi dito, sempre trabalharam no ramo da construção civil. Assim conta Divina, a esposa do Ademir,

desde quando ele se entende por gente, ele tem a profissão de pedreiro. Então, assim, sempre eu tomei conta do sítio e dos meus meninos e ele trabalhou fora.

Hoje ele ainda trabalha como pedreiro. Quando tem um serviço (...) quando ele tiver serviço e puder trabalhar, ele vai trabalhar. E a gente agüenta as pontas aqui né? Só que assim, ele ajuda aqui. Chega final de semana... muita coisa da gerência é dele. Tipo assim: pra cuidar da cerca ele põe os meninos. Muita coisa assim ele toma conta. Por exemplo: nós temos uma mandioca plantada. Se ele precisa arrancar, ele vai lá, paga gente, ajuda, arranca, tira um dia... e aí a gente planta isso aí porque agora a gente plantou com a intenção de vender né? Mas como agora está muito ruim de mercado, não acha comprador, né? Então, assim, nós estamos criando porco, ele resolveu criar porco, arrumou um trato, uma forma de tratar, que fica a um custo mais barato, e que tem um retorno melhor. E também a mandioca é um ótimo trato para as vacas. E como nós fizemos esse projeto agora. Eu peguei o PRONAF Mulher... ele pegou também. Pegamos esse projeto. Compramos gado. A intenção agora é ir entregando mais leite, e se ele continuar trabalhando de pedreiro, ele vai ajudar, né? Porque, eu sozinha, é muito difícil, com os meninos. Acaba sendo um numero maior de gado, mas ele ajuda e continua trabalhando (...)

Em poucas palavras Divina sintetiza as estratégias produtivas adotadas em seu “sítio”. Como o fazem a grande maioria dos assentados, Ademir desenvolve várias atividades paralelas, ancoradas principalmente no trabalho de sua família. Em termos de divisão do trabalho, usando o termo da Divina, “*muita coisa da gerência*” diz respeito ao pai da família. Os outros membros “*ajudam*” nas tarefas determinadas pelo “gerente”. Esta constatação também é válida para os casos do Dito e do Zé Pretinho. Assim, as decisões consideradas mais importantes, que dizem respeito ao planejamento da produção e ao envolvimento com o mercado (através da especulação, compra e venda de insumos e animais), ficam em suas mãos. As diferentes atividades exercidas pela família da Divina – a criação (de bovinos e suínos), a agricultura (pasto e mandioca), os negócios (contratação de mão-de-obra e venda de animais e mandioca) e o trabalho fora (como pedreiro) – se complementam e são re-arranjadas conforme as circunstâncias de mercado e as necessidades específicas do núcleo doméstico. Somadas, estas atividades garantem a obtenção da renda necessária para a reprodução das condições sociais de produção e para o consumo da família.

Além disso, assim como constata Garcia Jr. (1989) em seu estudo, a criação de animais (principalmente de bovinos, mas também de suínos e galináceos) cumpre a função de reserva e acumulação para a agricultura e o negócio. Ou ainda, quando a renda é insuficiente para satisfazer o consumo considerado necessário, as criações podem garantir o abastecimento da casa em ocasiões difíceis (como ocorreu com a família da Branca) ou mesmo sanar despesas extraordinárias (como no caso do Ronaldo). Desta forma, as criações

são como “*investimentos no futuro*”, para usar a expressão de Soares. O seu destino pode ser o consumo pela família ou a comercialização, dependendo dos cálculos e estratégias traçados por cada unidade doméstica. Delimitando estes cálculos, se encontram as condições específicas de mercado assim como as necessidades impostas por despesas previstas e não previstas.

O núcleo doméstico ao qual pertence Divina prosperou tanto que hoje sua família até arrenda uma área de pasto localizada no município de Pirajuba, usada para a engorda de animais machos voltados para o mercado de abate. Como o número de animais ultrapassou o limite suportado pela sua parcela, eles optaram em levar os animais machos desmamados (ou comprados) para esta área e reservar a área do assentamento para as vacas leiteiras, na quais é realizada a ordenha diária. Como os animais para engorda demandam menos trabalho, eles estão conseguindo conciliar as duas áreas. Esta prática de arrendamento de pastos, longe de ser comum, é repetida somente por mais alguns poucos assentados. Todos eles com parte de seus lotes arrendados para a produção de cana. Esta prosperidade começou, como conta a Divina, com uma “*sociedade*” feita há muitos anos entre os dois irmãos, o Ademir e o Ademilton. Novamente Divina conta que

quando nós chegamos aqui, no início, ele e o meu cunhado faziam tudo em sociedade, e parece que até estava dando certo. Só que os dois tinham muita divergência. Acabavam desentendendo. Por um motivo ou outro, acabavam desentendendo. Então tudo que um tinha o outro também tinha. Era tudo sociedade. Mas por estar desentendendo e não estar dando certo eles acabaram se separando. E nós continuamos a prosseguir com nosso gado e tudo. E ele acabou com o dele. Eles dividiram. O que ele tinha logo ele vendeu. Comprou um carro. Desse carro ficou só diminuindo até ele ficar sem. Ai, quando chegou o momento de arrendar pra cana ele arrendou e ficou sem nenhuma cabeça de gado. Aí, como hoje, ele está vendo que dá resultado pra a gente aqui ele resolveu. Ai fez o projeto. O projeto tem que ser pago. E a cana ele sabe que não vai conseguir dar esse retorno. Ele não vai conseguir retorno pra pagar esse projeto. Como ele vê a gente aqui, que tem um bom tempo que mexemos com gado, a gente tem um bom retorno, a tendência é estar aumentando... acredito que ele tomou consciência disso e agora ele passou a mexer com gado também.

Fica evidente, portanto, a preferência dos assentados pela produção familiar em contraposição às experiências de “*produção coletiva*”, envolvendo mais de uma família nuclear. Os atores que se envolveram com essas experiências costumavam a não chegar a consensos ou mesmo a acordos minimamente estáveis sobre questões fundamentais em torno das estratégias produtivas, da organização do trabalho e da divisão dos lucros.

#### 4.5.3 - Agricultura familiar, tradição camponesa e especificidades dos sistemas produtivos dos assentados

Tanto os índices de produtividade quanto a própria satisfação pessoal dos assentados parecem ser superiores quando eles adotam padrões de organização produtiva centrados na unidade doméstica e familiar. Organização esta, em alguns aspectos, tipicamente camponesa. A começar pelo caráter marcadamente familiar da mão-de-obra utilizada. Afinal, a contratação de mão-de-obra sempre foi algo extraordinário no assentamento. Práticas mais comuns eram os mutirões e a troca de dias de serviço entre os próprios assentados. A troca de dias, ainda hoje, é bastante acionada por eles em situações que demandam mais trabalho do que a que o núcleo familiar pode suportar (geralmente na criação de pastos, de construção de cercas, etc.).

No entanto, o caráter marcadamente familiar do trabalho empregado na produção, em si só, não faz o “camponês”. De acordo com Wanderley (1996), o termo “*agricultura familiar*”, muito usado contemporaneamente para identificar diversos tipos de atores presente no campo, é um conceito genérico, capaz de incorporar uma grande diversidade de situações específicas e particulares. O camponês corresponde, segundo esta perspectiva, a uma destas formas particulares, que se constitui como um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Modo muitas vezes equivocadamente confundido com a própria “*agricultura de subsistência*”. Em relação a esta segunda distinção, entre os modelos de “*agricultura camponesa*” e de “*subsistência*”, Lamarche (1998) afirma que, apesar dos modelos absolutos não existirem de fato, é possível dizer que “*o projeto da unidade de subsistência é, antes de mais nada, conservar estruturas permitindo a sobrevivência do grupo doméstico; é óbvio que o estabelecimento camponês não pode se resumir a isso. A diferenciação entre esses dois tipos deve se concebida a partir dos sistemas de valores e de representação*” (1998:70-1). Assim, apesar da função de subsistência ser marcante no modelo camponês, ele não pode simplesmente ser reduzido a este aspecto.

Dentre as representações e valores mais presentes entre os camponeses (inclusive os brasileiros), segundo alguns dos estudiosos do tema<sup>48</sup>, está justamente o apeço que têm por uma certa autonomia em relação à sociedade que os envolve. Em Sto. Inácio, nota-se o apeço que os assentados têm por uma determinada independência, nem tanto em relação ao mercado, mas, de um modo geral, em relação a quaisquer outros que estejam fora do núcleo doméstico, sejam eles patrões, vizinhos ou mesmo parentes.

Ainda segundo Wanderley, esta

autonomia é demográfica, social e econômica. Neste ultimo caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata (...) e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes. Da conjunção destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar (1996:2)

Sobre as especificidades dos sistemas produtivos adotados no assentamento pode-se dizer que, principalmente em contraposição às monoculturas das fazendas ao seu redor, a maior parte dos assentados em Sto. Inácio produz um “*pouco de cada coisa*”. Inclusive lembrando o “*sistema tradicional de produção camponesa*”, definido por Mendras (1984, apud Wanderley, 1996) e Jollivet (1974, apud Wanderley, 1996) como “*sistema de policultura-pecuária*”. Este modelo de organização produtiva tem como principal característica a busca por um equilíbrio entre o maior número possível de atividades agrícolas e criações animais. Nesta busca pelo equilíbrio e pela diversidade, os que adotam este padrão produtivo buscam aprofundar a relação tanto entre as culturas agrícolas quanto entre elas e as atividades pecuárias.

É evidente que os assentados estudados aqui não se adequam aos padrões produtivos estudados por Jollivet e Mendras entre os camponeses franceses. Neste ponto, é interessante apenas observar como alguns dos seus princípios são parcialmente coincidentes. É claro que, conforme Wanderley (1996), os agricultores familiares (o que inclui evidentemente os camponeses) presentes nas sociedades modernas devem adaptar-se de diferentes modos a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que os constringe a modificar substancialmente suas formas de produzir e seus modos de vida.

---

<sup>48</sup> Como Chayanov (1981), Mendras (1984), Wanderley (2003; 1996), Soares (1981), Garcia Jr. (1989), dentre outros.

Estas transformações, todavia, “*não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas ‘anteriores’, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa*” (1996:01).

Partindo da discussão sobre a modernidade realizada no primeiro capítulo deste trabalho, diríamos que os camponeses contemporâneos (e é claro, os assentados de Sto. Inácio) participam ativamente da sociedade moderna da qual fazem parte. Em diferentes medidas e situações eles se fazem atores – produtores de seus próprios destinos, em busca de reconhecimento social, condições mínimas de vida e liberdade pessoal – ao invés de permanecerem simplesmente como consumidores das transformações implementadas pelos movimentos hegemônicos da sociedade contemporânea. É importante lembrar que nas sociedades modernas a presença crescente do sujeito, em sua busca infindável por liberdade, empurra os indivíduos e grupos contra as ordens estabelecidas e as determinações ditadas pelos centros de poder e administração.

Seria equivocado imaginar que, para tanto, os indivíduos seriam obrigados a abrir mão de seus valores e concepções de mundo para engajar-se em movimentos sociais instituídos ou qualquer projeto coletivo universalizante. Pelo contrário, os atores se agarram a valores – não porque são obrigados a isso, mas porque eles permanecem como referências para o entendimento do mundo e para a ação – mesmo que estes passem por resignificações constantes com base nas novas situações vividas por eles.

Sob este prisma, as noções de camponês e sujeito não são incompatíveis. Seria equivocado conceber o primeiro como personagem independente do restante da sociedade, com uma produção voltada para a subsistência e com uma cultura e valores estáticos, que não sofrem transformações porque ele se isola ao máximo do contato com outros. Nesse sentido, tanto para os camponeses estudados por Garcia Jr., Soares e Wanderley (2003), quanto para os assentados em Sto. Inácio, a relação com o mercado é extremamente importante. No caso estudado neste trabalho, enquanto atores, os assentados optaram em não produzir apenas para a subsistência, mas tentaram inserir-se no mercado tanto com produtos do trabalho em seus lotes quanto com a oferta de mão-de-obra (principalmente dos jovens). A comercialização de seus produtos não é, como pode sugerir a adoção do termo camponês, um empreendimento complementar. Ao contrário, é essencial à reprodução das unidades domésticas. Da mesma forma, as atividades realizadas fora do

assentamento, apesar de serem em grande medida compostas por serviços temporários, são de suma importância para a composição da renda familiar.

Não é o caso dos irmãos acima citados, que trabalham como pedreiros, mas nas épocas de chuvas a oferta de trabalho para os assentados aumenta consideravelmente. Isto ocorre porque é a época ideal para o preparo da terra, para o plantio da *Brachiaria* e outras culturas, enfim, para inúmeras atividades agrícolas que demandam trabalho, ofertado principalmente pelos fazendeiros da região. Além disso, com a presença da Usina, muitos assentados (vale insistir que sobretudo os jovens) prestam serviços os mais diversos. Já falamos do André, filho do Zé Pretinho. Ele começou a trabalhar para a Usina junto com o Fulano, filho da Branca. O primeiro conta que optou em fazer cursos oferecidos pela empresa e acabou “*subindo de cargo*” enquanto o segundo, “*muito tímido*”, ainda hoje está “*pegando na enxada*”. O próprio Zé Pretinho, na última vez que estive em campo, estava preparando uma área para a Usina plantar cana<sup>49</sup>. Apesar desta empresa ter quebrado um pouco esta tendência, nas estações secas (e agora nas chamadas entressafras) o trabalho na região se torna escasso, não só para os assentados, mas para todos que ali habitam.

Entretanto, como já foi dito, o trabalho fora está longe de ser desejado pelos assentados: a maior parte dos trabalhos oferecidos não interessa aos adultos, titulares de lote, por serem considerados precários por inúmeras razões. Os jovens assentados, é claro que também porque não são donos de suas próprias parcelas, acabam optando em se aventurar nestes serviços.

---

<sup>49</sup> Em meados de 2006 a Usina, segundo os depoimentos de assentados, adotou uma “*nova estratégia*”: começou a plantar cana por conta própria ao invés de só comprar a produção dos outros, como fazia até então. Neste processo se destaca a “*política de terra arrasada*” colocada em prática pela Usina: demolição de sedes e de toda a estrutura (como estábulos, currais, cercas, etc.) de fazendas compradas somente para produzir cana. Para facilitar o manejo da cultura, já que boa parte dele é realizado através de máquinas, a Usina optou, na medida do possível, em suprimir da maneira mais rápida possível os “obstáculos” no terreno. Assim, Zé Pretinho conta que eles o mandavam, enquanto tratorista contratado, a derrubar árvores enormes e quebrar as madeiras fincadas no chão das fazendas (formando cercas e currais) ao invés de retirá-las para serem aproveitadas. Como tudo era considerado rejeito pela Usina, ele e seus filhos iam até as áreas recolher os materiais que conseguiam e que lhes interessavam. Ele me mostrou alguns destes materiais dentre os quais se destacava alguns troncos grossos de aroeira aproveitados de um dos currais destruídos que o Zé pretendia usar na construção do seu próprio curral.

#### 4.5.4- Principais produtos: processos de trabalho, orientações econômicas e relações com a terra

Os principais produtos oriundos das unidades familiares do assentamento Sto. Inácio – já que sua comercialização é absolutamente fundamental à reprodução das famílias, pois lhes fornece os meios necessários para consumir bens considerados essenciais – são prioritariamente voltados para o mercado. Pegando de empréstimo a expressão de Garcia Jr., pode-se dizer que estes produtos têm a “*marca da alternatividade*”, ou seja, são gêneros capazes de atender tanto as exigências do mercado quanto as necessidades de consumo do núcleo familiar. Como vimos, o leite é o principal destes produtos. Além dele, se destaca a produção de mandioca, de milho, arroz, feijão e, também como já foi dito, de aves e suínos. Outros produtos são totalmente destinados ao consumo da família. Dentre eles se destacam os produtos do quintal (verduras, legumes e frutas). Finalmente também são produzidos gêneros voltados exclusivamente para o mercado e dentre os quais se destacam a pimenta, o gergelim e as culturas produzidas por arrendatários (a soja e recentemente a cana). Cada um destes produtos supõe processos de trabalho diferenciados, orientações econômicas distintas e relações diversas com o meio de produção fundamental, a terra.

*A produção voltada para a comercialização: “hoje ninguém mais mexe com lavoura”*

A comercialização da produção é fundamental, mas são poucos os produtos produzidos no assentamento que voltados exclusivamente para a venda. A pimenta talvez tenha sido a cultura mais praticada com este fim. Trata-se, do modo como o fazem, de uma prática agrícola que envolve toda a família. Os pés de pimenta, depois de atingirem uma certa idade, produzem quase ininterruptamente. Nesta fase do processo, até as crianças ajudam a colher as pimentas já vermelhas, que estão no ponto de serem envasadas em garrafas *pet*, junto à salmoura. Segundo Guimarães, a produção de pimenta, inicialmente comercializada junto a uma fábrica de condimentos, chegou a garantir bons rendimentos aos que haviam plantado. Em seguida, segundo o depoimento do Calu, como todo mundo começou a plantar também, a demanda e conseqüentemente, o preço no mercado,

despencaram. Nesse momento, muitos não conseguiram vender a produção e outros negociaram com atravessadores em condições muito desfavoráveis. O Anísio, por exemplo, diz ter colhido onze mil garrafas *pet*, sem ter conseguido vender sequer uma: “*uma carreta cheia de pimenta. Perdi tudo. O Marcos [um dos seus filhos], cavou... eu mandei enterrar tudo na fazenda*”. Essas oscilações de mercado comprometeram os investimentos realizados por muitos assentados.



IMAGEM 10 – Lavoura de pimenta “*biquinho*” da Tiana Galante.

Hoje, depois que a pior fase passou, alguns deles continuam mantendo suas lavouras. É o caso da Tiana Galante. De todo modo, o exemplo da pimenta foi retomado várias vezes pelos assentados quando eles procuraram justificar suas práticas agrícolas e/ou me explicar o quanto “*é difícil lidar com agricultura hoje em dia*”.

*Produtos com a marca da alternatividade: leite, mandioca, milho e feijão*

Além dos pastos para o gado leiteiro, a mandioca, ao menos até a entrada da cana, foi a cultura mais praticada no Sto. Inácio. Assim como o milho, a mandioca é um produto muito apreciado tanto para o consumo humano quanto para o animal. Ambos podem ser comidos cozidos ou servirem como matéria prima para a fabricação de vários pratos e subprodutos. Da mandioca se produz a farinha e o polvilho, que podem ser vendidos assim ou serem utilizados para fazer “*quitandas*”<sup>50</sup>, para comer em casa ou mesmo comercializar. No assentamento existem, em atividade, uma fábrica de farinha e outra de polvilho. A fábrica de farinha construída pelo INCRA como parte do Projeto do Assentamento está abandonada, como muitos assentados se queixam, por não possuir uma estrutura mínima para a produção. Assim, foi através da iniciativa privada, que dois assentados construíram, em seus próprios lotes, pequenas fábricas. Visitei a da Maria Freitas.

Vale lembrar que a Maria Freitas é a assentada que se divorciou do marido e hoje mora ao seu lado, cada um deles em seu lote e seguindo suas próprias estratégias. Ela conta que assim como a maioria dos assentados, ela sempre plantou mandioca, tanto para vender quanto para fazer polvilho e “*quitandas*”. De fato, segundo Guimarães, o cultivo de mandioca no Sto. Inácio chegou a ocupar uma área de 184 ha em 1997, ultrapassando a marca de 1.200 t. na safra de 1997/98. A sua comercialização pelos assentados do Sto Inácio – diferentemente de como ocorre com a maioria dos outros produtos colocados por eles no mercado – não é dependente dos chamados “*atravessadores*”. Nesse sentido, em alguns anos nos quais os preços de mercado estavam favoráveis, os que produziram mandioca conseguiram boas margens de lucro. A venda era realizada a duas fábricas de farinha localizadas nos municípios de Perdizes e Veríssimo, ambos na região. No entanto, nos anos seguintes, como a produção em toda a região aumentou, tanto a procura quanto o preço caíram. Apesar desta instabilidade no mercado, a mandioca tem a vantagem de mesmo já estando boa para consumo, poder esperar por algum tempo, ainda na terra, o melhor momento para ser colhida e comercializada. As estratégias traçadas pelos que lidam com a mandioca levam em consideração alguns fatores fundamentais como o preço do

---

<sup>50</sup> Por quitanda se entende na região todo um conjunto de doces e salgados entre os quais estão os pães (inclusive o pão de queijo), os bolos, bolachas, biscoitos, doces, tortas, etc.

produto no mercado, quem ou qual empresa vai comprá-la<sup>51</sup>, a disponibilidade da mão-de-obra familiar para arrancá-la e os custos de uma possível contratação de pessoas para ajudar.

Nos últimos anos, apesar de ter arrendado dois alqueires de sua (meia) parcela para a produção de cana, Maria Freitas diz ter plantado “*muita mandioca*” e ainda ter “*criado uns matinhos*”. No momento que a entrevistei, ela tinha dois hectares e meio de área plantada de mandioca em seu “*sítio*” e mais duas e meia no lote do seu único filho assentado. Este investimento foi motivado, segundo a própria Maria, pela parceria realizada com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que se comprometeu a comprar o polvilho e as “*quitandas*” produzidas por ela, para as instituições que necessitassem. Assim ela conta que

porque sempre tem assim... o comentário, desde que eu cheguei aqui, de que não tem comercio, não tem onde vender, né? E eles vieram [o pessoal da CONAB] e fizeram a proposta. E eles compram é tudo. O polvilho até que as escolas, as entidades, até que não preferem muito. Por que aí precisam de gente pra fazer. Eles preferem o polvilho fabricado, que é o biscoito. É onde eu estou com uma idéia, eu conversei com as minhas vizinhas, da gente fazer... e aí cada dia da semana uma fornece os biscoito pras escolas, né? Eu entro com o polvilho e as minhas vizinhas também, se quiserem produzir, a fábrica está aí pra todo mundo trabalhar [risos]. Cada uma pode plantar sua moitinha de mandioca e fazer o polvilho pro gasto né? Ou então, se elas preferirem, eu entro com o polvilho e aí entro com uma cota maior pra mim, porque eu já tenho o produto, mas vai precisar de polvilho, vai precisar de manteiga, de ovos, né? Então cada uma também pode entrar com uma parte. Esse projeto era de 2500 reais por família. Agora até aumentaram, vão ser 3500 por família. Aí cada um vai fazer em uma data. Igual eu, por exemplo, vou entregar uma de polvilho e uma de biscoito. Vou ter 7000 reais por ano, né? Aí meu filho [assentado] vai entrar também. E aí eu vou formar o grupo.

Novamente aparecem nos planos de futuro dos assentados projetos que possuem algo de associativo. Como especificamente este projeto, em parceria com o CONAB, ainda não havia começado de fato quando estive em campo pela última vez, não é possível fazer qualquer avaliação dos resultados. O fato é que Maria, apesar da demanda criada pelo projeto e por demais clientes (da cidade e do assentamento), venderia parte de sua produção *in natura*, porque para aumentar a produção de polvilho ela teria de criar mais estrutura

---

<sup>51</sup> Vários assentados se queixam de terem recebido “cheques sem-fundo”, de terem arrancado sob encomenda as mandiocas, mas como o comprador demorava para buscá-las, parte do produto acabava estragando. Dessa forma, alguns compradores são evitados ou ao menos recebem um tratamento diferenciado.

(mais um tanque, outro ponto de captação de água, etc.) além de contratar “*ajudantes*” (tanto para a colheita da mandioca quanto para a fabricação do polvilho). Ela disse preferir “*ir aos poucos*”. Seu filho que é assentado e trabalhava junto com ela acabou aceitando uma “*boa*” proposta de trabalho oferecida pela Usina e não tem mais tempo para ajuda-la. Seu segundo filho, que ainda encontrei passando alguns dias com ela, está acampado às margens do assentamento esperando conseguir sua própria terra. No momento particular no qual vivia – sem poder contar muito com a ajuda dos filhos, e com muita mandioca plantada e pronta para ser colhida – Maria disse que venderia parte de sua produção e que estava só

esperando um pouco porque tem uma turma aí que está vendendo. Na hora que acabar a da turma, nós vamos vender a nossa. Vamos desmanchar só a outra [lavoura]. Lá do meu filho, que é uma mandioca mais nova, né? Mas depois eu vou plantar mais. Não vou plantar muito assim não. Vou plantar menos, né? Porque aí é muito trabalho”.

O fundamental neste ponto é perceber, através do exemplo vivido pela Maria Freitas, a importância e a maleabilidade que o manejo da mandioca assume para os assentados de Sto. Inácio. Mesmo no caso da Maria, no qual ela não pode contar com o trabalho integral da família (marido e filhos), a mandioca dá condições de geração de renda e a possibilidade de desenvolver atividades paralelas e complementares. A Maria fabrica polvilho e *quitandas*. A maioria dos assentados possuem criações cujas dietas dependem, em diferentes medidas, tanto da mandioca quanto do milho. Apesar de serem culturas anuais, a produção pode ser guardada por um longo período. A boa alimentação do gado (no período da seca), dos suínos e aves (durante todo o ano) dependem deles. Quase todos em Sto. Inácio têm ao menos “*uma rocinha*” com as duas culturas.

De um modo geral, as margens de lucro alcançadas pelos assentados com a comercialização do milho são bem inferiores às atingidas com a mandioca. Assim, sempre que podem, os assentados optam em não comercializar sua produção. Mesmo quando a vendem, se desfazem apenas de parte da produção total. Isso porque além de fundamental na composição alimentar das criações, o milho é muito valorizado pela culinária local. O milho ainda verde é comumente cozido ou refogado na manteiga. Da

mesma forma, é muito utilizado como base para cremes, polentas, mingaus e pamonhas (os dois últimos podendo ser doces ou salgados).

As “*pamonhadas*” realizadas pelos assentados são marcadas pela presença de parentes, vizinhos e amigos e pela atmosfera festiva em torno de todas as atividades que compõem o evento. Em primeiro lugar, colhe-se as espigas que estão no ponto ideal. Em seguida, “*todo mundo junto*”, descasca e rala o milho. Depois de separada a palha mais que serve para montar a pamonha, uma ou algumas pessoas (geralmente a dona da casa) temperam a mistura e começam a monta-las. Enquanto isso, também uma ou algumas pessoas (geralmente homens) armam um fogareiro improvisado, construído com tijolos ou pedras e cujo fogo é mantido com lenha coletada nas áreas de reserva. Depois de colocadas ao fogo para serem cozidas, as pessoas reúnem-se para conversar, brincar e às vezes beber enquanto esperam. Nesses casos, as primeiras pamonhas a serem retiradas servem como “*tira-gosto*” da cachaça (ou da cerveja ou vinho).



IMAGEM 10 – Tiana, sua nora, vizinha e dois filhos fazendo as pamonhas. No momento em que foi tirada a foto, a maioria deles estava descascando as espigas. Somente uma pessoa já estava ralando o milho. A mãe da Tiana estava à direita, fora do quadrante, lavando algumas louças.

Outra cultura anual bastante praticada nos primeiros anos do assentamento foi o arroz. Apesar de voltado principalmente para as necessidades de consumo da família (já

que ele é comido normalmente duas vezes ao dia), o pouco excedente era comercializado no mercado local. Nos últimos anos a conjuntura mudou; Antônio Munhoz assim sintetiza porque não estava plantando arroz naqueles anos:

Eu não plantei arroz. Hoje não compensa você comprar arroz. Você paga 120 num saco de arroz selecionado pra plantar. Você compra adubo. Paga gradeação. Paga pra plantar. Corre o risco do tempo. Paga pra zelar. Na hora certa paga pra colher e depois você vai vender a quinze contos. Você pagou 120. Você vai no mercado hoje e paga num arroz bom [um saco de 5 kg.] cinco reais, né? Então, mesmo porque hoje não tem mais pessoas [pra trabalhar]. A não ser alguns velhotes aí da minha idade, que vem do passado, que sabe plantar um arroz, sabe colher, sabe cortar, sabe bater. Essa molecada de hoje não sabe. Se você soltar meia dúzia de menino aí numa lavoura de arroz eles se machucam tudo, bagunçam tudo e não colhem um saco de arroz. Então não compensa, né?

Os assentados, como já foi dito, fazem uma constante avaliação das condições de mercado e de produção para então optarem por algumas estratégias de reprodução familiar em detrimentos de inúmeras outras. O feijão ainda é bastante cultivado, sendo que algum excedente é comercializado no mercado de Campo Florido. No entanto, ainda como explica Antonio quando questionado se ao contrário do arroz o feijão compensava ser cultivado, também o feijão permanece sob constante avaliação:

O feijão compensa. E principalmente nessa terra minha aqui. Só que o feijão tem um detalhe. A época boa de plantar ele, que você não precisa usar inseticida, é nas primeiras chuvas. Só que quando você vai colher ele, de repente cai um temporal de chuva... aí é complicado. Ele perde atoinha. Pra você ver: o feijão, se você põe ele nessa vasilha aqui, um litro, pra comer amanhã. Você põe ele, um litro de feijão com um litro de água, ele chupa a água todinha, amanhã ele está pronto pra nascer. Se ele tomar dois ou três dias, uma semana de chuva aí na roça, perde tudo, né? Então, quando que é a época boa de plantar ele? É mais ou menos agora, final de janeiro e fevereiro. Só que agora, nessa época, ele só sai a custa de veneno. Porque é a época da colheita da soja. Quando os lavoristas grandes vão colher a soja, eles espantam o besourinho tudo... ai eles vão pra onde tiver uma planta com aquela natureza, e a planta com a natureza da soja é o feijão. Eles entram. Eu perdi feijão aqui, dessa altura aqui, folhadim, eu tinha emprestado minha bomba. Eu passava o veneno dia sim dia não, dia sim dia não, eu passava veneno. Aí eu emprestei a minha bomba pra um vizinho aqui, que era sogro do meu menino. Ele levou a bomba, só que eu falei: você traz ela amanhã cedo que eu preciso passar aqui... e ele não trouxe a bomba. Ele demorou. A bomba ficou dois dias na casa dele, quando chegou o pé de feijão tava só isso aqui ó... só no talo. E então... mesmo porque hoje o que é de comer é barato... o feijão barateou, o arroz barateou, muita coisa barateou. Então não compensa a gente sacrificar pra plantar. E outra, eu mesmo não posso mais mexer com veneno, então pronto, eu não plantei.

Como o feijão é uma cultura mais curta, pode ser plantado duas vezes no período das chuvas. O momento escolhido para plantio apresenta inevitavelmente certas vantagens, desvantagens e riscos em relação ao outro. Antonio o havia cultivado em todos os anos desde que foi assentado. Naquele ano em que o entrevistei, ele optou em não fazê-lo, primeiro, porque não precisava (“*é barato*” e ele tinha condições financeiras de comprá-lo) e, segundo, porque já tinha 72 anos e não podia e não queria lidar com inseticidas. Outros continuam plantando, sempre lidando com as imposições que o meio impõe à prática desta cultura.

As demais culturais anuais praticadas no Sto. Inácio, em especial a cana forrageira e o sorgo, são voltadas para o consumo interno dos animais da própria parcela e em raras ocasiões são negociados. A minoria dos assentados têm condições de plantá-las. Os que o fazem conseguem melhores índices de produtividade de leite nos períodos de seca, nos quais as condições dos pastos caem consideravelmente.

#### *Quintal: fonte de diversidade e satisfação pessoal*

Os outros inúmeros produtos que são voltados exclusivamente para o atendimento das necessidades do núcleo familiar geralmente estão circunscritos à área chamada de “*quintal*”, ou mesmo, “*quintalzinho*”. De um modo geral, os assentados plantam diversas variedades de árvores ornamentais (“*pra dar sombra*”), que possuem alguma outra “utilidade” (como bálsamo, manica-de-cadela, aroeira) e frutíferas (como as que produzem abacate, acerola, amora, banana, bucha [usadas para limpeza da casa e higiene pessoal], café, caju, coco da Bahia, figo, fruta do conde, gaparí, goiaba, graviola, jaca, laranja, limão, mamão, manga, tangerina, tamarindo e romã). Cultivam ainda outras frutas (como abacaxi, maracujá, melancia e tomate), legumes e verduras (tais como abobrinha, alface, couve, guariroba, inhame, jiló, moranga e quiabo), e ainda ervas e temperos (como açafraão, alecrim, boldo, cebolinha, erva-cidreira, manjeriço, pimentas, salsinha, salvia, tomilho, urucum, dentre outros), inclusive alguns deles sendo apreciados pelas suas capacidades terapêuticas.

É interessante notar que o *quintal* também é o espaço usado para cultivar mudas e fazer experiências com espécies e manejos alternativos. Algumas hortas são, nesse sentido,

um verdadeiro laboratório para a experiência com mudas de toda espécie. Nas vezes em que estive no sítio do Calu, por exemplo, ele estava com várias mudas que ele disse estar preparando para dar a outros assentados. Inclusive, em uma destas ocasiões, o Lourival estava comigo e acabou levando para sua parcela uma amostra de capim “*que espanta carrapato*”, que o Calu tinha plantado a alguns dias “*para experimentar*”. Foi somente em sua parcela que encontrei abelhas, que forneciam mel regularmente para a família.

Mais nas áreas de fronteira do que os assentados denominam *quintal*, são realizadas experiências com cultivo de grãos. Na parcela da Branca, por exemplo, as crianças que ali estavam me mostraram duas variedades “alternativas”<sup>52</sup> de feijão, inclusive me explicando que elas continham “*vitaminas*” diferentes. Todas estas crianças (netos e sobrinhos de titulares de lotes) souberam me detalhar os nomes e qualidades das plantas nas parcelas de seus avós e tio.



IMAGEM 11 – Foto das crianças, com goiabas nas mãos, me mostrando as ainda pequenas melancias que Branca estava cultivando.

---

<sup>52</sup> Por falta de expressão melhor, já que não me lembro de seus nomes verdadeiros, que me foram ditos pelas crianças.

O neto do Calu (com cerca de uns dez anos), em especial, impressiona bastante. Demonstrou tranqüilidade para discorrer, por exemplo, sobre possíveis usos terapêuticos de folhas e cascas de árvores e dos diferentes tipos de solo dos *sítios*. Na ocasião pude observar que o *quintal* serve para as brincadeiras das crianças, que vão desde às casas em árvores até o “*pique-esconde*” e o “*pique-pega*”.

O *quintal* também é o espaço no qual ficam as criações. As mais presentes são as galinhas (que ficam soltas, ciscando) os porcos (na maioria dos casos presos em chiqueiros de madeira, mas em alguns casos soltos, principalmente os leitões mais novos) e os cães e gatos. Em algumas parcelas se encontram também galinhas angola, gansos, marrecos, perus e papagaios.

Em referência a camponeses nordestinos, especificamente do estado do Sergipe, Woortmann (1997) afirmam que enquanto espaço social e de gênero, o quintal se opõe ao roçado e ao pasto por ser, no plano das representações, um domínio tipicamente feminino. O quintal, segundo estes autores, é como um prolongamento da casa, o espaço mais privado da propriedade e não por acaso, o espaço com o qual a mulher é mais identificada. Com efeito, inclusive a localização do quintal – aos fundos da casa e, ao contrário das lavouras e pastos, fora das vistas das pessoas de fora do núcleo familiar (de vizinhos, de conhecidos e desconhecidos que passam pela estrada, fazem visitas, etc.) – pode ser explicado por esta lógica compartilhada pelos grupos estudados por estes pesquisadores.



IMAGEM 12 – Foto aérea que Calu comprou de parte de sua parcela. Nela estão contemplados seu pasto (na parte de baixo da imagem); a entrada do lote (à esquerda); sua casa; em seus fundos, o quintal; do lado, o pomar e parte da área na qual se encontra plantada a cana (acima e a direita da imagem).

Em Sto. Inácio, no que diz respeito às representações acerca do *quintal*, encontramos vários tipos de situação, a maior parte delas bem diversa da descrita pelos pesquisadores acima. Em primeiro lugar, o fato dos *quintais* se localizarem nos fundos das casas dos assentados não significa necessariamente que eles entendam ou mantenham este espaço como um espaço privado, restrito. Vê-se, pelo contrário, que muitos assentados têm orgulho do seu quintal e pelo que pude perceber, fazem questão de exibi-lo. Tanto é assim que na maioria das casas que freqüentei enquanto fazia trabalho de campo, os assentados recebiam suas visitas nas varandas, geralmente também localizadas aos fundos das casas, de frente para o *quintal*. Na casa do Antônio Munhoz, por exemplo, todos os visitantes já chegam pelos fundos da casa, embora batendo palmas e chamando alguém. Foi na varanda voltada para o *quintal* que fui recebido as duas vezes em que estive em seu *sítio*. Bastou mostrar interesse pelo *quintal* para seu filho se dispor a me mostrar toda a área e as criações que ali se encontravam. Na entrevista, Antonio fez questão de sublinhar tanto o orgulho pela diversidade e abundância do *quintal* quanto o fato de que sua falecida esposa foi a

responsável pela sua consolidação. É interessante notar que existe por parte dele um significativo reconhecimento do trabalho de sua esposa, pois, conforme ele disse, “*ela lutou tanto quanto eu*”. Não importando, para tanto, se ele trabalhava na roça enquanto ela se dedicava à casa e ao quintal. No caso dos camponeses sergipanos, conforme Woortmann, o trabalho e os produtos considerados mais importantes são aqueles realizados pelo homem, chefe da família. (geram a renda “que conta” e o alimento “*forte*”, considerado o fundamental – como o feijão, por exemplo). No caso dos assentados estudados aqui, a valorização do trabalho feminino demonstrada pela fala do Antonio se repete em várias outras situações. Embora a pecuária leiteira, enquanto principal fonte de renda da maior parte dos assentados, seja praticamente uma exclusividade dos homens, o trabalho da mulher é recorrentemente reconhecido. Eis uma questão interessante para futuras pesquisas: as relações de gênero nos assentamentos de reforma agrária.

Ainda mais diverso da situação vivida pelos camponeses sergipanos é o caso do Calu. Seu “*quintalzinho*” é, em primeiro lugar, um ponto de descanso, de “*sossego*”. Ali ele se sente muito bem. Além de gostar de lidar com os bichos, plantas e experiências que estão neste espaço, é também ali que ele passa boa parte do tempo com seus netos (inclusive os ensinando a lidar com as plantas e criações) e ainda “*tira uns cochilos*”.

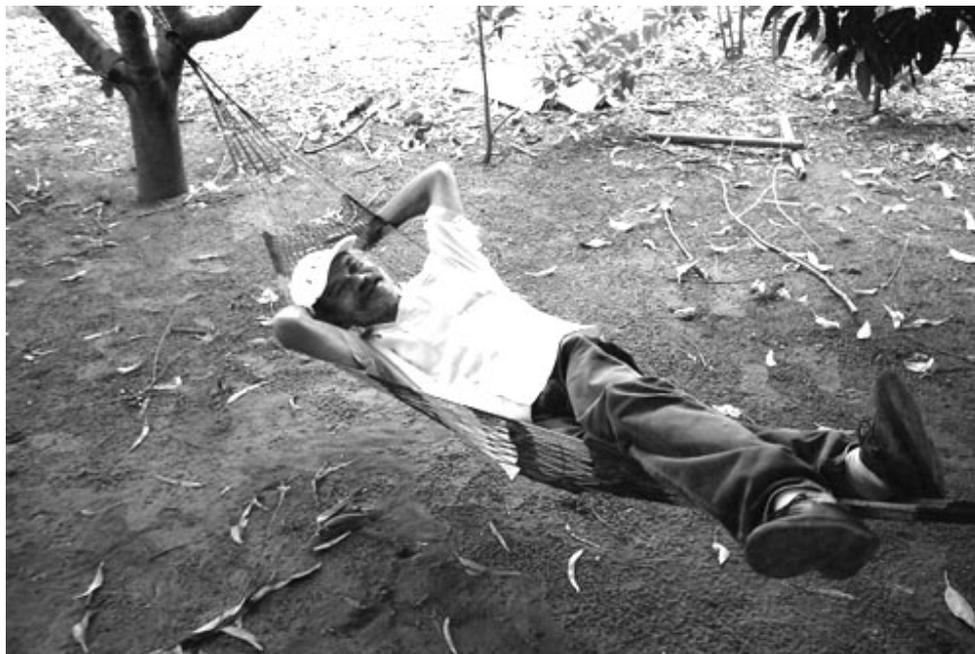


IMAGEM 13 – Foto do Lourival “esticando as pernas” na rede estendida no “quintal” do Calu.

Como Calu arrendou parte de sua parcela para a produção de cana, hoje o seu quintal ocupa a maior parte de seu tempo de trabalho. Ao contrário do que ocorre com os Munhoz, ele foi, de toda sua família, quem mais investiu e investe na consolidação do quintal. Através de seu caso, percebemos como no assentamento as representações sobre o quintal e os produtos vindos dele não são associadas irremediavelmente às mulheres. E nem tampouco o espaço da cozinha, também geralmente associado às mulheres, é proibido ou indesejado pelos homens. O próprio Calu, por exemplo, tem o hábito de preparar o “*cafezinho das três*”, bebida geralmente por ele, suas esposa e filha e o Nego (que é assentado e seu genro).

Na parcela da família do Zé Pretinho quem mais se dedicou à criação do *quintal* foi sua esposa, Maria, acompanhada por um de seus filhos, André. Ela nos contou orgulhosa que, conforme a época, a produção do quintal é tamanha que ela chega a comercializar o considerado excedente com um conhecido seu, dono de “*sacolão*” na cidade de Uberaba. O que garante a ela um “*trocadinho*”. Vale assinalar que, com exceção da Maria, não constatamos a comercialização de frutas e leguminosas pelos assentados. Mais comum, como já foi mencionado, é a negociação das criações que vivem no *quintal*. A esse respeito, é curioso notar que na parcela do Zé Pretinho e da Maria, ao contrário da maioria dos lotes, não existem galinhas ou qualquer tipo de ave. Quando perguntei sobre a ausência delas, todos na família concordaram em apontar o “*enjoamento*” da Maria com a limpeza da casa (especialmente da varanda que circunda quase toda a casa e que fica de frente ao *quintal*) como a principal razão que impossibilita qualquer criação de aves. Afinal, como se defende Maria, elas “*emporcalham tudo*”. O interessante nesta situação é perceber como a mãe é criticada por todos os outros membros da família por ser muito preocupada com a limpeza doméstica, “*como se estivesse na cidade*”. Vale lembrar que a Maria, na época dos acampamentos, permanecia morando em sua casa na cidade. Inclusive esse fato foi decisivo para que alguns acampados, naquele momento específico, se opusessem ao assentamento de sua família. Mais uma vez pudemos observar como valores e modos de vida e produção considerados tradicionais (como a criação de aves no quintal, pelos camponeses) são reelaborados pelos atores estudados aqui.

Voltando à questão dos *quintais*, outros assentados (inclusive famílias inteiras) não demonstram muito interesse por este espaço. Em casos extremos sequer existe no entorno de suas casas um espaço que se configure como *quintal*. Existem lotes, apesar de serem poucos, que não possuem sequer meia dúzia de árvores plantadas ou qualquer horta.

A esse respeito, há um evidente contraste entre as parcelas e dietas dos que investem neste espaço e os que não investem. Dois casos extremos são o Antonio Munhoz e o Anísio. O primeiro com um vasto e produtivo *quintal* e uma dieta diversificada, em grande parte produzida na própria parcela. O outro, sem qualquer planta (com exceção da cana) ou criação no entorno da casa, com uma dieta à base de produtos comprados no mercado local, basicamente o arroz, o feijão e um tipo de carne. Devido à presença decisiva da carne, a segunda dieta não é consensualmente considerada pelos assentados inferior à primeira, mais diversificada. É nesse sentido que podemos afirmar que em suas atuais condições, os assentados, em sua maioria absoluta, consideram ter uma boa alimentação. O próprio Anísio fez questão que eu jantasse com eles para mostrar orgulhoso a atual abundância em contradição ao período anterior ao “*projeto da cana*”.

#### 4.5.5- A emergência do arrendamento da cana como um bom negócio: conflitos e disputas entre projetos concorrentes

Antes de introduzir o depoimento do Anísio, é necessário contextualizá-lo um pouco. Na entrevista que realizei com ele foi notório o tom de defesa em suas falas. As razões desta postura são diversas. Em primeiro lugar, o Anísio não me conhecia. O que ele sabia naquele momento a meu respeito é que eu havia trabalhado na APR (antiga CPT) com o Frei Rodrigo por alguns anos e que havia ficado hospedado na casa da Tiana Galante nas duas primeiras vezes em que estive em campo. Tanto o Frei quanto os “*Galante*” considerados “*radicais*” pelo Anísio e vários outros assentados. A esse respeito, por enquanto, pode-se dizer que o *projeto da cana* foi responsável por aprofundar e consolidar diferenças ideológicas entre os assentados e entre alguns deles e certos mediadores e organizações (como a APR, o MTL e o STR de Campo Florido) . A partir delas surgiram conflitos dos quais esta qualificação de *radical*, assim como tantas outras, são apenas formas de marcar seus diferentes posicionamentos. Com o decorrer do capítulo esperamos

elucidar estas diferenças e os conflitos oriundos delas. No momento, o importante é esclarecer que, através da entrevista, Anísio procurou justificar o “*projeto da cana*” e sua liderança na promoção da “*parceria*” entre os assentados, sempre se defendendo das “*imposições do pessoal da Agrovila*” (os “*Galante*” – ligados ao MTL e ao STR). Assim ele argumenta:

Eu não sei se eles não me entendem ou fingem que não me entendem. Porque nós trouxemos a cana pra cá obrigados. Porque o meu princípio... eu não sou canavieiro, todo mundo sabe que eu não sou empresário. E cana é coisa de gente grande. Cana é coisa de multinacional, é coisa de grandes empresários e tal, mas nós, se a gente não traz a cana pra cá nós íamos passar fome. Teríamos que vender o lote e ir embora. A única maneira, e eu falo isso com muita tranquilidade, a única maneira de nós mantermos esse povo aqui foi a cana. Essa parceria. Você não conheceu essa época aqui não, né? Não... o pessoal aqui ó... eles não aceitam da gente falar isso, mas o povo aqui estava quase passando fome. Tinham alguns que já estavam. Não era meu caso. Mas eu vivia... eu não passava fome porque eu encontrava as pessoas que me vendiam as coisas a prazo! Eu vivia direto devendo pra mercado. Sabe? Direto. Mas devendo muito mesmo. Vivia assim, muito abaixo da humildade, sabe? E apareceu essa empresa, com essa proposta. É claro que é interessante pra eles, foi conveniente. E os caras vieram de encontro com a miséria, com a necessidade, sabe? Sabe aquele mal necessário? Foi a cana. Porque essa propriedade aqui dava cem reais por mês de renda (...) Então, quando as pessoas vão fazer oposição, ele tem que por o pé no chão e a cabeça pra funcionar e não fingir de bobo. Falar... vamos falar as coisas, fazer conta: pra nós conversarmos em cima de conta, matemática, né? Porque ninguém vive de conversa. Lagarto que vive pelado, não paga energia, não assiste televisão, não toma banho. É ou não é? (...) Então trouxemos esse projeto pra cá. E nisso foi aumentando.

O arrendamento de parte das parcelas a fazendeiros vizinhos ao assentamento não começou com a cana. Antes dela, devido ao alto valor alcançado pela soja no mercado daquele período (em torno do ano 2000), a demanda por áreas para seu plantio aumentou significativamente. Assim, principalmente durante os poucos anos nos quais a cotação da soja esteve em seu auge, alguns assentados arrendaram parte de suas parcelas para fazendeiros que já produziam em suas terras e naquele momento buscavam novas áreas. Com o passar deste curto auge – que na região não deve ter ultrapassado cinco anos – a demanda por novas áreas cultiváveis por parte dos fazendeiros cessou, restando uma ou outra parcela que permaneceu arrendando.

O arrendamento para a cana começou a partir da instalação da unidade industrial da Usina Coruripe em Campo Florido, em 2002. Neste mesmo ano cinco assentados já arrendaram parte da área de suas parcelas a um fazendeiro vizinho que também começou a

plantar (cana) em sua propriedade. Nos anos seguintes o crescimento desta prática foi abrupto. Em 2003 eram nove os assentados que arrendavam. Em 2004 outros trinta e quatro famílias começaram, totalizando 43 lotes. No ano seguinte o número aumentou para 56 e em 2007, em minha última ida a campo, havia chegado a 63 parcelas.

Diversos fatores confluíram para que tantos assentados, em um período de tempo tão curto, aderissem “*ao projeto da cana*”. Porém, antes de nos determos nestas questões, convém neste ponto determinar no que consiste este tal “*negócio*”, “*projeto*” ou “*parceria*”, dependendo, como veremos, de quem o nomeia.

Os contratos de arrendamento que estabelecem os parâmetros do negócio são acordados pelo INCRA (que autoriza a prática, colocando o limite máximo de 50% do lote), pela Usina (que se compromete a comprar a produção), pelo fazendeiro (até hoje apenas uma pessoa arrendou terras no assentamento para o plantio de cana) e, é claro, pelos assentados donos das áreas. Seu período de duração equivale ao ciclo de vida da cana, que pode variar entre quatro e oito, dez cortes, sendo que é realizado um a cada ano. A esse respeito é interessante notar que os promotores do “*projeto*”, em especial os então presidente e vice da Associação, o Zé Messias e o Anísio, teriam, segundo vários depoimentos, induzido os outros assentados a acreditar que o ciclo se encerraria em no máximo cinco cortes. Assim Calu fala sobre a questão:

É... esse ciclo aqui olha. Quando nós arrendamos, não arrendamento, eles falam parceria, né? Quando nós fizemos esse acordo, essa parceria com eles, o ciclo era de cinco anos, mas talvez dure mais. Agora eu estou desconfiado que vai mais porque a minha cana aí não é das melhores, mas também não é das piores. É uma cana até mais ou menos. Ela deu uma base de 120 toneladas por hectare. Então é uma cana mais ou menos né? Agora já fez três cortes. Por bem dizer o quarto tá aí. E a cana tá boa, né? Então quer dizer que ela dará pelo menos mais uns dois, três cortes ainda. Ela deve dar uns seis cortes.

O Calu não se incomoda com esta “prorrogação” do contrato, mas a Branca, por exemplo, me disse muito receosa que tem “*medo*” de não ver o fim do ciclo atual de sua parcela, pois “*ele deve ir pra mais de dez anos*”. Desta forma ela desabafa que

dizer pra nós, igual a comissão da cana veio: não gente, são só cinco anos. Pô, sacanagem. Nossa briga maior naquelas assembléias foi porque a gente sabia que era mentira (...) Eu estou arrendando consciente! Sabe? Essa terra não é minha! Eu vou receber o que? uma parcelazinha pra eu comprar alimentação. Isso aí vai

ser de deles não sei quantos anos... não adianta enganar as pessoas. Aí tem a renovação de contrato. Eu falei: a renovação de contrato eu acredito só vendo também. Quando dizem que vão jogar vinhaça e ela vai produzir mais dois ou três anos. Eu sei lá se ela não vai produzir sempre e sempre e não vai ter renovação de contrato. Porque na renovação eu posso aumentar ou diminuir a área da terra. É que tem gente que está aí sufocado, com 70% [do lote com cana], e queria diminuir pra 50%. Aí na renovação isso poderia ser feito. Aí tem que mexer naquele contrato. Mas aí é como eu disse, eu só acredito vendo. Com essa manhas que eles tem aí. Pode até não acontecer essa renovação de contrato nada. Porque eles vão investindo nela enquanto eles podem, pra ir obtendo mais lucro. E nós conseguimos... nós não! Não vou colocar nós não. Quem entrou nessa comissão, entrou ganhando, que foi o Zé Messias, o Anísio e o Paulinho... Teve uma ajuda muito grande de companheiros nossos aí, que ajudou, andando aí. Eles... ganhando, sabe? Pra fazer a cabeça das pessoas, pra plantarem. Naquela hora muito questionados, muito questionados. E hoje a gente tá junto, tá junto. Vai fazer o que? Não tem como. E eles vinham dizer pra gente que era só um período. Falavam: se vocês não gostarem, não tiverem achando bom, acabem por aí. Não, não acreditamos nisso. Se naquela hora eles foram enganados eu não sei. Que diziam pra eles que era uma experiência, vai uai. O Seu Antonio Tadeu nem nome tinha. Não tinha nome pra comprar um fusca velho. Hoje ele se reergueu. O fazendeiro que arrenda aqui dentro. Parceiro! [riso irônico]. Parceiro. É parceria, heim? Só que, convenhamos, eu não tenho condição de plantar, então eu tenho que aceitar mesmo. Tem mais é que aceitar e pronto.

Esta polêmica particular sobre a duração do ciclo e, por consequência, de vigência do contrato de arrendamento, só alcançou a atual proporção porque, segundo alguns assentados, com a emergência do negócio da cana, formou-se entre eles um grupo com interesses estreitamente vinculados ao mercado da cana e aos interesses da Usina e do fazendeiro arrendatário. A princípio, destaca-se a atuação militante do Zé Messias e Anísio, agindo a partir de então como uma “*comissão*”, em busca de novos interessados em alugar parte de suas parcelas. A partir de 2004, com o súbito aumento do número de assentados que começaram arrendar, eles formaram a Associação dos Produtores de Cana com a intenção de deliberar conjuntamente sobre assuntos e interesses comuns aos que se encontravam nesta nova situação. Apesar disso, as categóricas críticas realizadas por alguns em relação ao “*projeto da cana*” e à forma como foi encaminhado o processo deságuam sobre os dois “*pioneiros*” acima citados. Assim, a Branca, uma das principais opositoras ao “*projeto*” afirma que

o mais chato disso tudo é ter companheiros nossos, assentados, fazendo esse trabalho junto com latifundiário. E hoje [a cana] está aí. Mas quando você olha só pro lado e fala assim: não, eu tenho que me alimentar, eu tenho que pagar minha energia. Tenho que pagar minha farmácia, tenho que pagar isso... então não tem jeito. A cana veio salvar um pessoal que não tinha dinheiro nenhum, porque o movimento não buscava mais... a própria associação não buscava mais recurso,

não lutava mais com o governo. Alguns da diretoria tinham já uma outra intenção, era... os caras que já estavam visando essa cana antes e não batalhavam mais por crédito. Quer dizer, tem tudo isso por aí. Uma política covarde, suja. Que pra mim envolveu Banco do Brasil, latifundiário, a própria Emater e pessoas assentadas, pra fazer com que não aparecesse um PRONAF aqui dentro por um bom tempo! Assim estariam obrigando as pessoas a plantar cana. Não tem outra opção, é cana. Eu digo isso sem nenhum medo, que isso aconteceu. O prefeito, o prefeito está envolvido também, é isso aí, sabe? A prefeitura tem os seus ganhos com a vinda dessa usina pra cá. Né? O município tem um ganho. Depois que viram a resistência das outras famílias... porque só 63 arrendaram. São 115. Até que teve uma boa resistência. Gente que vai sobrevivendo sem ela.

De fato, as famílias do Zé Messias e do Anísio foram nitidamente beneficiadas com a emergência entre eles do negócio da cana. Parte dos outros assentados, principalmente entre os que não arrendaram, os acusam de “*traição*”, “*corrupção*”, “*peleguismo*” e “*manipulação*”. Apesar disso – ou talvez por causa disso – eles fazem tanta questão de exibir a ascensão econômica pela qual passaram. Na primeira vez em que estive na casa do Zé Messias, por exemplo, ele e sua esposa me mostraram orgulhosos toda a casa, com suas recentes reformas e mobílias. Realmente é uma casa diferenciada dentre todas as outras do assentamento, tanto no que se refere ao seu acabamento quanto no que diz respeito a sua mobília (incluindo aí eletrodomésticos incomuns no assentamento como máquina de lavar, geladeira *duplex* e freezer horizontal). Foi inclusive nesta ocasião, na qual aconteceu em sua casa a primeira reunião da diretoria recém-eleita da Associação dos Assentados, que ele me disse receber o que considera um “*ótimo salário*” pela função que exerce a quatro mandatos consecutivos de presidente desta organização. É lógico que sua notória ascensão econômica é resultado da soma de várias fontes de renda, entre as quais certamente estão seu salário e as rendas vinculadas a todo um negócio em torno da cana, do qual eles participam ativamente.

Não temos condição de determinar os tipos e quantidades de benefícios aos quais os membros da *comissão* tiveram acesso por meio de suas atuações entre os assentados. É certo, conforme atestou Bafo (o filho do Anísio), que “*pra compensar a força que meu pai e o Zé Messias deram, o fazendeiro deu trabalho para gente, né? Pro meu pai, pra mim, pro Zé Messias e pro outro sócio deles lá, o Paulinho XV*”. Bafo estava se referindo à possibilidade que eles tiveram em estabelecer uma “*sociedade*” com o Paulinho XV (que era vereador de Campo Florido e dono de um ônibus) e, através dela, conseguir uma renda exponencialmente maior do que a que tinham até então. Eles iam ao Nordeste

(principalmente Bahia e Maranhão) contratar trabalhadores para o trabalho necessário na época de safra da cana. Em Campo Florido eles fiscalizavam e coordenavam o serviço. Ele completa que “*eles eram até bem remunerados por isso, só que é uma profissão meio criticada, né? O cara fica meio mal visto... pelo sindicato, pelo pessoal que é contra as queimadas na cana, essas coisas. Só que era preciso fazer. Tenho que trabalhar*”.

Como já foi mencionado, a confluência de interesses na época dos acampamentos não significava uma comunhão ideológica entre os que estavam participando da *luta*. Pelo contrário, vimos que existiam entre eles diversas redes e sub-grupos, respeitando as mais diversas afinidades e desafinidades. O próprio modelo de “*organização colegiada*”, inicialmente adotado para a Associação dos Assentados, procurava incorporar esta heterogeneidade do grupo. Depois de assentados, as redes e grupos existentes entre eles ganharam uma nova configuração e novas redes foram estabelecidas, entre os próprios assentados e entre eles e pessoas de fora do assentamento.

Dentre as inúmeras sociabilidades estabelecidas pelos assentados desde então, algumas são bastante significativas para entendermos a configuração das redes constituídas por eles a partir da emergência do *projeto da cana*. Em primeiro lugar, é fundamental sabermos que alguns assentados participaram ativamente da criação de “*movimentos de luta por terra*”<sup>53</sup>, e ainda hoje muitos deles (inclusive os titulares de lotes) participam intensamente de suas atividades e coordenações. Assim, principalmente os *Galante*, a *Branca* e o *Lourival* (que mudou-se para o assentamento Rio das Pedras) se identificam ao movimento e são, por isso, associados pelos outros assentados às ideologias e práticas dele.

Este fato fica muito claro quando retomamos os conflitos em torno da mudança do modelo de organização da Associação. Nessa ocasião, a “*representação colegiada*” foi

---

<sup>53</sup> Em 1996, no interior do assentamento, com a participação de membros da APR e de lideranças da *luta por terra* da região do município de Santa Vitória, um grupo de assentados fundou o Movimento de Luta pela Terra (MLT). Em meados do ano seguinte, o MLT, participando com a maior delegação dentre os participantes, se funde com outros movimentos regionais de outros estados brasileiros e funda o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), um movimento com atuação nacional (Fonseca, 2001). Este movimento foi o primeiro a promover sistematicamente as “*ocupações de terra*” na região do Triângulo Mineiro. Segundo Gomes (2004), no ano 2000 parte da coordenação regional desta organização – da qual faziam parte os assentados do Sto. Inácio – rompeu com a coordenação nacional e acabou fundando o MLST de Luta. Em 2002 este movimento funde-se a outros dois movimentos regionais, o MLS (Movimento de Luta Socialista) e o MT (Movimento dos Trabalhadores), e passa a constituir o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), também de abrangência nacional. Este último, dentre os movimentos de *luta por terra* atuantes no Triângulo Mineiro, coordena a maior parte dos acampamentos existentes na época da pesquisa assim como mantém laços com diversos assentamentos da região. A participação dos assentados de Sto. Inácio nestes movimentos (e especialmente no atual MTL) ainda hoje é bastante significativa.

substituída pelo “*presidencialismo*”. Os assentados alinhados ao movimento lutaram pela permanência do modelo por acreditarem no seu potencial democrático, como fomentador da reflexão política. Enquanto isso, a maior parte dos assentados, em assembléia, decidiu pela transformação por acreditarem, como sintetiza Edivaldo (um dos primeiros “*Animadores*” da Associação) em entrevista a Guimarães, que “*no presidencialismo, ao invés de ir todo dia em assembléia (...) a gente faz o que precisa fazer (...) eu acho que direção tem que ser pra tomar iniciativa (...) eu penso que tem que ter mais iniciativa por parte da direção*” (Guimarães, 2002:130). Nesta ocasião o posicionamento político-ideológico das pessoas ligadas ao movimento começa a se destoar do restante dos assentados com mais intensidade. Ao mesmo tempo em que isto ocorria, eles começaram a ser vistos como os responsáveis, enquanto representantes do movimento, pela ausência ou fracasso de projetos, alternativas produtivas e possibilidades de comercialização de produtos. Vale lembrar as iniciativas “*frustradas*” de produção associada, entre as quais as mais notórias foram empreendidas pelo grupo dos *Galante* e do Lourival, na *Agrovila*, e o grupo coordenado pela Branca, ambos correspondentes aos hoje inativos *Grupos de Afinidade*.

Em segundo lugar, para entendermos a conjuntura social no assentamento com o advento do *projeto da cana*, é importante considerar as redes estabelecidas com pessoas, grupos e organizações não diretamente relacionadas à *luta por terra* e entre as quais se destaca a participação dos assentados na política local, tanto através de candidaturas próprias ao cargo de vereador quanto na participação das “*articulações políticas*” locais (expressas pelo “*importante*” apoio ao atual prefeito reeleito da cidade e ao “*bom diálogo*” estabelecido entre eles). Principalmente por representarem o conjunto dos assentados, por comporem a “*direção*” da Associação por vários mandatos consecutivos, alguns assentados estabeleceram contato e redes tanto com certas organizações (das quais se destacam, dentre outras, o INCRA, a Prefeitura de Campo Florido, o Banco do Brasil e a Emater), quanto com pessoas influentes da região, especialmente os fazendeiros. Foi esse grupo de assentados, normalmente associado ao Zé Messias e ao Anísio, que mediarão a implementação do *projeto da cana* no Sto. Inácio.

Esta breve contextualização deve servir para elucidar algumas das razões sobre as quais fundamentam-se as polêmicas e conflitos em torno do arrendamento para a produção

de cana no assentamento. Este *projeto* vai de encontro com as concepções de uso da terra, ideais políticos e de sociedade propagados tanto pelos mediadores mais influentes no período de *luta por terra* entre os atores aqui estudados (a APR e os STRs), quanto pelos movimentos dos quais participaram alguns assentados. Assim Branca coloca que

tinha um grupo aqui, o pessoal da família Galante toda. Mais alguns companheiros aí. Nós não aceitávamos de jeito nenhum a monocultura da cana. Isso vinha contra a ideologia da gente mesmo... era um contraste muito grande, sabe? Até a soja... mas a soja a gente abria mão porque era mais rápida... e adubava a terra... então tá. A briga foi muito grande. E teve gente que chegou a ficar de mal de outros né? Ficou de mal da gente...

O próprio arrendamento, independente da cultura cultivada, não é tido como o “*ideal*”, para usar a expressão do Bafo. No entanto, no auge da produção da soja, com o aumento da demanda por terras ociosas e com o preço deste grão em alta, inclusive alguns assentados que se colocam categoricamente contra o arrendamento para a produção de cana, na época arrendaram pequenas parcelas de seus lotes. De fato, o Dito Galante, atual presidente do STR de Campo Florido, ainda arrenda. Apesar do preço em baixa no momento em que estive em campo. No caso da produção de cana, pode-se dizer que é amplamente aceita entre os assentados (mesmo entre alguns dos mais favoráveis ao *projeto*) a idéia de que o seu cultivo gera impactos nocivos ao meio ambiente. Nesse sentido, é comum escutar, conforme Zé Pretinho, que “*se fosse por mim, eu arrendava pra soja. Mas aí a soja caiu demais de preço e o cara [o fazendeiro que arrendava] devolveu as terras que estava usando... e pra cana eu não arrendo porque, pra mim, a cana acaba muito com a terra*”. O Zé Pretinho, apesar de ter sido uma importante liderança no momento de *luta por terra* – inclusive tornando-se, como vimos, delegado do STR de Iturama e o primeiro coordenador da Associação dos Assentados – nunca se envolveu com os movimentos de luta por terra fundados pelos *Galante* e membros da APR. No entanto, mesmo não sendo mais militante de nenhum movimento social ou sindicato (a exemplo da importante participação que teve no processo de desapropriação da antiga Sto. Inácio), ele e sua esposa dizem conhecer a situação das áreas nordestinas nas quais foram cultivadas monoculturas de cana por longos anos: “*um deserto só*”, como disse Maria. “*Eu não quero que minha terra fique daquele jeito*”, completa ela.

Certamente as diversas reuniões realizadas pelos assentados no período precedente à implementação do *projeto* foram responsáveis pela disseminação de informações trazidas pelas partes mais interessadas no debate. De um lado, a “*comissão da cana*” afirmando que “*hoje a produção de cana não é tão agressiva quanto era no passado*”; “*hoje eles adubam a terra*”; “*vocês vão pegar a terra de volta melhor do que quando a entregaram*”; “*são só cinco anos, se vocês não gostarem é só mandar tirar*”, etc. Do outro lado, o pessoal mais ligado ao MTL, os chamados “*radicais*” pelo primeiro grupo, seguiram apostando nos graves impactos ambientais (entre os quais foram citados pelos assentados o possível surgimento de novas pragas e doenças e a redução da biodiversidade, através da prática de monocultura, mas também através das queimadas que precediam a colheita, já que eles acharam até veado queimado entre a cana) e sociais (como a superexploração do trabalho dos cortadores contratados no período de safra e o desemprego e surgimento de novos problemas sociais no período de entressafra) inerentes à produção em larga escala da cana.

Outros, a exemplo dos assentados mais vinculados aos movimentos, ao STR e à APR, se colocam contra o *projeto* mas, ao contrário dos primeiros, não falam em ideologia ou problemas ambientais. Nem por isso eles deixam de gerar polêmica em torno do *projeto*. É o exemplo do Antonio Munhoz. Assim ele se coloca sobre o assunto:

Quando surgiu a luta da reforma agrária pra nós, há uns quinze anos atrás, eu voltei a lembrar daquilo que meu pai falava, quando eu tinha uns oito anos de idade... que o Brasil só melhorava pro pobre a partir da reforma agrária. Ela ficou escondida muito tempo dos olhos do povo. Mas aí quando eu entrei nela a quinze anos atrás eu comecei a reviver ela através de conversas com uma pessoa ou com outra, através de reuniões, através de estatutos, da própria luta, né? O que eu entendi? Eu entendi que a reforma agrária... no estatuto da reforma agrária não existe é... assentar, fazer um assentamento de reforma agrária, pra plantar cana. Até onde eu entendo, a reforma agrária distribui a terra pra pessoa sobreviver daquela terra. Trabalhar... a própria pessoa trabalhar e sobreviver com o produto próprio. Agora, arrendar pra Usina, arrendar pra plantar cana... não. Tem outras formas. Aí não é reforma agrária. Eu não concordo de maneira nenhuma. Então eu não arrendei. Segui todas as reuniões. Da primeira até a última, quando foi pra arrendar. Só que cada conversa minha não, eu não arrendo.

E continua:

Eu peguei uma terra que eu não sei quem me deu. Sei que na frente de tudo está o Senhor poderoso, né? Foi deus que me ajudou a pegar essa terra aqui, na frente de tudo está ele. Se eu peguei essa terra aqui pra eu sobreviver dela é pra eu sobreviver do jeito que eu aprendi. É trabalhando, arriscando uma coisa,

aventurando outra, mas sempre lutando pra sobreviver dela. Agora, chegou uma usina ai. Eu vou arrendar minha terra? Eu vou arrendar minha terra eu vou plantar o que? Eu vou criar uma vaca, eu vou por ela onde? Eu vou plantar um milho pra criar uns porcos, as galinhas, onde que eu vou plantar? Não. Eu peguei essa terra aqui pra eu sobreviver dela. Eu não peguei terra pra eu plantar cana não. Esta aí, graças a Deus eu não me arrependo nem um pouquinho de não ter arrendado. Mesmo porque eu tenho experiência. Tem muita gente ai que, alguns até que recebe mais, mas tem gente ai que não recebe mais de R\$ 400 por mês. Eu aqui gasto R\$ 600, R\$ 500 com despesa. Todo mês, de despesa. Às vezes ainda não dá. E as pessoas que não tem outra renda? Como que ela passa ai com isso por mês? Eu não entendo. Eu não sei, como diz o outro, Deus dá o frio conforme o agasalho, né?

O interessante é que Antonio justifica sua escolha, assim como “*o pessoal da comissão*”, comparando os rendimentos financeiros das parcelas “com” e “sem” a cana. Assim, Anísio, projetando o crescimento do arrendamento para a cana nos próximos anos, afirma que

hoje tem sessenta e três lotes [no assentamento, que arrendam para a cana], mas vai pra uns noventa. Com certeza. Sabe porque? Não porque as pessoas queiram, mas porque são obrigados. Porque não é tudo que você faz nesse mundo que você faz porque você quer, porque você gosta, tem coisa que você tem que engolir. Você engole aquilo rasgando a garganta. Mas tem que engolir. Eu não vou deixar minha família passar fome simplesmente por causa de uma ideologia. A ideologia me faz bem enquanto eu tiver vivendo bem, com ideologia. A partir do momento que eu deixei de viver bem, eu tenho que contradizer a ideologia. Que é o meu caso. Com isso não quer dizer que eu sou do PFL, que eu sou do capeta, que eu sou favorável ao diabo, que eu sou contra Deus... não, não, não. Eu sou contra a miséria, contra a fome, contra a pobreza, contra a mendiguetaria, contra pedir esmola. Isso eu sou contra. Porque ninguém precisa disso. Precisa sim, aquele que está lá na favela. Que não tem um palmo de terra pra plantar uma cebola. Não tem nada pra fazer dinheiro... Esse precisa. Mas eu? Com 25 hectares de terra, passar fome? Por causa de ideologia? Aí não é ideologia, é burrologia. É diferente. Aí é ser otário. É... eu nem sei. O [Frei] Rodrigo me irrita. Eu gosto do Rodrigo, eu adoro aquele cara. Mas ele me irrita. Quando ele fala pra mim que eu tinha que fazer diferente. É aquilo que eu falei pra você: criticar a pessoa com proposta construtiva é uma coisa, criticar sem proposta, aí você não está me ajudando. Você está me atrapalhando. Não me vem aqui, no meu lote, sem proposta, me criticar. E foi o caso dos meninos [os *Galante*]. Você ficou na casa daquele povo muito tempo, não ficou? Você conhece a vida deles como é que é. Não conhece? Pelo tanto que critica, pelo tanto que... era pra eles viverem daquele jeito?

Depois de um rápido e constrangedor silêncio ele continua a atacar os que se transformaram, após as primeiras reuniões que discutiram o *projeto*, nos seus principais oponentes políticos dentre os assentados:

Eu não estou falando mal. Estou falando a realidade, porque a gente tem que trabalhar com a realidade. Esquece a emoção. Fala com a razão. Então... é isso que não deixa os assentamento caminharem... que destrói as organizações... porque as piores pessoas... estou falando piores no bom sentido, são as que não têm condição nenhuma de construir nada, psicologicamente, são as pessoas que muitas vezes estão à frente dos movimentos, né? O companheiro Barroso [Galante]. Aquilo é um homem super inteligente. Agora não adianta ser um homem inteligente só na cabeça e falar bonito. E atitude? Cadê? Na prática, o que o Barroso tem?

Sua fala ilustra um certo ranço, compartilhando por alguns assentados, tanto em relação aos integrantes dos movimentos quanto com a sua própria lógica e organização. Eles alegam que os movimentos reproduzem uma prática baseada na “*ideologia*”, nas “*reuniões*”, “*conversas*” e no “*falar bonito*” enquanto “*a realidade*”, as necessidades reais das famílias, as ações propositivas e eficientes são deixadas de lado. Muitas das lideranças destas organizações, especialmente o Frei Rodrigo e o João e a Marilda são “*muito queridos*” pelos assentados. Isto porque eles consideram que os três foram essenciais, enquanto membros da APR, para a “*conquista da terra*” em Sto. Inácio. Os dois últimos, já casados nessa época, posteriormente se afastaram da APR para fundar o MLT e os movimentos subseqüentes. No entanto, com as discordâncias sobre o projeto da cana no assentamento, a relação entre eles começa a se desgastar com maior intensidade.

#### 4.5.6- Configuração das articulações produtivas como indicadores da dinâmica das redes e grupos

O argumento central que os assentados usam para justificar uma prática consensualmente vista como “*não ideal*” como a cana gira, sem dúvida, em torno das necessidades econômicas e muitas vezes estritamente financeiras que possuíam no momento que lhes foi proposto o *projeto*. Nesse sentido, observando e conversando com os assentados, tendemos a dar razão ao Anísio quando ele diz que as pessoas arrendaram “*obrigadas*”. Porque, a despeito das projeções pessimistas realizadas por Antonio Munhoz, a renda da terra na qual a cana passou a ser cultivada fez, de fato, uma diferença significativa para as pessoas com quem conversei.

Em primeiro lugar, porque comparando o preço pago pelo arrendamento da terra usada no cultivo de soja ou mesmo o valor médio pago pelos fazendeiros e pela própria

Usina aos que arrendam suas terras para o plantio de cana na região, vê-se que o valor recebido pelos assentados é bastante superior à média de mercado. Vários fatores contribuem para isso. Vejamos a fala do Bafo a este respeito:

isso aqui é uma mina de ouro, entendeu? Pra esse fazendeiro, o que arrenda aqui. Porque aqui está dentro da Usina. Porque o maior custo pro produtor é o transporte da cana. Aqui está dentro da Usina. E não tem uma subida daqui pra lá. Então isso aqui está... Falta chorar se alguém falar que não vai arrendar mais. Por isso que o negócio é... Pra você ver, os outros arrendaram, na região, só porque são muitas toneladas, muitos alqueires. Aqui é 60 que ele paga. Então quer dizer que... se fosse... se a gente morasse, por exemplo, lá pros lados de Campo Florido, aí não compensaria. Porque aí o cara ia falar: não, eu te pago 20 por hectare. Tem gente que arrenda até a 15. E aqui é 60, e o povo está [o pessoal da Associação dos Produtores de Cana do Assentamento Santo Inácio] querendo aumentar ainda né? Pro próximo ciclo.

Distantes apenas a cerca de dez quilômetros de asfalto da Usina, as terras dos assentados tornaram-se bastante valorizadas e assediadas. Muitos, assim como o Anísio, me disseram estar endividados no mercado local quando optaram por arrendar. O caso da Branca é particularmente interessante. Vale sublinhar que ela, “*desde o começo da luta*”, foi uma das principais lideranças entre os assentados. Foi coordenadora de seu *grupo de afinidade*, posteriormente de seu *grupo de produção coletiva* e, junto aos *Galante*, participou da criação dos *movimentos de luta por terra* acima citados. Neste período, Branca sempre se manteve alinhada ideologicamente com o grupo chamado por alguns de os *radicais*, que tinha na época como componentes, além dos *Galante*, ao menos o Lourival e o Nego. Esse alinhamento foi por terra quando Branca se viu na seguinte encruzilhada: em meio a dívidas, à escassez de créditos e dificuldades produtivas, um de seus filhos (o Fabiano), “*rebelde*”, decide fazer faculdade à “*qualquer preço*”. Ela conta que ele, então,

saiu pra fazer essa universidade. Aí o pai, humm. Rude, né? Filho de pobre não faz universidade! E eu sempre debatendo, brigando. O que eu já sofri, o que eu já passei por causa dessa universidade do Fabiano... Então foi assim, sempre que chegava algum crédito, algumas coisas eu pá, parte pra ele. Né? E ele trabalhando. E mesmo assim não dava, sabe? Porque a gente nunca tem todo mês, sabe? Se tivesse um desenvolvimento bom dentro do lote, teria né? Mas não tem. Aí aconteceu a vinda da soja. Pra soja... pensei, pra soja eu arrendo, eu estou precisando, pra ajudar o Fabiano e tal. E ajuda a gente. Então a gente divide isso, Porque nós também estávamos precisando. Ficamos com a metade e mandamos a outra metade pra ele. E isso... é... foi com muita dificuldade que foi metade pra ele. Aí o moço [que arrendava] não sustentou o contrato, ficou um tempo e parou...

Sem a renda da soja, sofrendo com as pressões realizadas pelo marido e apesar da esperança que tinha no Lula, ela acabou concordando em arrendar para a cana. Assim ela se justifica:

O ultimo credito do governo Fernando Henrique tinha saído 1998. A cana chegou aqui em 2000, foi implantada em 2001. Ai então, já tava entrando o Lula. E eu tinha aquela esperança que ele ia ajeitar a questão do PRONAF. Por isso que eu não queria arrendar terra. Além de ser contra eu acreditava que, com o PRONAF, eu faria um investimento legal aqui dentro. Mas aí veio o marido: não, tem que arrendar, porque não sei o que e coisa e tal. Então vamos arrendar. Porque já serve e ajuda o menino. Ajudei o menino. Porque... depois que o cara não sustentou o projeto [da soja]... é a cana? Puxa vida. Eu vou arrendar o meu lote pra cana? Eu!? Não acredito que eu vou fazer isso. Mas eu não tinha outra opção... eu precisava ajudar o Fabiano. De alguma forma. Pro Saldanha [seu marido]... ele não está nem aí pra meio ambiente, pra essas coisas não. Por ele já tinha arrendado a muito tempo. Independente de ajudar filho ou não. Eu é que tinha resistência mesmo.

Quando alguém comenta (inclusive eu) a quantidade de famílias no assentamento que arrendam alguma parcela de seus lotes para o plantio de cana é comum escutar algo como “hoje até a Branca arrenda”. Parece ter sido muito dramático para ela tomar esta decisão. Sempre que conversamos sobre o assunto ela se emocionou. Ela conta que *“quando eu arrendei meu lote pra cana eu pensei que fosse a salvação. Foi nada. Eu entreguei minhas terras aí pros outros, não sei quanto tempo vai ficar na mão deles e nem consegui quitar as dívidas da faculdade do Fabiano”*. Hoje ela desabafa e responsabiliza *“o movimento”* e o governo por *“tudo estar errado na reforma agrária”*:

eu questiono assim, agora, neste momento, as entidades. O MTL, que chegava e dizia que ia fazer esse assentamento produzir, um assentamento no nordeste, um outro na Bahia, só sei que eles tinham essa proposta. Mas aquilo não passou de conversa e eles não colocaram esse projeto em prática. Então o pessoal ficou sem opção mesmo! Quando você pensa em filho pedindo comida... quando você pensa em filho descalço, e sem comida na mesa, você não quer saber se vai estragar, destruir o meio ambiente não. Você não quer saber se a cana está indo contra a ideologia... o que a reforma agrária representa e tal, né? Quando o próprio INCRA não garante sustentabilidade pro povo, ou abre mão? Porque o povo quer a cana? Uai. Não! Tinha que ter alguma coisa. Está tudo errado na reforma agrária.

O Antonio Munhoz também considera, ponderando sobre as razões que levaram à prática do arrendamento, que o *“problema”* está na forma como foi (e ainda é)

encaminhada a reforma agrária. Porém, de acordo com seu depoimento, o que falta são critérios para a escolha das famílias a serem beneficiadas.

Quais os critérios que faltam na reforma agrária? Primeira coisa: a pessoa passou de 50 anos, nós todos sabemos que ela já trabalhou o suficiente. Suponhamos que até 60 seja uma pessoa sadia... tudo bem... só que quem trabalhou até os 50 não vai trabalhar da mesma forma, o corpo não agüenta, ele não vai produzir mais. Ele teria o direito de pegar um pedacinho de chão, talvez pra ele morrer sossegado no seu cantinho, tudo bem, tudo bem. Só que esse é um critério que eu acho que a reforma agrária tinha que ter (...) Está certo. Ela [a reforma agrária] tem que ser boazinha, distribuir terra pra todo mundo. E ajudar todo mundo. Só que... quando se refere a trabalho, resistência e força... esse critério ela tem que manter.

O interessante é que ele próprio foi beneficiado somente aos seus 58 anos. Porém, como fica claro na transcrição a seguir, para ele “*a vontade e a capacidade de trabalhar*” devem ser os principais critérios.

outro critério que a reforma agrária tinha que ter também, que ela não tem, é a fiscalização. Porque tem muita gente, aqui, em outros lugares, entra na terra hoje, não trabalhou, não viveu nem dois ou três anos dentro da terra e já vendeu aquilo. Ou já trocou em troca de carro velho. Perdeu aquela terra (...) Então teria que ser assim: o primeiro ano [de assentamento] não serve de base. Mas aí, desde que o cara se organizou no primeiro ano, no segundo ano ele já tem condições de provar que ele tem condições de pegar uma terra. Tudo bem. Ele vai até no terceiro. Se no terceiro ele não fez nada... aí... a fiscalização, o governo tinha que tirar ele. Falar: fulano, se em três anos você não fez nada, você não vai fazer nunca na vida. Eu vou arrumar um lugar pra você ficar numa cidade, num canto aí e vou por outro no seu lugar, que queira trabalhar. Este é o critério.

Neste ponto, junto à cobrança pela “*fiscalização*” por parte do Estado, Antonio ataca diretamente os argumentos usados pelos outros assentados para justificar o arrendamento.

Comparando a situação deles à sua própria, assentado aos 58 anos, ele conta que

eu ainda trabalhei [desde que foi assentado] igual condenado, mas trabalhei mesmo, quando era tempo de serviço na roça mesmo eu saía de casa cedo e chegava em casa depois que anoitecia. Porque eu, graças a Deus, sempre tive opinião. E lutei pelas coisas certas, toda a vida (...) Hoje eu tenho umas criação. Crio minhas galinhas, crio meus porcos, minhas vaquinhas, sem precisar de arrendar. E graças a Deus, ao invés de eu... o que eu ouvia falar antes de arrendar essa... pra plantar cana... as pessoas falarem em assembleia, em qualquer rodinha: ai, eu tenho que vender meu lote, eu tenho que ir embora daqui, porque minha família está passando fome, eu não estou dando conta de tratar da minha família. Mentira! Porque ninguém, ninguém, que tem 5 alqueires de terra, e tem coragem de trabalhar, tem cabeça pra funcionar, pra administrar, ele passa fome com 5 alqueires de terra. Ninguém. Eu e mais uns outros ai provamos isso. Que

não precisa de arrendar pra plantar cana e ferir o estatuto da reforma agrária com isso daí. A pessoa está mentindo que ela não dá conta, em 5 alqueires de chão, de zelar da família dele.

O Antonio se diz satisfeito com a produtividade do seu *sítio* e com a renda oriunda dela e ainda associa ambas ao “*trabalho*”, à “*resistência*” e a “*força*” através dos quais ele, sua esposa e alguns outros “*provaram*” que é possível viver sem o arrendamento. No entanto, obviamente muitos não pensam como Antonio. Sua própria filha que mora com ele, a Adriana, me disse que se dependesse dela, eles arrendariam uma parte da parcela. Assim ela conta que “*nada faz ele [o pai] arrendar. Eles já pelejaram. Até eu mesma já... eu conversei com ele. Não propriamente pra cana, né? Mas às vezes, assim, pra soja, pro sorgo, que também aduba a terra, né? Mas ele não. Aí nós não vamos pra frente não. Desse jeito... sem arrendar*”.

Provavelmente Adriana estava se referindo, com o “*ir pra frente*”, às possibilidades de consumo e produção abertas pela capitalização das famílias que arrendam, sobretudo para a cana. As primeiras advêm tanto dos pagamentos mensais quanto do “*acerto*” anual (que equivale a uma correção do preço da tonelada pago durante o ano) realizado pelo fazendeiro que arrenda no assentamento. É claro que estas rendas variam conforme a área disponibilizada para o plantio. Neste ponto é importante que se diga que dentre os que arrendam para a cana, alguns disponibilizam apenas 30 ou 40% de suas parcelas. Uma proporção menor que esta eu não constatei em pesquisa. Por outro lado, outros “*têm cana até a porta de casa*”, ou seja, à revelia do limite imposto pelo INCRA, alguns assentados (pode-se dizer que a minoria deles) arrendam 80 ou mesmo 90% de suas parcelas. Alguns casos extremos de parcelas que fazem parte deste grupo sequer possuem um espaço que possa ser chamado de *quintal*. Mesmo que as rendas destas famílias sejam complementadas por alguma outra fonte além do arrendamento, ela geralmente se refere a trabalhos realizados fora do assentamento. Entre estas famílias que arrendam boa parte de suas parcelas, raramente a renda familiar é complementada com produtos oriundos de atividades realizadas em seus próprios lotes.

Por outro lado, a maior parte dos que aderem ao arrendamento o fazem conciliando outras atividades produtivas no lote. E aí se encontra o que paradoxalmente entendemos como as possibilidades produtivas abertas pela prática do arrendamento, ou melhor, pela

capitalização das famílias que arrendam. Ao contrário dos primeiros, estes assentados usam os recursos que possuem – o trabalho dos membros da família (dentro e fora do lote), a renda oriunda da cana e a parcela de terra restante – para viabilizar ou incrementar uma ou várias produções paralelas à cana. Além disso, como diz a Branca, quem

resistiu e não arrendou a terra toda para a cana, pegou o PRONAF. Ele começou a sair e quem tinha sua terra completinha lá, não tem cana, teve condição de pegar até 18 mil reais. O caso do Edivaldo. Uma pessoa que produz no lote, bem. Mexe com leite. Ele gosta... ele planta gergelim, ele planta outras coisas, né? Então ele é uma pessoa que não quer mesmo saber da cana. Tem sobrevivido sem a cana. O restante, igual a gente, com três hectares de cana, conseguimos um PRONAF de seis mil reais. Compramos aí umas novilhas.

Somando seus diferentes recursos, cada uma das famílias procura garantir, a seu modo, a renda necessária tanto para a reprodução das condições sociais de produção quanto para o consumo de produtos considerados necessários. Como deve estar evidente, as necessidades de consumo, assim como as estratégias de produção e geração de renda adotados pelos assentados variam enormemente de família para família. Vejamos brevemente alguns exemplos, entre famílias que arrendaram somente parte de suas parcelas à cana, desta procura pelo equilíbrio entre as necessidades de consumo e as estratégias adotadas para saná-las.

No caso da família da Branca, como já foi dito, o dinheiro da renda da cana foi em parte usado para sanar dívidas junto à universidade privada na qual o Fabiano (seu filho) se formou em jornalismo e em parte usado para sanar dívidas junto ao comércio varejista local e para comprar alimentos para o consumo dos que permaneceram morando no *sítio*. Além da renda da cana, compondo a renda familiar, estão os salários dos Saldanha (seu marido) e do fulano (um de deus dois filhos). O primeiro, segundo sua esposa, enfrenta “*tudo quanto é tipo de serviço*”, todos temporários e precários. Já seu filho tem um “*emprego fixo*” na Usina. O segundo filho, depois que foi obrigado a vender seu gado para sanar as despesas da família e das constantes brigas com o pai porque não conseguia “qualquer espaço” em sua parcela para produzir conforme suas próprias estratégias, optou em ingressar em um *movimento de luta por terra* no qual ficou alguns anos. Hoje encontra-se acampado, assim como outros jovens filhos, sobrinhos e irmãos de titulares de lotes, às margens do Sto. Inácio. Com a chegada dos créditos, como ela mesma disse, a família comprou algumas

novilhas para engorda. No entanto, em minha última ida a campo, eles estavam prestes a vendê-las (prematuramente – considerando tanto o momento ideal de mercado para a venda quanto a intenção anterior deles) para pagar as prestações do próprio PRONAF que estavam para vencer. Mesmo não sendo o planejado, dessa forma eles poderiam quitar a prestação, receber a próxima parcela do crédito, comprar novas novilhas e ainda ficar com uma pequena diferença em dinheiro.

Comparando com sua condição anterior ao assentamento Branca se diz muito satisfeita com sua vida. No entanto, a presença da cana a perturba e a chateia. Da mesma forma, ela permanece inquieta com as dívidas restantes da faculdade do filho assim como seu futuro incerto como recém-formado.

Já a família da Divina, filha do Zé Pretinho, também como já foi mencionado, lida com gado leiteiro e de engorda. A renda da cana, segundo a Divina, na medida do possível foi usada para comprar novos animais e sanar as despesas com um segundo pasto que eles mantêm em uma região menos valorizada do que a área do assentamento. O gado leiteiro fica na área que possuem no assentamento (para além daquela que arrendam para a cana) para que eles possam tanto ficar perto do posto de resfriamento de leite quanto acompanhar cotidianamente os animais. No pasto arrendado eles criam os animais voltados ao comércio. Ali eles os engordam enquanto aguardam um momento propício para negociá-los. No seu caso, apesar de seus filhos serem ainda bastante jovens (menos de doze anos), o trabalho familiar é amplamente utilizado para lidar com os animais. Inclusive a Divina lida com o gado leiteiro, fato incomum entre as mulheres assentadas. Seu Marido, o Ademir, trabalha ocasionalmente como pedreiro para complementar a renda familiar.

Diferentemente do caso da família da Branca, a Divina se diz empolgada com os atuais ganhos, créditos e projeções para um futuro ainda mais próspero, inclusive sem a cana. Apesar de pouco comum, outros assentados adotaram a mesma estratégia. É o caso dos irmãos Ademir e Ademilton, que também arrendam para a cana e com o capital arrendam pasto em outro lugar.

As estratégias seguidas pela família do Zé Maria se diferenciam claramente das acima citadas por que ele sequer possui gado. No entanto, ele cultivou por alguns anos, mesmo depois de haver arrendado para a cana, gergelim e pimenta. Ambos voltados exclusivamente para o mercado. No caso da pimenta, ele pretende, através de um projeto

que há alguns anos “*está pra acontecer*”, montar uma fábrica de doce de pimenta. Além disso, ele me disse estar fazendo algumas experiências para determinar o que será mais viável cultivar “*quando o negócio da cana piorar. Porque está bom agora, mas não vai ficar assim pra sempre*”. Nesta ocasião ele me mostrou a planta (pinhão-manso) com a qual está fazendo experiências e sondando o mercado a fim de verificar a viabilidade de sua comercialização. Esta planta é, segundo ele, uma das mais indicadas para produzir o biodiesel. Ele disse que existe uma fábrica na região e que a Usina Coruripe está estudando montar uma outra junto à sua unidade industrial em Campo Florido. De todo modo, Zé Maria se mostrou confiante na produção futura de produtos que possam ser transformados em energia. Hoje ele mora, como já foi dito, em casa alugada na cidade, junto a sua família (composta pela esposa e duas crianças, ambas mulheres) e se diz muito satisfeito com sua atual condição.

A Maria Freitas, como vimos, também não lida com gado. Mesmo depois de dispor parte de sua parcela para a produção de cana, ela continuou a cultivar mandioca, que ela vendia e usava pra preparar artesanalmente o polvilho. Vale lembrar que sua parcela é em tamanho a metade da parcela original, já que ela se divorciou e a dividiu com o antigo marido. Depois que conseguiu acessar o PRONAF e o projeto da CONAB, ela montou uma pequena fábrica de polvilho. Quando a entrevistei ela se mostrou bastante otimista com o montante que estava esperando ganhar durante o ano de 2007.

A situação do Calu, como também já discutimos um pouco, é bastante interessante. Ele arrendou para a cana no ano de 2004. Hoje ele possui 72 anos e diz estar “*cansado de trabalhar*”. Como a diversidade e conservação de seu *quintal* (que inclui experiências em pequenas lavouras, hortas e criação de aves e suínos) não nos deixam pensar o contrário, ele não parou de fato de trabalhar como sua expressão sugere. Na verdade, desde que começou a arrendar, ele não lida mais com “*lavouras*” e aos poucos foi parando de fornecer leite. Por isso, ele acha que “*a cana é boa, dá um dinheirinho*”. Juntamente com sua aposentadoria e com os produtos oriundos de seu quintal, essa renda garante uma qualidade de vida que Calu parece apreciar bastante. Ele ainda tem “*umas vaquinhas*”, mas sua produção é consumida pela própria família: o leite propriamente dito e os (deliciosos) queijos e requeijões que sua esposa faz.

Dos seus filhos, um que chegou a ser assentado ao seu lado acabou vendendo seu lote. Calu me disse que foi devido à necessidade de sua nora ir dia sim dia não à Uberaba fazer hemodiálise. A filha caçula está casada e morando em uma cidade perto da fronteira com São Paulo e a outra, a última dos filhos a sair de casa, casou-se com o Nego, titular de lote no assentamento.

A análise destes casos evidencia a flexibilidade das estratégias produtivas adotadas pelos assentados: associações e rearranjos de atividades com vistas a maximizar rendimentos e ao mesmo tempo minimizar a necessidade ou intensidade do trabalho familiar. Além disso, não podemos deixar de considerar que, enquanto atores, os assentados fazem suas avaliações (sobre as particularidades de cada produto, a conjuntura de mercado, recursos disponíveis, necessidades familiares, etc) e tomam suas decisões sempre balizados, por um lado, pela busca por liberdade e, por outro, pela consideração a valores que acham importantes (mesmo que os resignifique incessantemente).

Por esta razão, não é possível determinar, em termos gerais, o papel e importância de uma outra atividade produtiva ou geradora de renda (da pecuária, da agricultura, do trabalho fora e do arrendamento) para os assentados. De modo geral, podemos dizer apenas que as associações e articulações realizadas por eles entre as diferentes atividades são, por mais particulares que sejam algumas delas, comuns a todos. Entretanto, além de particularidades, estas articulações são indicadores de dinâmicas sociais especialmente interessantes para o propósito desta pesquisa, a saber, os nascimentos, transformações e rearranjos incessantes das redes e grupos entre os assentados.

## CONCLUSÃO

De um modo geral, nosso objetivo neste trabalho foi analisar as sociabilidades – estabelecidas tanto no processo de “*luta por terra*”, quanto no próprio cotidiano do assentamento, na “*luta pela resistência na terra*” – estabelecidas pelos atores desde o momento em que eles se organizaram em acampamentos para transformar suas perspectivas de vida. Dentre as inúmeras sociabilidades (e redes que se originam delas) estabelecidas por estes atores desde então, procuramos focar aquelas que a bibliografia adotada neste trabalho destaca como as mais relevantes para entendermos o camponês brasileiro: a saber, as sociabilidades marcadas pelas relações familiares e pela busca por uma certa autonomia em relação à sociedade que os cerca.

Para atingir tais metas, mostramos como as transformações pelas quais passou a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba precarizaram as condições de vida de boa parte da sua população rural, incluindo os trabalhadores que em no início da década de 1990, na região de Iturama, se organizaram para “*lutar por terra*”.

Como uma reação ao avanço das relações capitalistas no campo, esses atores se mobilizaram para se colocar enquanto Sujeitos produtores de suas próprias vidas e resistir às imposições dos centros de poder que lhes excluíram dos vários “*programas de desenvolvimento*” assim como de todos os benefícios da chamada modernização pela qual passou a região.

Neste contexto de emergência de um movimento social, procuramos evidenciar que a inserção “*na luta*” representou um rompimento parcial com sociabilidades cotidianas dos atores que se envolveram nela. Da mesma forma, apesar e devido a permanência destas redes pré-existentes, as famílias envolvidas estabeleceram novas sociabilidades, tanto no acampamento quanto posteriormente no assentamento.

Apesar da importância do período dos acampamentos para a problemática do trabalho, acabamos focando com mais intensidade o período posterior à criação do assentamento. A este respeito, evidenciamos os impactos mais significativos provocados por este na vida dos assentados e na dinâmica da cidade de Campo Florido.

Entretanto, como nossa principal preocupação eram as sociabilidades marcadas pelas relações familiares e pela busca por autonomia, centramo-nos, por um lado, nas

próprias relações familiares, nas práticas produtivas e políticas estabelecidas pelos assentados. Por outro lado, por evidenciar a dinâmica incessante de transformação das redes, focamos os conflitos oriundos destas relações e das estratégias de reprodução social adotados, afinal, elas representam seus posicionamentos político-ideológicos.

A análise das práticas produtivas e comerciais dos assentados nos mostrou que o sistema capitalista os mantém atrelados, através do mercado, a um regime de exploração da força de trabalho familiar. Assim, a “*resistência na terra*” depende muitas vezes, como vimos, da combinação de atividades complementares.

De um modo geral, a “*luta*” empreendida pelos assentados – apesar de ter sido em algum sentido um enfrentamento em relação aos impactos da modernização agrícola e do avanço das relações capitalistas no campo – não pode ser considerada uma resistência à expansão capitalista. Ao contrário, as estratégias de reprodução social adotadas pelos assentados são adaptações a esta expansão.

Nesse contexto, a questão do arrendamento de terra para a produção de cana mereceu uma atenção especial. Neste ponto, é importante reiterar que para a maior parte das 63 famílias arrendadoras, a produção de cana é apenas uma das atividades que compõem a renda familiar. Os assentados que sobrevivem apenas ou prioritariamente da renda da terra compõem, sem dúvida, a minoria dos casos. Apesar disso, através da rápida adesão ao “*projeto da cana*” entre os assentados, ficou ainda mais evidente que antes de serem anticapitalistas, as estratégias de reprodução adotadas pelos assentados são componentes de algumas das personificações mais agressivas do avanço do capital no campo.

Por um lado, como observa Soares (1981) em sua pesquisa, a dinâmica do sistema das relações econômicas capitalistas acaba condicionando as eventuais rupturas dos pequenos produtores em relação às (sempre presentes) ameaças de expropriações à própria reprodução da lógica do sistema. Também no Sto. Inácio, muitas vezes em que os núcleos domésticos têm condições de escapar às formas mais drásticas de exploração do trabalho familiar, a condição para isto é a reprodução das mesmas lógicas do capital: se apóiam na exploração da força de trabalho alheia, no investimento em empréstimos e, com o crescimento vertiginoso do “*projeto da cana*”, na extração de renda do solo (prática típica de grandes latifundiários). Apesar disso, é improvável que os índices de acumulação de

capital (a contraface da extração do sobretrabalho e da renda do solo) atingidos por algumas famílias assentadas sejam altos o suficiente para os considerarmos como “*embriões de classes sociais*” (para usarmos a expressão de Soares).

No entanto, por outro lado, como afirma Klass Woortmann, “*se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza*” (1990:12). Dessa forma, ele não pode ser entendido como um modo de produção particular e nem ao menos como um resultado de determinações impostas pelo capitalismo. Enquanto atores, percebemos que os camponeses assentados no Sto. Inácio procuram formas de atender às necessidades de suas famílias (que por sua vez são norteados por valores) da maneira que lhes parece menos onerosa.

## Anexo 1 – “Carta aberta à população de Iturama e região”

"A realidade dos sem-terra de Iturama é a mesma de todo o Brasil, poucas pessoas com tanta terra sem nela nada produzir, e tantas pessoas precisando de terra para sobreviver e produzir o alimento para milhões de brasileiros, que não têm sequer para suprir a própria mesa.

O latifúndio cresceu nestes anos todos, as custas da miséria, da exploração e da expulsão do homem do campo. Chega! Em Iturama esta situação ficou insustentável, pois a miséria cresce a cada dia, e nos trabalhadores não temos oportunidade de trabalhar. Assim começamos a nos organizar rumo a conquista da terra por direito e por justiça.

Depois de muitas reuniões e assembléias para discutir nossos problemas, em um numero de mais de cem famílias, decidimos colocar em prática um sonho de conquistar a terra e produzir. Ocupamos um imenso latifúndio improdutivo (Fazenda Colorado). Este numero só não foi maior porque dezenas de famílias foram impedidas de se dirigirem até o local pelo cerco policial em várias localidades, principalmente no distrito de Limeira. Nós que estávamos em paz, unidos com o objetivo de produzir a terra, fomos despejados pela ação da policia e dos fazendeiros liderados pela UDR, acompanhados de jagunços muito bem armados.

Apesar de toda a repressão o nosso sonho de Reforma Agrária, nossa disposição de luta e união foi muito maior que a ganância dos latifundiários. Erguemos com coragem um acampamento em Vila Unido, que vem crescendo constantemente com a chegada de novos companheiros que trazem consigo, a confiança, a força, e o sonho de juntos e organizados conquistarmos a terra.

Uma caravana de trabalhadores da região, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicatos da Região, e o Partido dos Trabalhadores (PT), estão em Belo Horizonte em processo de negociação com o INCRA, e os Governos Estadual e Federal, exigindo solução imediata dos problemas que estamos enfrentando.

A solidariedade e o apoio de toda a população enviando alimentos e a ajuda na própria sustentação do acampamento, como já vem ocorrendo, reforça a nossa luta que é de todos que buscam a justiça.

As ocupações e acampamentos são resultado da miséria e exploração a que estão submetidos milhões de Trabalhadores Rurais, e só terão fim no dia em que todo o trabalhador do campo tiver acesso a terra para plantar e viver."

(TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA ACAMPADOS EM VILA UNIÃO, s/d apud, 2002:70).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo, Brasiliense, 1973.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp; 1982.

BAECHLER, J. **Grupos e sociabilidade**. IN: BOUDON, Raymond. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

BERGAMASCO, Sônia M. P. P.; NORDER, Luiz A. C.. **A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Imagem, 2003.

BERTAUX, D. **L'approche biographique: as validité metodologique, ses potencialités**. In: CAHVERS INTERNACIONAUS DE SOCIOLOGIE, 69., Local, 1980, Anais... Local: editora, 1980.

BIDART, C. **Sociabilités: le travail et le quartier**. Revue Française de Sociologie, XXIX, 4, 1988.

BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena. **Família: representação e cotidiano, reflexão sobre um trabalho de campo**. São Paulo: s;ed., 1989. (Textos CERU I)

BRANDÃO, Carlos R. **Plantar, colher, comer: um estudo do campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal. Biblioteca de Ciências Sociais. Série Antropologia, Vol. nº 20, 1981.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Plano de Consolidação do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho**. Brasília: INCRA, jun. 1998.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. IN: SILVA, G.; STOLCKE, V. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CLEPS JÚNIOR, João. **Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. Rio Claro. Tese de doutorado em Geografia, Universidade Estadual de São Paulo, 1998.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CUSTÓDIO, Ada Borges. **Produção e comercialização do tomate de mesa em Araguari (MG)**. Dissertação de mestrado em geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

DEGENNE, **Sur les réseaux de sociabilité**. Revue Française de Sociologie, XXIV, 1, 1983.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz popular – Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995.

FERREIRA, Angela Duarte D.. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre as especificidades brasileiras**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, 2002.

FERREIRA, Angela Duarte D. (Org.) ; BRANDENBURG, A. (Org.) . **Para pensar outra agricultura**. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FERREIRA, Eliane Schmaltz. **Rede Cerrado de ONGs: Novos códigos de sociabilidade e perspectiva de gênero**. São Paulo: USP, 2002.

FERREIRA NETO, J. A. **Lideranças sindicais e ação coletiva: a FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais.** Tese de doutorado, CPDA/UFRJ, 1999.

FIBGE, **Censo Agropecuário. Minas Gerais.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1975, 1980, e 1985.

FONSECA, J. B.; **Reforma agrária e sustentabilidade: luta pela terra, realidade e perspectivas dos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

FORSÉ, M. **La sociabilité.** *Economie et Statistique*, n.º 132, 1981.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 16ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

GARCIA JR. Afrânio. **O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT-Cnpq, 1989. (Coleção Pensamento Antropológico)

GADELHA, E.; SGRECIA, A. **Movimento Rural, 1970-85.** IN: POMPERMAYER (org.) *Movimentos Sociais em Minas Gerais.* Belo Horizonte: UFMG, 1987).

GUANZIROLI, C. E.; FIGUEIRA, C. S. **Cerrados: uma contra-reforma agrária capitalista.** Rio de Janeiro: IBASE, 1986. (mimeo)

GUIMARÃES, Letícia de Castro. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio e Ranchinho.** Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GOMES, Renata M. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Fase/Vozes, 1987.

GRANOVETTER, M. S. **The Strength of weak ties.** American Journal of Sociology, 78, 6, 1973.

HÉRAN, F. **La socabilité, une pratique culturelle.** Economie et Statistique, n.º 216, 1988.

HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.; CINTRÃO, R. (coords.). **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ-Nuap/PPGAS/UFRJ, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 18ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.

INCRA/FAO. **Plano de desenvolvimento rural sustentável do triângulo Mineiro.** Uberlândia, 2001.

JOLLIVET, Marcel (dir.). **Les collectivités rurales françaises; 1. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village.** Paris, Armand Colin, 1974.

KAGEYAMA, A. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLAVERDE, C. M. (org.). Agricultura e Políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Vol. II Do mito à realidade. Campinas, SP Editora da INICAMP, 1998.

LEITE, Sérgio. **Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, dinâmica agrária e modernização conservadora.** IN: Reforma Agrária, n.1, v.25, p.137-152, jan./abr. 1995. (Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA)

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no séc. XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINE, George. **Fases e Faces da modernização agrícola brasileira.** IN: Planejamento e políticas públicas. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social. nº 3, 1990.

MARX, Karl. **Características essenciais do sistema capitalista.** IN: IANNI, O. Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. **Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”.** IN: Obras Escolhidas. Vol. I. Vitória, Rio de Janeiro, 1961. p.300-303.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio P. (Orgs.). **Assentamentos rurais, mudança social e dinâmica regional.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, S.P. (Orgs.) . **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

MENDONÇA, M.; THOMAZ JUNIOR, A. **Reestruturação Produtiva do Capital, modernização da agricultura em áreas de cerrado e os impactos sobre o trabalho.** Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE, Florianópolis, 2003.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après.** Paris, Actes Sud, 1984.

MICHELOTO, Antônio Ricardo. **Catolicismo e Libertação dos Setores Subalternos Rurais: contribuição à análise do imaginário religioso na configuração de alguns projetos e práticas populares no Brasil pós-64.** São Paulo, Tese (doutorado), PUC/São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais do campo no Triângulo.** História e Perspectivas, Uberlândia, n.2 p.61-84, jan./jun., 1990.

MIRANDA, O. **A sociabilidade na teoria de Tönnies.** IN: Sociabilidades. Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea (LASC), 1996.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização** agrária. São Paulo: Hucitec, Educ, 1989.

MUSUMECI, Leonarda . **O mito da terra liberta. Colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental.** 1ª. ed. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1988.

NOMURA, Mirian. **Reforma agrária e desenvolvimento local: o Assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido (MG).** Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEZZUTI, P. Pedro. **Município de Uberabinha: História, Administração, Economia.** (Monografia) Uberlândia/MG, 1922.

PÊSSOA, Vera. L. S. **A ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG.** 198. Tese (doutorado em geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

PÊSSOA, V. L. S.; SILVA, Paula J. **O café e a soja na reorganização do espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. Relatório final apresentado ao CNPQ, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

POMPERMAYER, M. J. **Movimentos Sociais em Minas Gerais - emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

PORTELLI, Alessandro. **The death of Luigi Trastulli: form and meaning in Oral History**. New York: State University of New York, 1991.

PRADO JR., Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo. Brasiliense, 1972.

PRZEWORSKY, Adam. **O governo do capital**. IN: Estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RAMOS, Rosana Vieira. **A luta pela terra como processo educativo: o caso da fazenda Barreiro-Iturama**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1993.

SALES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 25, ano 9, junho de 1994.

SAMPAIO, Roberto Cury. **Migrações internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica, 1960-1970**. Belo Horizonte, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadana sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999

\_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, J. F. G. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. Campinas/SP: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

SILVEIRA, Ubaldo. **Igreja e Conflito Agrário. A Comissão Pastoral da Terra na Região de Ribeirão Preto.** Franca: UNESP/Franca, 1998.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: Ideologia e Política.** Rio de Janeiro: Tavares & Tristão Editora, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade)

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1980.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia.** Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil. Vol. 1.** Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense. 1987.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. IN: MARTINS, J. S. ET AL.. **Travessias: Estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, 1996.

WAIZBORT, Leopoldo. **Georg Simmel: sociabilidade e moderno estilo de vida.** IN: Sociabilidades. Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea (LASC), 1996.

WELLMANN, B.; BERKOWITZ, S. D. (orgs.). **Social Structures. A network approach.** Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

WOORTMANN, E. F.. **O Sítio Camponês.** Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 81, p. 164-203, 1983

\_\_\_\_\_. **Herdeiro, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste.** 1. ed. Brasília/São Paulo: EDUnB/Hucitec, 1995.

WOORTMANN, E. F. ; WOORTMANN, Klaas . **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** 1. ed. Brasília-DF: EDUnB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguecia; o campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico/87, Ed. UNB, Tempo Brasileiro, S. Paulo, 1990.